



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FRANCELINE PRISCILA GUSMÃO

**PARA ALÉM DA “FALA DO CRIME”:
INTERAÇÕES SOCIAIS E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE
VIVENCIADAS POR JOVENS “ENVOLVIDOS” NO “MUNDO
DO CRIME”, EM LONDRINA-PR**

Londrina
2018

FRANCELINE PRISCILA GUSMÃO

**PARA ALÉM DA “FALA DO CRIME”:
INTERAÇÕES SOCIAIS E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE
VIVENCIADAS POR JOVENS “ENVOLVIDOS” NO “MUNDO
DO CRIME”, EM LONDRINA-PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cléber da Silva Lopes

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

GUSMÃO, Franceline Priscila.

Para além da "fala do crime": interações sociais e disputas de legitimidade vivenciadas por jovens "envolvidos" no "mundo do crime", em Londrina-PR / Franceline Priscila GUSMÃO. - Londrina, 2018.
144 f.

Orientador: Cléber da Silva Lopes.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, , 2018.
Inclui bibliografia.

1. Os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e os significados construídos em torno do "mundo do crime" - Tese. I. da Silva Lopes, Cléber . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. . III. Título.

FRANCELINE PRISCILA GUSMÃO

**PARA ALÉM DA “FALA DO CRIME”:
INTERAÇÕES SOCIAIS E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE VIVENCIADAS
POR JOVENS “ENVOLVIDOS” NO “MUNDO DO CRIME”, EM
LONDRINA-PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profº Dr. Cléber da Silva Lopes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profª Drª Leila Sollberger Jeolás
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profº Dr. Luís Antônio Francisco de Souza
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Londrina, 22 de janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao orientador, Cléber da Silva Lopes, pelas sugestões, apontamentos e críticas direcionadas a esta pesquisa, e, sobretudo, pela paciência, atenção e sensibilidade que mantém com os seus alunos.

À professora Maria José de Rezende, pelas sugestões no texto de qualificação, dedicando o seu tempo para iluminar algumas questões que ainda estavam muito obscuras.

Aos membros da banca de qualificação, professora Leila Jeolás e o professor Luís Antônio, pelos apontamentos, críticas e sugestões que foram essenciais para a continuidade dessa pesquisa.

Agradeço também à professora Ângela Maria de Sousa Lima, pelo incentivo em transformar as minhas simples inquietações em projeto de pesquisa para a seleção no mestrado. Não posso deixar de agradecer também por ter feito parte de minha trajetória no ensino médio, despertando-me a paixão pela Sociologia. Talvez, se ela não tivesse entrado no meu jogo de interações sociais, nada disso teria acontecido.

Aos colegas do LEGS, Anderson, Caio, Amanda, Carla, Gabriel Verri, Grazi, Mayara, pelas tardes de debates e sugestões dadas para o desenvolvimento do trabalho.

Aos colegas da turma do mestrado 2015: Samuel, Thiago, Tainan, Diego e Ana Cláudia, pelas tardes de bate-papo e pelo compartilhamento de angústias e desencontros que a vida cotidiana emerge.

Aos professores: Fábio Lanza, Eliel Machado, Simone Wolff, Silvana Mariano, pelas aulas inquietantes e construtivas.

À equipe técnica muito atenciosa e receptiva do Centro de Socioeducação (CENSE I) de Londrina e educadores: à Gisele, pelo tempo disponibilizado para me ajudar a organizar alguns dados. À Débora, por organizar o cronograma de entrevistas. À Sueli, por ter me auxiliado sobre como seria a pesquisa, as burocracias que eu iria encontrar no caminho, e pela amizade! Ao Amarildo por ter confiado na pesquisa e pela receptividade. Aos educadores, agradeço também a receptividade e organização realizada por eles nos dias em que eu estava no CENSE I.

Agradeço à Secretaria de Direitos Humanos e Justiça e a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná, por concordar e confiar no desenvolvimento da pesquisa no CENSE I

Douglas, meu companheiro de toda jornada, gratidão pelas palavras de ternura nos momentos de angústia e por tornar esses meus anos de dissertação mais leves. Agradeço também pelas contribuições dadas ao trabalho, pois, mesmo sendo de área diferente de formação, é um ser dotado de imensa imaginação sociológica!

Tia Renata que, entre um copo e outro de cerveja, contribuiu para amenizar o estresse e anestesiar a ansiedade. Juninho, meu querido irmão, desculpe-me pelos momentos de ausência!

Agradeço à Paula, pela nossa longa jornada de amizade, pelas trocas de ideias, experiências e angústias. À Aline Maffi, pela amizade, trocas de experiências e leituras. À Adriana Borges pelas trocas de ideias antes de iniciar o projeto de pesquisa.

Vô Waldomiro e Vó Cida, vocês não imaginam o que é uma dissertação de mestrado, mas entendo que essa minha trajetória simboliza a quebra de um ciclo de educação voltada somente para privilegiados. Afinal, embora existam os entraves atuais, os tempos são outros.

Dirce e Rogério, meus queridos pais, mesmo diante das adversidades que percorremos em nossa trajetória, vocês são imprescindíveis na minha vida e só agradeço pelo apoio dado nas situações as quais mais precisei de vocês.

Por fim, embora eu não possa revelar seus nomes, gostaria de agradecer às peças-chaves desta pesquisa, os interlocutores: pela receptividade, atenção, confiança e entendimento do que eu queria buscar por meio de suas falas.

O bagulho é louco, entendeu? O fato é errado, mas tem que entender a visão dos menor, porque os menor tá fazendo esse fato errado. O que tá acontecendo na vida do menor, pra ele fazer um fato errado? Cê entendeu?

(SUJEITO A)

GUSMÃO. Franceline Priscila. **Para além da "fala do crime"**: interações sociais e disputas de legitimidade vivenciadas por jovens "envolvidos" no "mundo do crime" em Londrina-pr. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de análise os significados construídos pelos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas sobre o “mundo do crime”, tendo como pano de fundo as interações sociais deles. O objetivo geral é investigar o processo por meio do qual os jovens “envolvidos” no “mundo do crime” atribuem confiança, reconhecimento e aceitam as regras do que é considerado o “certo” por essa instância normativa. Para isso, definiu-se o seguinte problema sociológico: como as interações sociais estabelecidas com a polícia, a família, a escola, a vizinhança e as relações de trabalho podem influenciar os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na definição de legitimidade em torno do “mundo do crime”, tendo como cenário a cidade de Londrina? Sustenta-se a hipótese de que as experiências cotidianas dos jovens nos campos indicados no problema de pesquisa são centrais para que se delinee legitimidade em torno do “mundo do crime”, ou seja, contribuem para que os jovens construam sentidos de confiança, proteção e reconhecimento em relação a essa instância normativa. A pesquisa de campo se concentrou no CENSE I (Centro de Socioeducação de Londrina), com jovens de 15-17 anos de idade, do sexo masculino e moradores das periferias da cidade. Fundamentou-se no interacionismo simbólico, no intuito de investigar as interações sociais vivenciadas pelos sujeitos nos campos em questão. As narrativas dos jovens, coletadas na pesquisa de campo, foram organizadas em categorias analíticas, amparando-se na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979). As categorias analíticas foram organizadas em três momentos, na tentativa de discutir e analisar 1) a organização das atividades do roubo e tráfico de drogas; e o processo de formação que percorrem no “mundo do crime”, sendo que a inserção nesse espaço é dada por um processo de internalização de normas e regras desta instância; 2) as sociabilidades e os ambientes de tensões, conflitos e disputas nos quais os jovens se inserem, no que diz respeito à disputa de áreas contornadas pelo tráfico de drogas; às relações estabelecidas com a polícia; e às relações estabelecidas com a vizinhança; 3) os espaços de interações que os jovens vivenciam com a família, a escola e o trabalho, discutindo a perspectiva de que o “mundo do crime” faz fronteira com esses espaços, contribuindo para que os jovens criem sentidos e significados sobre a realidade na qual se inserem. Vivenciam, assim, momentos de tensões e disputas nesses espaços de interações, uma vez que o “mundo do crime” também passa a ocupar, na percepção do jovem, os papéis sociais da família, escola e mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Jovens. “envolvimento”. “mundo do crime”. Interações sociais.

GUSMÃO. Franceline Priscila. **In addition to the "talk of crime"**: social interactions and disputes of legitimacy experienced by young people "involved" in the "world of crime" in Londrina-pr. 2018. 148f. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This research has as analyses object the meanings build by youngsters in “conflict with the law” complying with socio-educational measures about the “world of crime”, having as a background their social interactions. The main goal is to investigate the process wherewith the youngsters “involved” with the “world of crime” define trust, recognition and accept the rules of what is considered “right” by this normative instance. For that, was defined the following sociological problem: how the social interactons with the police, family, school, neighborhood and the work relationships might influence the youngsters complying with socio-educational measures “involved” with the “world of crime” with the definition of legitimacy around the “world of crime”, having as a scenery the city of Londrina? The hypotheses that the youngsters’ quotidian experiences on the mentioned fields at the research problem are the key for them to define legitimacy around the “world of crime” is sustained, therefore, they contribute to the construction of symbologies of trustiness, protection and recognition towards this normative instance. The field research focused on CENSE I (Londrina’s Center of Socioeducation), with youngsters between 15-17 years old, male, residents of the outskirts of the city. The research is based on symbolic interactionism, with the intention to investigate the social interactions experienced by the subjects on the pointed fields. The narrative of the youngsters collected throughout the field research were organized into analytical categories, supported by the Content Analysis (BARDIN, 1979). The analytical categories were organized into three occasions at the attempt to discuss and analyse 1) the organization of the activities of robbery and drug trafficking; the formation process followed in the “word of crime”, considering that the insertion in this space is given by an internalization process of norms and rules of this instance. 2) the sociabilities, the enviroment of tension, conflicts and dispute in areas controlled by the commerce of drugs, the relationships with the police anb the neighbors. 3) the interaction spaces with the Family, school, and work, discussing the idea that the “word of crime” do make interactions with these spaces, contributing for the yougsters to create senses and meanings about the reality in which they are inserted. Thus experiencing moments of tension and disputes in these interaction spaces, once the “ word of crime” starts to occupy, in the youngster perception, the social role of the family, school and work.

Key words: Youngsters. “involved”. “world of crime”. Social interactions

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-------------------|--|----|
| Quadro 1 – | Perfil dos interlocutores | 44 |
| Quadro 2 – | Apresentação das categorias e objetivos analíticos..... | 46 |
| Quadro 3 – | Categoria analítica: “modus operandi no tráfico e no 155/157” | 47 |
| Quadro 4 – | Categoria analítica: “códigos de conduta no “mundo do crime” | 48 |
| Quadro 5 – | Categoria analítica: “ambientes de sociabilidades e de disputas” | 49 |
| Quadro 6 – | Categoria analítica: “interações sociais e disputas de legitimidade” | 50 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Idade – jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – dados cense i/londrina/2013..... | 39 |
| Gráfico 2 – Sexo – jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – dados cense i/londrina/2013..... | 39 |
| Gráfico 3 – Ato infracional – jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – dados cense i/londrina/2013..... | 40 |
| Gráfico 4 – Região de moradia – jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – dados cense i/londrina/2013 | 40 |
| Gráfico 5 – Frequência escolar – jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – dados cense i/londrina/2013 | 41 |
| Gráfico 6 – Renda familiar – jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – dados cense i/londrina/2013..... | 41 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 A CIDADE DE LONDRINA E AS “FRONTEIRAS DE TENSÃO” | 22 |
| 1.1 AS INTERAÇÕES SOCIAIS E OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS: A ABORDAGEM TEÓRICA..... | 27 |
| 1.2 JUVENTUDE COMO TEMA TRANSVERSAL | 29 |
| 1.3 “MASCULINIDADES” E INTERSECÇÕES COM JUVENTUDES | 32 |
| 2 METODOLOGIA: O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA | 39 |
| 2.1 FONTES E CATEGORIAS DE ANÁLISE | 44 |
| 2.2 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE | 46 |
| 3 ANÁLISE: RESULTADOS E DISCUSSÃO | 51 |
| 3.1 MODUS OPERANDI NO TRÁFICO E NO ROUBO..... | 51 |
| 3.1.1 O “Corre” no Tráfico..... | 51 |
| 3.1.2 O “Corre” no 155/157 | 57 |
| 3.2 CÓDIGOS DE CONDUTA NO “MUNDO DO CRIME” | 59 |
| 3.2.1 “Agir Pelo Certo” no “Mundo do Crime”: é Preciso “Ter Visão” e “Ser Mente” com os Parceiros..... | 59 |
| 3.3 AMBIENTES DE SOCIABILIDADES E DE DISPUTAS | 73 |
| 3.3.1 As “Guerras Entre Áreas” | 74 |
| 3.3.2 Mecanismos de Poder e Relações com a Polícia..... | 82 |
| 3.3.3 Mecanismos de Poder e Relações com a Vizinhança..... | 91 |
| 3.4 INTERAÇÕES SOCIAIS E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE | 99 |
| 3.4.1 Entre o “Mundo do Crime” e a Família | 101 |
| 3.4.2 Entre o “Mundo do Crime” e a Escola | 114 |
| 3.4.3 Entre o “Mundo do Crime” e o Mundo do Trabalho | 125 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 141 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 143 |

APRESENTAÇÃO

Em Londrina, cidade de 506.000 habitantes (IBGE, 2010), localizada no norte do Estado do Paraná, há cerca de três programas policiais televisivos cuja finalidade é transmitir casos de homicídios, roubos e outros crimes. Do mesmo modo, os jornais impressos locais e as redes sociais eletrônicas vêm contribuindo para a veiculação desses tipos de informações, que abre espaço para a “fala do crime” (CALDEIRA, 2008): conversas cotidianas dos moradores da cidade sobre cenas criminais que acabam por moldar as representações sobre “violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2004).

Essa “fala do crime” também estigmatiza pessoas ao construir prejulgamentos sobre os moradores da cidade quanto ao local de moradia, cor e classe social, marcando desse modo quem são os criminosos potenciais. Nesse sentido, os holofotes televisivos, as capas de jornais e as conversas nas redes sociais eletrônicas contribuem para que sejam concebidas determinadas visões de mundo, difundindo o medo na cidade e gerando cobranças por medidas mais duras em relação à gestão das políticas de segurança com foco os “criminosos potenciais”. Essa visão de mundo tende, assim, a dividir a cidade entre o “bem” e o “mal” (CALDEIRA, 2008), demarcando segmentações dentro do espaço urbano.

Há uma diferença entre ter somente o contato com as conversas do dia a dia e viver as situações de fato, seja como vítima, seja protagonista, seja espectador, seja conhecido de pessoas que estejam inseridas nesses cenários de relações. Sou testemunha dessas diferenças, pois a pesquisa que será relatada nesta dissertação espelha a minha trajetória pessoal e profissional. Pessoal, pelo fato ter tido amizades com jovens que eram “envolvidos na vida do crime”, alguns dos quais foram vítimas de homicídios; e, outros, perdi o contato. Na época, eu não tinha explicações sobre isso, era muito jovem. Porém, esse contato pessoal contribuiu para que eu escolhesse estudar o tema das juventudes como cientista social. Momentos conturbados, trajetórias difíceis, e muitos questionamentos sobre a realidade. Em outro momento, na vida profissional, por dedicar seis anos de trabalho na Secretaria de Assistência Social de Londrina, a proximidade com os usuários desse órgão também contribuiu para ir além da “fala do crime”, conhecendo as famílias, a dimensão do espaço urbano e dos bairros, dramas, etc. Nesse contexto, percebi que as “falas do crime” eram dotadas de poder: o poder de julgar, segregar, selecionar que grupos mais favorecidos têm sobre grupos sociais subalternos. Porém, as mesmas “falas do crime” abordam, mesmo que de maneira imperceptível, outras relações de poder que afetavam os moradores das periferias da cidade. Trata-se do poder do “mundo do crime”, que preconiza códigos de conduta e práticas

sociais no intuito de manter o controle das economias criminais (FELTRAN, 2009), que se concentram nestas regiões da cidade. Assim, as relações de poder eram apreendidas quando tínhamos que desmarcar reuniões com usuários do serviço por motivos relacionados a algum ciclo de violência, ou por algum motivo de ameaça, e, sobretudo, por haver um controle no bairro por parte de sujeitos que disputavam espaço e legitimidade com as autoridades estatais. Essas relações também são visíveis quando há aquiescência diante do “mundo do crime” e o indivíduo acha certo obedecer às suas regras e ditames. Ele obedece não por medo, mas porque crê nas normas que regem esse universo social. Por sua vez, existem aqueles que não creem nesse universo e mostram pouca disposição e seguir a sua normatividade. Estas relações de poder eram perceptíveis e inquietantes para mim, que, na ocasião, não dispunha de nenhum quadro analítico sobre isso.

Posteriormente, tornei-me professora da disciplina de Sociologia no Ensino Médio público, e a “fala do crime” também apareceu de forma clara no contexto escolar, por meio das conversas e julgamentos. Dei aulas no período noturno na cidade de Bauru para jovens da Fundação Casa que cumpriam medidas socioeducativas em regime semiaberto. Observava esses alunos muito quietos e com pouca interação; e também observava os professores e suas reações de medo diante desses jovens. Atualmente, não tenho alunos nessa condição, mas já os tive em outros momentos em Londrina e me vi diante da mesma situação. Notava que a “fala do crime”, além desenvolver questões de cor, raça e local de moradia, também era perpassada por questões de geração. Primeiro, pelos jovens serem as maiores vítimas de homicídios, questões que a “fala do crime” pouco transmite; e segundo, por serem também protagonistas dos roubos e homicídios.

As minhas inquietações de investigação surgiram nesses contatos diários, por meio de um processo de maturação no qual me apareceu a inquietação de estudar com profundidade as questões juvenis. Nós, profissionais da educação, lutamos diariamente, ou pelo menos tentamos, para fazer com que os jovens permaneçam na escola e usufruam do direito à educação. Na escola temos uma visão privilegiada a respeito de uma série de questões sobre a juventude, uma vez que a escola reflete e reproduz, em grande medida, os conflitos e problemas da sociedade. Muitas vezes isso nos aparece de modo emaranhado. Difícil de compreender para quem percebe a escola como uma instituição rígida. Fácil de compreender para outros, que não raramente se sentem frustrados diante do que veem. Nem todos os jovens seguem a trajetória escolar linearmente, em face das questões que lhes afetam, visto que perdemos muitos jovens para violência, exteriorizada por diversos motivos; por precisarem trabalhar desde cedo ou porque não veem sentidos na educação escolar. Ao

mesmo tempo, o senso comum e as notícias cotidianas nos transmitem a participação de jovens em roubos e tráfico de drogas. Para uns, a adesão ocorre por anseios de consumo que os levam a não medir esforços para alcançar um maior *status*. Para outros, trata-se de uma geração perdida, que não reconhece o trabalho honesto e deseja o dinheiro fácil. São questões que espantam o senso comum, que, por vezes, acaba interferindo no jogo das normativas legais, ampliando as discussões da diminuição da maioria penal, colocando em debate as questões imediatistas sobre o tema, em detrimento da complexidade que contorna as questões da criminalização, juventude e violência.

A minha pesquisa se encaixa dentro desse cenário paradoxal. Para entender melhor e conhecer de perto a situação dos jovens “envolvidos” com o “mundo do crime” em Londrina, concebo este estudo como uma contribuição para melhor entender o cenário de nossa cidade e a situação juvenil nela. Longe de observarmos o jovem como alguém que não pensa e que age por impulso, preferimos partir da abordagem de que ele é capaz de interpretar e agir ativamente sobre a sua realidade. O que interessa aqui é algo que compõe a realidade de alguns jovens: o “mundo do crime”, uma instância normativa que define regras e práticas sociais, as quais os jovens precisam reconhecer, incluindo relações de poder inerentes a esse mundo (FELTRAN, 2009). O jovem precisa reconhecer estas regras para que de fato se insira nesse contexto, e são essas regras e sua interpretação por parte dos jovens que interessam a esta dissertação de mestrado.

INTRODUÇÃO

É comum os jovens interlocutores desta pesquisa utilizarem a acepção nativa “estar envolvido” com o “mundo do crime”, cuja pretensão é comunicar o comprometimento, empenho e a proteção que os conectam a esse tipo de sociabilidade. Do mesmo modo, também significa que algo os cercam, seja como ambiente de condutas, seja de proteção, seja de opressão, dependendo das relações travadas nesse contexto. Portanto, para dissertar sobre o “envolvimento” é importante afastar-se dos julgamentos hegemônicos sobre o ato infracional em si, e aproximar-se dos jovens, dos sentidos que constroem e de suas dinâmicas sociais cotidianas.

Esta pesquisa tem como objeto de análise os significados construídos pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa sobre o “mundo do crime”, tendo como pano de fundo as interações sociais deles no espaço urbano de Londrina. O objetivo geral é investigar o modo como os jovens “envolvidos” no “mundo do crime” definem confiança, reconhecimento e aceitam as regras do que é considerado o “certo” por essa instância normativa na cidade de Londrina. Os objetivos específicos são: 1) acessar o modo pelo qual os jovens interagem socialmente no seu cotidiano, tendo como base de investigação as suas relações com a família, a escola, a vizinhança, a polícia, as relações de trabalho, e o “mundo do crime”; e 2) compreender como as interações nessas várias esferas contribuem para legitimar as regras e práticas sociais que constituem o “mundo do crime”.

O problema sociológico deste trabalho pode ser apresentado da seguinte forma: como as interações sociais estabelecidas com a polícia, a família, a escola, a vizinhança e o trabalho podem influenciar os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas a legitimarem o “mundo do crime” na cidade de Londrina? O trabalho parte da hipótese de que as experiências cotidianas dos jovens nessas esferas da vida social podem influenciá-los a interpretar a realidade social de tal forma que o “mundo do crime” torna-se uma escolha dotada de pleno sentido. Assim, parte-se da ideia de que a inserção desses jovens no “mundo do crime” não resulta de atos impulsivos e/ou irracionais, mas de escolhas possíveis de serem compreendidas a partir das suas interações cotidianas com a família, a escola, a polícia, a vizinhança e o trabalho.

A instituição CENSE I foi selecionada para a realização da pesquisa de campo por ser a porta de entrada dos jovens¹ quando cometem atos infracionais e, assim, ser facilitadora para o contato com os interlocutores, visto que comporta jovens de diferentes locais da cidade, o que proporciona uma diversidade de dados. Em suma, os dados divulgados em 2015 pela Prefeitura de Londrina por meio do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo, no que diz respeito ao CENSE I, retratam que em média 560 jovens passaram por esta instituição no ano de 2013. Revelam que o perfil do jovem em cumprimento de medida socioeducativa em Londrina se condensa no sexo masculino (85, 94%), de 15 a 17 anos de idade (86%), não frequentam a educação escolar (80, 02%), majoritariamente são apreendidos por roubo (26, 15%) e tráfico de drogas (46,44%), e são moradores das periferias da cidade (PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, 2015). Por isso, em um primeiro momento, esses dados foram importantes para a elaboração do recorte de investigação e pesquisa de campo.

Entretanto, de maneira rígida, estas informações publicadas pela Prefeitura revelam perfis relacionados a sexo, faixa etária, ato infracional e locais de moradia. A contribuição deste trabalho é no sentido de complementar estas informações com a discussão de que essas classificações possuem condições sociais e simbólicas, que dependem da posição dos sujeitos diante da realidade. Por isso, embora a pesquisa se concentre nos jovens de 15-17 anos de idade, a discussão não se restringirá à “faixa etária” como algo natural, em que se pode cair na armadilha de pensar que todos os sujeitos estão nas mesmas condições sociais (LENOIR, 1998). Entende-se que, nas dinâmicas da vida social, há a necessidade de relativizar a posição do sujeito para além da idade, levando em conta o estrato social ao qual pertence, o local de moradia, cor e gênero. Nesse sentido, esta pesquisa é orientada pelo tema das juventudes (DAYRELL, 2003; GOPPO, 2000; 2004), que engloba os jovens na diversidade de situações que lhes ocorrem, seus anseios na formação do “eu” e entendimento do mundo, as suas perspectivas de vida. Daí a importância de o jovem ser visto como sujeito, que, concomitante às condições sociais nas quais ele é subordinado, é também capaz de entender e agir na realidade social. Os jovens deste estudo serão pensados a partir desta perspectiva.

¹De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990): “Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional [...]”. Além do CENSE I e CENSE II que possuem o objetivo de aplicar medidas socioeducativas em meio fechado ou semiliberdade, há o CREAS II (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL) que aplicam as medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Não foram inseridos os dados das outras instituições, pois entende-se que eles se repetiriam, pois um mesmo jovem pode passar primeiramente pelo CENSE I e posteriormente ser encaminhado ao CREAS II.

Também é importante afastar-se das definições naturais das divisões entre masculino e feminino e aproximar-se das discussões sobre as construções sociais dos papéis de gênero. A dinâmica da vida social é organizada por significados construídos e nas definições de papéis sociais do que é “ser homem” e do que é “ser mulher” na sociedade, contribuindo para a permanência das relações de poder. Por meio da pesquisa observou-se que a conexão entre estrato social, condição de juventude e socializações diárias na construção do “ser homem” pelos interlocutores são questões que acarretam a cobrança pela autonomia e independência, que se fazem desde cedo, sobretudo para atingir o papel de provedor, buscando o alcance da hegemonia masculina (KIMMEL, 1998; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013). Somando-se a isso, a necessidade da construção desta hegemonia é também baseada na força e proteção. O “mundo do crime” é uma possibilidade para os jovens de representar esse papel social de hegemonia, e, por isso, há grande concentração de garotos do sexo masculino que integram com esta instância.

Alguns estudos dedicados à cidade de Londrina não se afastam destas considerações realizadas até aqui, pois analisam o fato de as desigualdades sociais atingirem as juventudes. Por um lado, refletindo sobre as motivações para a adesão de alguns jovens às atividades ilícitas, esses estudos indicam que a construção de identidades pelo capitalismo define gostos, modos de agir e pensar, que se traduzem em mercadorias que simbolizam *status*. Porém, não é garantido o acesso a esses produtos para todos, levando o jovem a procurar alternativas para conseguir esses produtos, inserindo-se, assim, em atividades ilícitas (SUGUIHIRO, 2009; TEIXEIRA, 2007; COELHO, 2008). Por outro lado, os estudos também englobam as discussões das políticas públicas de integração dos jovens das periferias de Londrina, com críticas à maior ênfase dada na cidade ao Estado Penal contribuindo para o preconceito, discriminação e exclusão (TEIXEIRA, 2007). Especificamente, as pesquisas que tratam das políticas públicas de integração dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativa retratam a falta de alternativas para os jovens saírem dessa condição, e, mesmo quando ofertadas, não correspondem às expectativas ou projetos dos sujeitos, levando-os a reincidirem em atividades ilícitas (COELHO, 2008). A falta de políticas públicas educacionais pode ser um entrave nesse processo de integração, e a escola pública não tem o preparo para recepcioná-los: contribui para estigmatizá-los em vez de acolhê-los, tornando-se assim um obstáculo nesse processo (COSTA, 2013).

Este estudo tem o intuito de contribuir para essas discussões expostas sobre a cidade de Londrina, cujo cerne é a compreensão dos jovens e a participação nas atividades vistas como ilegais. Porém, compreende-se que não se pode abordar os interlocutores com

base no ato infracional em si, pois, dessa forma, adquire-se uma observação hegemônica, e não evidencia de fato a visão de mundo dos sujeitos. Isso posto, o “conflito com a lei” traz impressões de que há o uso dela para julgar os comportamentos dos jovens. Se restringir à lei para pensar nesses jovens, ocultam-se as dinâmicas sociais nas quais criam os significados sobre o mundo. Por isso, foi preciso se afastar do “conflito com a lei” e aproximar-se dos jovens.

Para tal, justifica-se a escolha teórica que nos orientou a delinear o quadro de análise. Por um lado, houve a identificação com a literatura que vem discutindo a questão do “mundo do crime” como uma instância normativa que transmite códigos de condutas e práticas sociais que convivem de modo conjugado com o Estado de Direito (MACHADO DA SILVA, 2004; 2008; FELTRAN, 2009; TELLES, 2009; ZILLI, 2015), demarcando barreiras ou dobras entre estas instâncias, sem torná-las estanques, uma vez que é possível circular entre elas simultaneamente (FELTRAN, 2009; 2010; TELLES, 2009). Esta literatura tem argumentado que o “mundo do crime” disputa legitimidade com o Estado, a escola, a família, o trabalho, no que se refere ao aceitar ou não as regras postas por estas instâncias normativas (FELTRAN, 2010). As juventudes entram no cerne da questão, pelo fato de uma parte dos jovens se integrarem ao “mundo do crime”, colocando em jogo as legitimidades construídas na escola, no mercado de trabalho, na família, com vistas ao reconhecimento e ascensão social.

Por outro lado, houve a identificação com o *interacionismo simbólico* que, por meio de Becker (2008), contribuiu para a compreensão do comportamento visto hegemonicamente como “desviante”. Assim, utilizou-se o interacionismo simbólico como instrumento teórico analítico, compreendendo que a classificação “conflito com a lei” leva a pensar que os jovens vistos nesta condição são considerados “*outsiders*” (BECKER, 2008), tendo em vista que há um “desvio” por eles das regras ditas convencionais. Porém, ao acessar os interlocutores, apreendeu-se que classificam aqueles que os julgam como “*outsiders*”, levando a entender que os julgadores estão de fora do contexto social dos sujeitos da pesquisa, e não compreendem as normas de condutas e práticas sociais às quais estão sujeitos (BECKER, 2008). Isso significa que são integrados em regras que não são reguladas pelo Estado de Direito, mas sim por uma instância normativa denominada nativamente de “mundo do crime”.

Sendo assim, argumenta-se que, para os sujeitos da pesquisa se integrarem ao “mundo do crime”, é necessário percorrer um processo de formação, o que não se restringe a algo imediato e sem avaliação (BECKER, 2008). Verificou-se que, no “mundo do crime”, o

jovem define significados que justificam para si próprio a integração. É por meio desse processo que ele constrói a confiança nos “parceiros” e, assim, se integra aos códigos de condutas e práticas sociais que contornam esse meio, construindo significados que entram em paradoxo com as regras convencionais. Ao gerir as regras, o “mundo do crime” se configura por intermédio de relações de poder que os sujeitos compreendem nativamente como o “certo”. Estas relações de poder disputam legitimidade com o Estado de Direito, uma vez que o “mundo do crime” se instala nas regiões da cidade nas quais o Estado de Direito é precário (BEATO E ZILLI, 2014; MACHADO DA SILVA, 2008) e passa a mediar os conflitos e problemas locais para os moradores, disputando por vezes com o Estado o papel de provisão de segurança e justiça.

Por sua vez, com a expansão do “mundo do crime” nas periferias urbanas, há a marcação de pessoas e locais de moradia, pois os indivíduos podem ser vistos, principalmente por policiais, como sujeitos criminais (MISSE, 2010). Embora haja as marcações sociais, não significa que todos legitimam o “mundo do crime”, por isso que as periferias urbanas tornam-se espaços de tensão (FELTRAN, 2010) e com dinâmicas complexas. Nesse processo de estigmatização, alguns jovens incorporam para si esta condição de sujeito criminal, ao evidenciarem e explicarem sobre o seu processo de socialização. Em face desta perspectiva, o jovem incorpora a reação das pessoas sobre “ser criminoso” (MISSE, 2010), assumindo isso como se fosse natural.

O desafio neste trabalho foi tentar trabalhar de modo conjunto com a literatura, que compreende o “mundo do crime” como instância normativa que disputa legitimidade com o Estado de Direito, e, por sua vez, com o *interacionismo simbólico*, que se concentra na análise das interações sociais cotidianas como um processo por meio do qual o sujeito se apresenta e transmite significados sobre ele aos outros. Nesse sentido, os outros reagirão a esses significados transmitidos pelo sujeito, seja de reconhecimento, seja de reprovação, seja de advertência. Assim, o sujeito fará uma avaliação da interação, modificando ou mantendo os significados que tem sobre ele e sobre o mundo. Estas interações são dadas em microespaços que são cercados por acontecimentos e circunstâncias, denominados pela abordagem interacionista de *situação*. No processo de interação do “eu” com o outro, o sujeito *define situações* (THOMAS, 2001; BLUMER, 1980; GOFFMAN, 1975; 2017), selecionando-as, classificando-as e avaliando-as para criar sentidos sobre si mesmo, sobre os outros e a realidade que o cerca. Ele possui um posicionamento em face das interações nas quais participa. A junção das literaturas se justifica por argumentar-se que a legitimidade do “mundo do crime” é resultado de *definições de situação*, pois o sujeito, no jogo das interações

sociais das quais participa cotidianamente, constrói sentidos a respeito das circunstâncias que o cerca, seja interna, seja externamente ao “mundo do crime”, o que coloca o sujeito em estado de avaliação.

Diante dessas situações, várias questões envolvem os sujeitos da pesquisa para a definição de legitimidade. Demonstrar-se-á que as situações de estigma, abandono, risco, em face das tramas sociais que lhes são apresentadas, contribuem para que julguem e definam confiança, reconhecimento, obediência, ou não, às circunstâncias, pessoas e instituições que o cercam e reajam à sua posição e à representação em face da realidade.

A pesquisa foi direcionada pela abordagem qualitativa no intuito de acessar as explicações dos jovens sobre a realidade na qual se encontram. Para isso, foram selecionados 12 jovens em cumprimento de medida socioeducativa no CENSE I para serem entrevistados por meio de entrevistas semiestruturadas. Entende-se que, dessa maneira, a entrevista não se tornaria uma conversa mecanizada de perguntas e respostas, contribuindo para que os sujeitos e pesquisadora assumissem maior espontaneidade (FLICK, 2013). As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que funciona como instrumento para os pesquisadores que não pretendem se restringir somente às palavras do texto, mas levar a comunicação ao contexto social do qual emerge.

A dissertação é composta por esta introdução, três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, será apresentada a revisão bibliográfica, a abordagem teórica e a cidade de Londrina como um espaço de contrastes sociais e conflitos, demonstrando, assim, o contexto no qual os sujeitos da pesquisa se encaixam. No segundo capítulo, serão explicados a seleção da metodologia para análise dos dados acessados nas entrevistas e o processo de seleção das categorias de análise. No terceiro e último capítulo, a dedicação será para a análise dos dados compactuados com as categorias de análise. Nas considerações finais, realizou-se a relação dos resultados com o problema e hipótese da pesquisa.

1. A CIDADE DE LONDRINA E AS “FRONTEIRAS DE TENSÃO”

Zaluar (2004), quando questionada em uma entrevista sobre a possível relação direta entre pobreza e criminalidade, nega essa afirmativa ao citar exemplos de cidades pequenas e pobres que possuem baixo índice de criminalidade. Para o contraste, utiliza Londrina, uma cidade de 506.000 habitantes (IGBE, 2010), como exemplo de cidade rica para os padrões brasileiros, mas vista como uma cidade violenta. Sobre estas considerações da pesquisadora, faz-se necessário esclarecer dois pontos centrais: por um lado, embora Londrina carregue esta face de cidade moderna, ela tem como palco visíveis contrastes sociais, dispostos sobre os muros, cercas elétricas e atividades de lazer restritas, selecionando pessoas, estigmatizando e excluindo grupos sociais. Por outro lado, estas características urbanas que a cidade tem incorporado possuem uma dimensão que a insere no debate sobre criminalização, violência e juventude.

Seguindo esse raciocínio, embora Londrina seja uma cidade rica, mas violenta, não se pode perder de vista os contrastes urbanos que a cidade carrega, haja vista que possui características de modernização, assim como revela características urbanas de alta concentração de renda (SILVA, 2014). Sendo assim, Londrina pode ser retratada como um símbolo da modernização, é uma das principais cidades do sul do País e a segunda maior do Paraná (SILVA, 2014). Com visualização arquitetônica composta por muitos prédios, é inserida no *ranking* das cidades mais verticais do País. Além disso, conta com cinco grandes shoppings e com um centro urbano regido por redes de comércio e de serviços compostos por ampla circulação de pessoas, cotidianamente. Simultaneamente, este retrato se contrapõe à segregação socioespacial (TEIXEIRA, 2007; SILVA, 2014), e ao redor da cidade se concentram os bairros populares, construídos sob a lógica da modernização, realçada principalmente na década de 1970, diante do êxodo rural; por ocupações de fundo de vale; e, atualmente, há conjuntos habitacionais cujo projeto governamental não foi concluído, que estão sendo ocupados por famílias na situação de sem-tetos. O contraste urbano também é retratado pelos muros, cercas elétricas, seguranças privados, e shoppings centers, que dividem esses espaços da cidade.

Seguindo esse palco de contrastes sociais, a disposição dos conjuntos habitacionais e das ocupações de sem-tetos nas periferias da cidade, afastados do centro, carrega a imagem de uma polaridade urbana (RIBEIRO DA SILVA, 2001). Todavia, a cidade de Londrina pode ser apreendida, na atualidade, como um espaço urbano que vem se fragmentando, sem a possibilidade de apreendê-lo somente por meio de polos estáticos, como

centro e periferia. O redimensionado do espaço da cidade estabelece uma “[...] ruptura com a cidade centralizadora em um único ponto” (RIBEIRO DA SILVA, 2001, p. 05). Desse modo, há uma multicentralidade do espaço urbano, dividindo-o em fragmentos (RIBEIRO DA SILVA, 2001). Assim, é crível falar de enclaves urbanos.

Os enclaves urbanos são formados tanto por moradias populares quanto por moradias de alto padrão, tendo em conta que os segmentos sociais dividem o mesmo território (CAPRON E HERNANDEZ, 2016). Em Londrina, as empresas de construção civil têm tomado conta da cidade, oferecendo imóveis com espaços de lazer e de segurança, que demandam compradores de média e alta renda. Logo ao sul da cidade, nas proximidades do Shopping Catuaí, foram construídos diversos edifícios de alto padrão comercial e de moradia. Próximos dali, existem condomínios fechados e exclusivos que são pautados em infraestrutura de lazer e proximidade com a natureza (TEIXEIRA, 2007). O problema é que mesmo a cidade sendo fragmentada pela multipolaridade urbana, isso contribui para definir locais homogêneos, sendo a “periferia” caracterizada pelos bairros populares. Por exemplo, os moradores da região sul de Londrina que habitam os condomínios luxuosos, mesmo que estejam localizados nos arredores da cidade, não são caracterizados como “moradores da periferia”. Em determinados locais da cidade, há vários bairros conjugados, cada qual homogêneo internamente, mas heterogêneos quando vistos externamente de modo comparativo, “[...] fazendo com que conflitos entre as classes sociais fiquem encobertos pela diferenciação espacial” (RIBEIRO SILVA, 2001, p. 13). Bairros que realçam o perfil de moradores com poder aquisitivo alto podem ser vizinhos de bairros com o perfil de moradores de poder aquisitivo baixo, e os últimos não desfrutam da mesma qualidade de vida e segurança que os primeiros (ABRAMOVAY *et all*, 2004).

Consequentemente, a distribuição de comércios, serviços e redes bancárias nas fragmentações urbanas permite que as pessoas não se desloquem tanto, atraindo os fluxos antes centrados em um só lugar (como o centro de Londrina) para lugares heterogêneos. A fragmentação urbana seleciona indivíduos, tornando-se cada vez mais o acesso à cidade restrito na sua totalidade (ABRAMOVAY *et all*, 2004, KAZTMAN, 2001). As construções dos Shoppings se concentram em todas as regiões de Londrina, como o Shopping Norte (norte); o Shopping Aurora e Catuaí (sul); Boulevard (leste) e Royal Plaza (centro). Os shoppings são resultados do mercado imobiliário bastante presente na cidade, mas também símbolos de enclausuramento, dividindo pessoas e regiões.

Por isso, diante desse olhar para a cidade, percebe-se que a configuração do espaço urbano e as suas divisões se mantêm sob a lógica do medo e da insegurança. Tendo em

vista essa perspectiva, a criminalização e a violência são centrais para compreender a disposição urbana, as mudanças características que a cidade engendra, e as relações sociais travadas diante disso. Essas mudanças de características são partes do processo de interações entre os moradores da cidade, cujos significados estão amparados na “fala do crime” (CALDEIRA, 2008), que se origina das informações que circulam nos meios de comunicação, nas conversas do dia a dia sobre a violência e criminalidade que assola a cidade, contribuindo para o sentimento de medo. Consequentemente, modificam-se relações: o medo de sair à rua em determinados horários; desconfiança diante das pessoas; o aparelhamento de segurança. Desse modo, conjuntamente à “fala do crime”, está exposta a experiência da “violência urbana”. A “violência urbana” é parte dessa linguagem comum das cenas de roubos e tráfico de drogas, homicídios (MACHADO DA SILVA, 2004) que ocorrem no cotidiano das cidades.

A “fala do crime”, além de contribuir para as divisões da cidade sob a justificativa de segurança, contribui também para a circulação de visões de mundo que partem de chaves explicativas da relação direta entre pobreza e criminalidade. Zaluar (2004), portanto, em sua entrevista estava na defesa de que a literatura sociológica se afasta desta concepção entre pobreza e crime, tendo em vista os problemas do estigma, ou seja, as marcações preconcebidas dos moradores das periferias urbanas como potenciais criminosos. Situação que é retratada também por outros estudiosos brasileiros, como Machado da Silva (2004; 2008), Feltran (2010), Misse (2010), Caldeira (2008), os quais contribuem para a reflexão de que a criminalidade assume um corpo, uma cor, e locais de moradia. Lançando mão dessas reflexões, esta relação entre pobreza e crime circula no senso comum, dificultando as relações dos moradores das periferias urbanas com a extensão da cidade, no que diz respeito a encontrar um emprego, ser aluno de determinadas escolas, nas abordagens policiais, nos locais de lazer. Essas marcas sociais são também um problema vivenciado pelos moradores de Londrina, principalmente negros e jovens: possuem dificuldade de conseguir um emprego, as abordagens dos agentes policiais são dadas de forma violenta, conforme os estudos de Silva (2014). Nesse sentido, o local de moradia é marcado preconceituosamente como o antro das pessoas sujeitas a cometer crimes (MISSE, 2014; ABRAMOVAY *et al*, 2004).

Diante desse contexto de enclaves urbanos, aparelhados pelas medidas de segurança, os quais têm o papel de dividir o “bem” contra o “mal” (CALDEIRA, 2008), os moradores de determinados bairros populares da cidade sofrem com as marcações sociais, com a transmissão frequente de seus bairros nos programas policiais jornalísticos; e também

por serem matérias de capas de jornais de circulação local, a fim de realçar a impressão de violência e medo na cidade. O que a representação da “violência urbana” na cidade e a “fala do crime” não apreendem é que as periferias de Londrina são as que mais sofrem com a violência e repressão em razão de conviver com relações de poder que não necessariamente estão relacionadas ao poder do Estado. Portanto, os roubos e tráfico de drogas que ocorrem na vida cotidiana podem parecer de modo individualizado e desviante na cidade, porém na realidade estão integrados a uma ordem social bastante complexa, a qual foi denominada por Machado da Silva (2004) de *sociabilidade violenta*. Neste trabalho, esta ordem social será apreendida por meio da classificação nativa “mundo do crime”, entendido como um regime de condutas e de práticas sociais contornado pelos roubos e tráfico de drogas (FELTRAN, 2010) presentes nas periferias urbanas.

Desse modo, as dinâmicas das periferias urbanas são complexas, pois convivem sob a tensão das relações de poder, entre o “mundo do crime” e o Estado (SOUZA *et all*, 2016). Isso não significa que estas instâncias são estanques, pois na realidade convivem de modo conjugado (MACHADO DA SILVA, 2004). Esta convivência pode ser representada por uma dobra ou uma fronteira, na qual se estabelecem intercâmbios entre o legal e o ilegal e disputas de legitimidade, ou seja, disputas de reconhecimento pelo poder (MACHADO DA SILVA, 2004; TELLES, 2009; FELTRAN, 2009).

Estas dobras entre o legal/ilegal estão interligadas com todas as camadas sociais em relação aos produtos contrabandeados, desde vestuários até tecnologias, bem como o comércio de drogas e receptação de produtos roubados. Porém, é válido lembrar que o “mundo do crime” atinge grupos sociais de forma peculiar (MACHADO DA SILVA, 2008; CALDEIRA, 2008; BEATO E ZILLI, 2014), e o mercado criminal se estrutura em localidades urbanas em que “[...] as condições do provimento de justiça são precárias” (BEATO & ZILLI, 2014, p. 88). Por exemplo, de acordo com os interlocutores dessa pesquisa, os moradores locais precisam, por vezes, de mediações de justiça, e, assim, demandam ao “mundo do crime” uma intervenção, seja para resolver os conflitos domésticos, seja para resolver conflitos locais. Nas tramas da vida cotidiana ocorrem situações que são descontínuas em face do que o plano estatal estabelece ou pode oferecer.

Por isso, afirma-se que, para pensar as periferias de Londrina, é importante abordá-las como espaços de tensão, devido às relações de poder estabelecidas entre o “mundo do crime” e o Estado, representado pela polícia militar no que diz respeito ao papel de garantir o monopólio legítimo da violência e da força. A tensão existe porque o “mundo do crime” deseja esse monopólio de maneira privada e pretende garantir para si o controle das

mercadorias criminais, impondo “[...] parâmetros de organização social” (FELTRAN, 2009, p. 122). Esses parâmetros são moldados por sua expansão, controle de informações, discursos, relações estabelecidas com moradores e com a polícia militar. Disputando a legitimidade com o âmbito estatal, “[...] interferem nas estratégias de gestão de territórios e populações, especialmente nas periferias urbanas” (FELTRAN, 2009, p. 123).

À primeira vista, parece haver uma divisão estanque entre o legal/ilegal, e a polícia visa cumprir a lei e a ordem, representando o legal contra o ilegal. Porém, neste trabalho encontram-se relatos de jovens sobre o fato de policiais circularem por estas dobras, utilizando-se da representação do monopólio da violência e da força para fins pessoais e privados, excedendo-se, dessa forma, em abuso de poder, tomando atitudes discriminatórias e preconceituosas. Assim, se utilizam do poder de incriminação para julgar de modo assimétrico quem será apreendido, agredido ou não, a depender do local de moradia, cor e classe social em que se posiciona o sujeito (MISSE, 2010). O que torna frágil a construção da confiança e reconhecimento da polícia, quando ela se utiliza somente da força e abuso de poder para conseguir obediência. Zanetic *et all* (2016) explicam que a construção da legitimidade da polícia é um processo, que só é possível quando os moradores internalizam, percebem no cotidiano atitudes confiáveis para entenderem que é certo obedecer, tendo em vista o equilíbrio para garantir a justiça, e não a assimetria por meio do abuso da força e da violência.

Por sua vez, essa disputa não é somente evidenciada no plano da força e violência, mas também na transformação dos serviços do Estado em comércio, uma vez que o agente público pode se utilizar para fins privados da prestação de serviços dedicados ao Estado. No caso desta dissertação, os interlocutores informaram que já presenciaram ações policiais nas quais houve a apreensão das drogas, e não a apreensão da pessoa acusada; apreensão de objetos de roubo, e não a apresentação desses na delegacia. Os agentes, quando confrontados diante do ambiente de tensão criado, agem de modo violento e abusivo. Os próprios jovens consideram essas ações como corruptas e as condenam. Portanto, na realidade as dobras entre o legal/ilegal se embaralham, pois há intercâmbios de dinheiro, produtos e serviços que se configuram no que Misse (2010b) denominou de “mercadorias políticas”, as quais possibilitam tornar contínuas e intercambiáveis as dobras do legal/ilegal, sendo possível caminhar entre elas de modo simultâneo.

Estas relações de poder nas periferias possibilitam novas construções de legitimidades, as quais são dadas por disputas, e jamais de modo harmônico, uma vez que nem todos concordam em obedecer, seja em relação ao "mundo do crime", seja ao Estado.

Nesse caso, há interferência nas dinâmicas familiares, escolares e nas relações de trabalho, visto que esses espaços convivem com as fronteiras do “mundo do crime” que podem modificar os significados de legitimidade até então existentes. Em outras palavras, as disparidades sociais existentes na cidade contribuem para que o “mundo do crime” dispute legitimidade com instâncias consideradas tradicionalmente legítimas, como o Estado, a família, a escola, o “mundo do trabalho” (FELTRAN, 2009; 2010). Por isso, o foco de análise ser os jovens que se integram a essa instância, tendo em vista que, para se integrarem, precisam confiar e reconhecê-la como legítima. Em face das questões que vivenciam no cotidiano, atreladas a marcações sociais e ao isolamento, no que se refere às fragmentações da cidade, o “mundo do crime” torna-se um espaço de reconhecimento, confiança, proteção e segurança para alguns jovens. Dentro dessa perspectiva, os jovens legitimam as condutas do “mundo do crime”, incorporando para si que é “certo” obedecer, pois se inseriram em um processo por meio do qual foi possível lhes transmitir sentidos para que chegassem a essa conclusão.

1.1 AS INTERAÇÕES SOCIAIS E OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS: A ABORDAGEM TEÓRICA

O objetivo desta pesquisa é apreender as interações sociais dos sujeitos como um processo de transmissão de sentidos, por meio do qual o jovem se integra ao “mundo do crime”. Por isso, o *interacionismo simbólico* auxiliou nesta investigação e foram selecionados os seguintes espaços de interações, como campos analíticos: família, polícia, escola, vizinhança, cidade, mundo do trabalho e “mundo do crime”. Ao interagir socialmente, os sujeitos estabelecem contatos com diversos significados que são emitidos por diferentes pessoas. Um mesmo objeto pode ter uma mesma forma, mas, quando visualizado, pode receber diferentes sentidos, que depende “[...] da totalidade da experiência do indivíduo e do tipo de organização da experiência na memória no momento” (THOMAS, 2001, p. 148).

Os campos analíticos são recortes que direcionam o olhar do pesquisador. O intuito não é saber qual o significado construído pelo jovem em relação à escola, à família, etc., como instituições rígidas, inflexíveis. O interesse está nas interações sociais que ocorrem nesses espaços, que possibilitam incidentes, experiências, situações, nos quais são manipulados sentidos. É um jogo de ações e reações que possibilitam construir o “eu” diante do mundo. As interações sociais são processos interpretativos, por meio dos quais o indivíduo *define a situação*, ou seja, “[...] interpretar torna-se uma questão de manobra de significados.

O agente seleciona, modera, susta, reagrupa e transforma os significados sob o ponto de vista da situação em que se encontra e da direção de seus atos” (BLUMER, 1980, p. 122).

Compreende-se que os interlocutores percorreram diversas experiências, sendo a construção de legitimidade o resultado de *definição de situações*. Para que isso ocorresse, não necessariamente as situações foram definidas intrinsecamente no “mundo do crime”, mas as interações nos outros campos de análise serviram de base para que os jovens tivessem um panorama da sua posição no mundo e assim significar a realidade que se inserem.

Portanto, o indivíduo, ao se apresentar nas situações cotidianas, além de emitir sentidos, também os recebe, por meio das reações dos indivíduos com os quais mantém a interação. Estas reações podem ser baseadas em elementos que realçam a imagem do indivíduo, tornando-o aceito, ou deterioram a sua imagem. Nos campos analíticos os sujeitos da pesquisa podem sofrer os dois tipos de reações. É desse modo que ele mensurará a respeito, criando um sentido sobre si próprio e o mundo: “formamos objetos de nós mesmos por intermédio da forma como os outros nos veem ou nos definem” (BLUMER, 1980, p. 129). Isso dependerá de como o indivíduo é representado na vida cotidiana, e as reações dos outros contribuem para que o indivíduo manipule os significados da interação (GOFFMAN, 1975). Os sujeitos desta pesquisa dificilmente conseguiram uma boa representação nos palcos pelos quais passaram, pois, em diversos momentos, relatam as suas identidades deterioradas: o fato de morar na periferia; a convivência em família conflituosa; a convivência na escola, com a qual não conseguem estabelecer identidade e aproximação; a ida ao centro da cidade e todas as pessoas ficarem observando, devido ao seu jeito de andar e de se vestir. De acordo com o interacionismo simbólico, esses episódios e tantos outros são situações. É por meio dessas micro-histórias cotidianas que o indivíduo define o mundo e a sua representação. Em face das reações das pessoas, pode ser que os indivíduos queiram vestir uma máscara e manipular a identidade deles, para esconder as suas origens, tornando-se mais hostil para não se apresentar como “fraco” ou “sensível”; necessidade de dinheiro ou bens materiais para parecer bem-sucedido ou que ascendeu socialmente (ZALUAR, 2000).

Misse (2010), ao avançar na análise do jogo das reações e manipulação das identidades, pensa especificamente no Brasil no que diz respeito à criminalização das regiões periféricas das cidades, com atenção ao Rio de Janeiro, principalmente diante da expansão do mercado criminal. Há uma reação da sociedade em relação aos locais de moradia, cor de pele e estratos sociais sob a expectativa de que são marcas criminais. Os policiais, nas operações, se utilizam dos critérios para encontrar os “sujeitos criminais”. Nesse sentido, a “sujeição criminal” atinge uma população em sua totalidade. Por isso, o autor adverte que há diferenças

entre a “sujeição criminal” e os “rótulos” e “estigmas”: “o conceito de sujeição criminal não depende do conceito de desvio ou de estigma, pois se refere a um processo social em que é ‘normal’ (e não desviante) esperar que certos indivíduos e tipos sociais sejam mais propensos a cometer crimes que outros [...]” (MISSE, 2014, p. 210). O problema é que o próprio indivíduo incorpora para si o sujeito criminoso, como se essa condição fosse nata. Conforme enfatizado, na cidade de Londrina existe forte assimetria social representada pelo cenário urbano. Há bairros que são mais fechados, que não há o encontro com a cidade. Verificou-se que o processo de socialização de alguns jovens torna-se restrito e observam a “vida do crime” como natural. Ou seja, incorporaram para si um “eu” que lhes foi destinado: “[...] o crime habita o indivíduo transgressor e o seu tipo social mais geral. Na sujeição criminal, o crime é reificado no suposto sujeito autor de crimes” (MISSE, 2014, p. 204). A divisão da cidade entre o “bem” e o “mal” contribui para o isolamento social e o não encontro com diversidades de ideias e ações. A criminalização, a marcação em relação a uma população não permite o acesso à cidade em sua totalidade, prendendo os jovens somente a um espaço. Portanto, quando o jovem apreende e define para si os significados da realidade, não se pode descartar que convive em universos bastante restritos.

Dentro desse contexto, é importante entender como o “crime” se encaixa como espaço de legitimidade. Para participar do “mundo do crime” é preciso aceitar as regras, processo que não é imediato. Trata-se de uma carreira que, no decorrer da experiência, os indivíduos vão aceitando as regras (BECKER, 2008). Antes de interagirem com as “carreiras do crime”, os jovens viveram situações negativas que os fizeram avaliar sobre todos esses contextos. Em face da situação de desproteção, violência, falta de dinheiro, o “mundo do crime” promove a confiança, segurança e proteção. É o que se pretende explorar na análise dos dados empíricos.

1.2 JUVENTUDE COMO TEMA TRANSVERSAL

A juventude é uma categoria analítica importante para direcionar a reflexão sobre o jovem londrinense e a sua relação com o “crime”, no intuito de considerar que a condição desse jovem tem como pano de fundo interações sociais que o situam nas suas escolhas, avaliações e reflexões, e que, dessa maneira, fazem com que ele crie significados sobre sua vida cotidiana. A fim de acessar as percepções dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas sobre o “mundo do crime”, é importante nos afastar do “conflito com a lei” e nos aproximar mais do jovem, visto que é inserido em uma rede de relações que

o levam a se tornar um “conflito com a lei”. A condição de “conflito com a lei” significa que esse jovem cometeu uma infração e/ou crime que fere os princípios legais da sociedade. Seguir essa avaliação é estar de acordo com explicações dominantes, que se afastam das tramas sociais nas quais os sujeitos estão inseridos. Em outras palavras, esse tratamento parece enxergar o jovem pelo ato infracional que ele cometeu, expondo, em segundo plano, o contexto no qual está inserido. Por isso, preferiu-se dissertar sobre jovens que carregam como marcas o “conflito com a lei”, e que, sobretudo, estão sujeitos a determinadas condições sociais: de trabalho, renda, gênero, cor, etc.; bem como esse mesmo jovem avalia a sua situação diante dessas condições.

Diante disso, é importante evidenciar duas situações sobre o tema juventude, as quais são tratadas pela literatura de modo divergente: por um lado, pode aparecer como uma fase de transição para a vida adulta, mais relacionada a algo biológico e natural, como se as inclinações dos indivíduos fossem semelhantes e parecidas, necessitando somente de adestramento para a integração social. De acordo com as reflexões de Pimenta (2007), é como se todos seguissem um caminho unidirecional, normativo, para a vida adulta, o que leva a supor que os indivíduos em uma sociedade estão sujeitos às mesmas condições. E, por outro lado, a juventude é vista como uma condição social, e os jovens vivem situações sociais diversas, com demarcações diferenciadas e desiguais. Ser um jovem estudante de colégio público é diferente de ser um jovem estudante de um colégio privado; bem como ser jovem morador da periferia é diferente de ser jovem morador de localidades mais favorecidas economicamente.

Pensando nessas duas situações expostas pela literatura, Groppo (2000, 2004), quando explica sobre o aparecimento dos “problemas sociais” na sociedade moderna, elucida sobre os “problemas” relacionados à juventude. A urbanização e a industrialização sinalizam a questão juvenil como “desregrada”, “promíscua”, “indisciplinada”. No Brasil, principalmente no decorrer da década de 1930, aparecem as mesmas preocupações.

Em vista disso, a juventude surge como um problema social que “[...] mobilizou quadros intelectuais, para a definição de quando a juventude começa e termina” (GROPPO, 2000, p. 10), de modo que o Estado possa mobilizar ações para a resolução do problema, pois os jovens, mediante a imaturidade deles, podem desfuncionalizar a sociedade. O que deveria ser direcionado como forma de resolução seria “[...] classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres” (GROPPO, 2000, p. 10). A moldagem da juventude por critérios de idade leva a uma abordagem homogeneizante, deixando de considerar a sua complexidade e diversidade. As instituições, neste quadro, aparecem como

forma de prevenir e resolver problemas (LENOIR, 1998; GROPPPO, 2000; DAYRELL 2003). O critério de idade assume, na realidade, uma forma de neutralidade. A institucionalização, por meio da escola e da preparação para o mercado de trabalho, por exemplo, estaria relacionada a uma forma de convivência pública, para longe dos comportamentos privados adquiridos na família. Isso significaria uma “integração à sociedade adulta” (GROPPPO, 2004, p. 13), processo por meio do qual todas as pessoas situadas em um determinado grupo etário deveriam seguir.

Assim, também o processo de institucionalização da juventude, como forma de preparo para a vida adulta, significa o “vir a ser”, sobre o qual o objetivo das ações se concentram em resultados para o futuro (DAYRELL, 2003, p.41). Todo este preparo em relação ao jovem é valorizado para que o processo de crises no presente seja adormecido no que diz respeito a questionamentos e reações, para que a sociedade persista com a sua cultura acumulada (MANNHEIM, 1982).

Por isso, é preferível não abordar os interlocutores por meio da idade, uma vez que não é a data de nascimento que determina ser jovem, mas as condições históricas nas quais os jovens estão inseridos (MANNHEIM, 1982; FEIXA & LACCARDI, 2010). No entanto, isso não significa que teriam uma mesma consciência e avaliação sobre o que vivem nesse tempo histórico. Terão uma reação a um determinado estímulo histórico de forma diferenciada, haja vista que as inserções socioculturais dos sujeitos os relativizam, considerando as suas relações com outras categorias, como gênero, classe, etnia, contexto histórico, localidade, etc. (GROPPPO, 2000; ABRAMOVAY *et all*, 2004; MINAYO *et all*, 1999). Essas categorias vinculadas à juventude fazem com que ela se transforme em uma percepção bastante diversificada, pois essas situações comuns não são sentidas e interpretadas da mesma forma por todos os jovens, pois se trata de uma “[...] situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido a sua combinação com outras situações sociais” (GROPPPO, 2000, p. 15). Por isso a necessidade de não falar sobre juventude, mas sim de juventudes (GROPPPO, 2000; DAYRELL 2003), contemplando todas estas complexidades que estão contornadas nesta categoria. A juventude “[...] ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas” (DAYRELL, 2003, p. 40).

Tomando como referência as falas dos interlocutores, as juventudes são construídas por experiências vivenciadas desigualmente na sociedade. Para tanto, nesta dissertação o jovem será abordado como um sujeito social porque singularmente faz a leitura de seu contexto socioeconômico, político e cultural, de acordo com as suas experiências. Reconhecê-lo como sujeito, dentro desse contexto, é argumentar que é “[...] um ser singular,

que tem história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade” (DAYRELL, 2003, p. 40). A construção do sujeito social, no entanto, não é dada de modo somente harmônico, em posição de igualdade. A construção do sujeito, nesse sentido, concentra-se em contextos de desumanização: “[...] nos quais o ser humano é ‘proibido de ser’, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana [...]” (DAYRELL, 2003, p. 42).

Sobre a “proibição do ser”, o trabalho de campo evidenciou que o sujeito jovem pesquisado perpassa por situações de “rótulos” (BECKER, 2008) e “estigma” (GOFFMAN, 1975), por carregar as marcas de seus locais de moradia, da sua condição de classe e de sua cor. Especificamente em relação ao contexto brasileiro, o jovem pesquisado, morador das periferias da cidade, torna-se um ser que carrega nas suas costas o crime, é como se o crime se incorporasse no seu corpo. Desse modo, esse sujeito assume a identidade criminal, deixando de ser considerado pela sociedade como um jovem e assumindo, assim, o papel destinado a ele, de criminoso. Nesse sentido, diante da proibição do ser jovem, vive a “sujeição criminal”, pois a sua cor de pele, a sua classe social e o seu local de moradia já o definiram como criminoso potencial. Essas definições são lançadas pela própria reação da sociedade. Sobre a percepção dos interlocutores em relação a isso, ora incorporam esse papel (MISSE, 2010), ora o avaliam, levando em consideração a sua situação.

Assim, os jovens pesquisados serão vistos como “sujeitos sociais” que avaliam, significam e questionam as situações sociais nas quais se inserem. De acordo com as evidências empíricas, esses jovens estão longe de tratar as situações nas quais estão inseridos de modo ingênuo, em razão de submeterem a sua realidade social a constantes avaliações. Ao mesmo tempo, serão vistos como jovens “proibidos de ser”, devido às tramas sociais nas quais se inserem e as marcas sociais que carregam, sob a reação da sociedade.

1.3 “MASCULINIDADES” E INTERSECÇÕES COM JUVENTUDES

Pelo fato de os jovens entrevistados serem do sexo masculino, e pelos dados estatísticos revelarem o sexo masculino como majoritariamente participante no “mundo do crime”, há necessidade de incorporar essa discussão com foco analítico na categoria gênero, mas ressaltando as interações desses jovens, as pequenas histórias por meio das quais eles significam os papéis de gênero, e, assim, demonstrar os seus contextos de masculinidades. Seguindo essa perspectiva, percebe-se, na análise dos dados, que essas masculinidades são

construídas por micro-histórias em microcontextos, pois os significados não seguem uma lógica estrutural, visto que pertencer ao “mundo do crime” não significa que o sujeito ocupará a posição de masculinidade dominante, pois, nesse contexto, também existem relações de dominação. Por exemplo, na pesquisa empírica, houve depoimentos de que nem todos os jovens andam armados. Para se armarem, dependem das situações que aparecem no cotidiano. Dentro do Centro de Socioeducação existem avaliações de quem são os “moleques” e de quem são os “homens”, dependendo do comportamento do sujeito dentro da prisão. O foco é saber sobre os momentos que precisam demonstrar o papel definido de “ser homem”, de maturidade, ter capacidade de tomar decisões, etc. Essas são características reconhecidas pelo “mundo do crime” para o desenvolvimento de relações estáveis. A categoria gênero é importante de ser vinculada aos estudos de juventudes, visto que os jovens não são seres vazios, e, para pensá-los sobre a sua condição, é importante refletir no que toca aos papéis de gênero desempenhados por eles.

Seguindo esse ponto de vista, Medrado & Lyra (2008) abrem o diálogo teórico com as autoras Scott e Barbieri e explicam a importância do debate em torno do gênero, mas ressaltando a perspectiva relacional: “[...] o gênero não pode ser pensado como entidade em si, mas como construções interdependentes” (MEDRADO & LYRA, 2008, p. 819). De outro modo, o poder está presente nas relações de homens-homens, de mulheres-mulheres, bem como na relação dos homens-mulheres, tendo como destaque a hegemonia masculina que paira sobre estas redes de relações de gênero.

“não se pode apenas estudar as mulheres, pois o objeto dos estudos de gênero é mais amplo, e, sendo assim, faz-se necessária uma análise em todos os níveis, âmbitos e tempos, das relações mulher-homem, mulher-mulher, homem-homem para se alcançarem maiores resultados” (MEDRADO & LYRA, 2008, p. 819 *apud* BARBIERI, 1992, p. 114, *tradução dos autores*).

Considerando gênero sob uma perspectiva relacional, busca-se compreender os sujeitos desta pesquisa levando em consideração o conceito de “masculinidade hegemônica” (KIMMEL, 1998; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013), ou seja, de que existe uma “hegemonia masculina”, fundamentada em ser branco, heterossexual e rico. Aqueles que não se encaixam nessa hegemonia, serão considerados subordinados, que por vezes, são julgados por esse modelo hegemônico. Nesse sentido, as “masculinidades” são construídas e vivenciadas sob a lógica de assimetria e desigualdade que as relações de gênero produzem (MEDRADO & LYRA, 2008), uma vez que homens, rapazes, meninos, são submetidos às

pressões para colocarem à prova a sua masculinidade diante dos grupos em que participam; ou nas suas relações cotidianas com mulheres, e também do papel que devem representar diante da homossexualidade (CECHETTO, 2004). Essas pressões não são equilibradas, porque levam às disparidades em relação ao “ser homem”, visto que nem todos estão dispostos a cumprir o papel de hegemonia, bem como nem todos estão em posição de igualdade para alcançar a hegemonia, levando em conta a classe social, cor, orientação sexual e geração. Caso não cumpram os papéis determinados, podem sofrer consequências, tendo como exemplo os casos de homofobia, ou serem rotulados de “delicados”, “fracos”, “não homem”. Em sua pesquisa sobre as rixas entre jovens de baile *funk*, Cechetto (2004, p. 124) explica que o padrão da masculinidade naquele contexto é ter “disposição”: “não por acaso, ‘ter moral’ é a condição mais ambicionada pelos homens; a isso se liga o temor de ser ‘esculachado’, isto é, desmoralizado ou humilhado publicamente em sua honra e seu corpo”. No caso específico de Cechetto, a “disposição” é para brigar e não sentir medo, para assim ser considerado “homem” pelos grupos nos quais estão inseridos.

Conforme o exposto em seção anterior, as pesquisas que versam sobre o “mundo do crime” compreendem essa instância como sociabilidade violenta, na qual o poder dos integrantes é garantido por intermédio da força para conseguir a obediência de seus pares; é utilizada como instrumento de segurança diante de uma ameaça, e, assim, disputa espaço no que diz respeito ao monopólio da violência reivindicado pelo Estado. Por sua vez, também é utilizada para atingir fins privados, entre os quais: garantir a harmonia do negócio – no caso do tráfico de drogas; e garantir o confisco do que deseja, seja dinheiro, seja mercadoria – no caso do roubo. Em estudos sobre jovens inseridos no “mundo do crime”, é comum encontrar as representações construídas por eles de que é preciso ter disposição para matar, honrar os códigos existentes de seu grupo, e, assim, exteriorizar a sua masculinidade (ZALUAR, 2000; ZALUAR, 2014; LYRA, 2013; NERI, 2009). Diante do exposto, entende-se o “mundo do crime” como uma instância que também constrói estilos de masculinidade, tomando como modelo a hegemonia.

Relacionando o conceito de “masculinidades” com os estudos de Zaluvar (2014), Lyra (2013), Neri (2009), Cechetto (2004), conclui-se que as reflexões desses autores são de que esses papéis sociais desempenhados pelos jovens no “mundo do crime” têm como objetivo a busca por “ser homem”, dando ênfase à virilidade, ao ser provedor, e à disposição para a força, tendo como perspectiva papéis sociais hegemonicamente masculinos. No entanto, é preciso considerar que esses estudos estão baseados em dados cujos resultados não podem ser generalizados para todo o “mundo do crime”, sob pena de incorrer em definições

essencializadas do que seria a masculinidade. Assim, as masculinidades são dadas por relações, nas quais homens também ocupam posições de subordinação, diante de uma ordem dita hegemônica. Haja vista que muitos homens, rapazes, meninos, escapam da condição de hegemonia, resultando assim na condição de subalternidade (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013). Desse modo, a subalternidade é aquilo que está longe do “jeito homem de ser”, por se deslocar dos padrões masculinos hegemônicos de comportamento. Nesse sentido, indivíduos do sexo masculino considerados pobres, negros, homossexuais, frágeis, ocupam uma posição de inferioridade perante alguns padrões de masculinidade, estruturando dessa maneira relações de dominação. Os jovens menos experientes no “mundo do crime” ocupam a posição de subordinados, sendo submetidos a testes para comprovar se são “homens” ou se são “moleques”.

Kimmel (1998) e Connell & Messerschmidt (2013) defendem a existência de uma masculinidade hegemônica, que, pode ser assimilada, ao ser branco, heterossexual, rico, ocidental. Estas são matrizes que podem diferenciar homens em uma dada sociedade, mantendo-os nas posições de dominantes e dominados. Portanto, falar de gênero é algo muito fluido, depende de sociedades e de uma determinada época; depende também dos significados nos quais são moldadas as relações de dominação e a partir dos quais se definem papéis sociais (SCOTT, 1995).

Por esse ângulo, pesquisadores têm discutido que a masculinidade não pode ser tratada sob um viés normativo, como se existisse uma essência do que é ser homem, ao levar em consideração que esse papel acompanha também o movimento histórico, as características culturais, e as mudanças pelas quais atravessa uma sociedade. Assim, de acordo com Kimmel (1998, p. 105) “[...] as masculinidades são socialmente construídas, e não propriedades de algum tipo de essência eterna”. Se seguir esta regra rígida de essência eterna, pode-se cair no equívoco de que os papéis masculinos são naturais, e não socioculturais, legitimando as relações de poder.

Se considerar os perfis pesquisados, eles provêm de contextos sociais marcados pelas desigualdades sociais. Conforme os dados coletados na pesquisa, os familiares possuem profissões pouco qualificadas, e, majoritariamente, as famílias recebem até 2 salários mínimos. Esses jovens, em sua maioria, possuem o ensino fundamental incompleto. Levando em conta o contexto desses jovens, antes de se integrarem no “mundo do crime” ocupavam a posição de masculinidade subordinada, pois não possuíam os requisitos para alcançar a hegemonia. Porém, isso não significa que não desejam modificar essa posição, pois exteriorizam muito a vontade de serem provedores e independentes; acessar produtos de

consumo com símbolos de status e reconhecimento; ter dinheiro no bolso; e afirmar uma personalidade de “homem forte” e “honrado”. Precisam não apresentar “fraquezas” em face dos colegas e demais pessoas. Portanto, os sujeitos significam situações que representam padrões de masculinidade hegemônica, buscando por intermédio do “mundo do crime” o alcance desses padrões. Por um lado, pensando no mundo legal e normativamente legítimo, a situação desses jovens seria vista sob a ótica da subordinação, se considerarmos as posições que ocupam socialmente. Seguindo esse ponto de vista da “masculinidade hegemônica”, e como a discussão está contornada nas disputas por legitimidade, o “mundo do crime” aparece como uma instância dotada de sentidos que faz com que os jovens pensem sair da posição de subordinado, mesmo que passe por avaliações do grupo para ser reconhecido. O “mundo do crime” torna-se uma forte rede de integração desses jovens, uma vez que possuem a idealização de que a “masculinidade hegemônica” poderá ser alcançada por intermédio do “mundo do crime”, visto que não foi alcançada nas vias normativas legais.

Para o entendimento das evidências empíricas que serão analisadas mais adiante, é importante introduzir aqui as discussões de Pimenta (2007, 2014) sobre as trajetórias juvenis, que têm como foco de análise o processo de transição para a vida adulta e a heterogeneidade de vivências da condição juvenil no Brasil. A autora problematiza essas situações vivenciadas por jovens contemporâneos, de diferentes posições sociais, e percebe que eles não seguem uma trajetória linear para a vida adulta, ou seja, aquela que segue critérios de idade e etapas de transição. Por exemplo, se os jovens seguissem uma linearidade para a vida adulta, precisariam cumprir algumas etapas iniciando com os estudos, depois tendo uma profissão, para assim se casar e sair da casa dos pais, conseguindo a independência financeira e familiar. Esse seria o ápice da vida adulta. Levando em consideração as mudanças sociais contemporâneas, percebe que não é possível considerar uma linearidade para ser jovem ou ser adulto. Dependendo do contexto social e da situação do jovem ou adulto, pode acontecer de um indivíduo formado, com profissão, ainda morar com os pais, muitas vezes por opção ou por causa das circunstâncias. Ter formação acadêmica na atualidade não significa que o jovem se inserirá rapidamente no mercado de trabalho. Do mesmo modo, pode acontecer de jovens se casarem e viverem ainda na casa do pai. De terem filhos e, somente depois, cursarem uma faculdade. Enfim, a autora traça diversas situações do cotidiano, as quais refutam teorias que seguem a visão rígida das trajetórias geracionais. Essas teorias também são superficiais, pois julgam como desviantes as situações que escapam da linearidade (PIMENTA, 2007). Assim, a autora contribui para a discussão da relação entre trajetórias juvenis e as posições sociais dos sujeitos, vinculando essas trajetórias com

marcadores outros que não geração - classe, raça e gênero - que produzem trajetórias diversas e também desiguais.

Para explicar as condições heterogêneas das trajetórias juvenis, Pimenta (2014) discorre sobre as mudanças sociais marcadas por crises que as sociedades modernas atravessam e que afetam a situação juvenil. Diante desse quadro de crises, a busca por autonomia e independência pelo jovem também sofre alterações, uma vez que o desemprego e a cobrança por qualificação profissional se fazem cada vez mais presentes. Outro ponto importante a destacar é a inserção dos jovens no mercado de trabalho precarizado, visto que nem todos conseguem se qualificar; ou, se conseguem, possuem dificuldade de encontrar um emprego.

Diante desse quadro, Pimenta (2014) aponta dois parâmetros de mudanças sociais presentes na sociedade brasileira atual, em que ela denomina de, por um lado, o “prolongamento da condição juvenil”; e, por outro, o “embaralhamento” das etapas para a vida adulta (PIMENTA, 2014, p. 266). O “prolongamento” ocorre quando o jovem segue a trajetória escolar de forma mais duradoura; há um prolongamento de sua moradia na casa dos pais; há o aumento da idade para o casamento e para o planejamento do primeiro filho; ou pode acontecer de essa pessoa optar por não se casar. O “embaralhamento” ocorre quando a trajetória de vida é composta por estilos de vida flexíveis, ou seja, trabalha e estuda; casa-se muito jovem e adentra-se no mercado de trabalho instável. Tanto o “prolongamento” quanto o “embaralhamento” estão distantes de um processo normativo, rígido e linear.

O “prolongamento” e o “embaralhamento” são contextos que permitem aos jovens construir significados sobre a realidade na qual estão inseridos. Pode-se afirmar que as situações de “embaralhamento” são características dos jovens pesquisados nesta dissertação, uma vez que a trajetória de vida deles é marcada por flexibilidades, isto é, por cortes e retornos aos bancos escolares, idas e vindas no mercado de trabalho e, acima de tudo, a necessidade de independência financeira. Nesse sentido, são situações que possibilitam ainda mais a defesa da juventude como uma construção social, dependente de uma posição social. São jovens que cobram de si mesmos a independência econômica desde muito cedo, haja vista a impossibilidade de os responsáveis por eles ofertarem padrões de consumo elevados; ou ofertarem auxílios financeiros para práticas de lazer/diversão. A situação de “embaralhamento” é possível apreender em suas próprias falas, quando emitem explicações sobre a saída da escola; sobre residirem com os responsáveis; estarem inseridos no mercado ilegal/informal; a preocupação de já garantir um lar para viver sozinho; e casos em que já residiram com companheiras. Pensar nesses jovens diante do “embaralhamento” é perceber

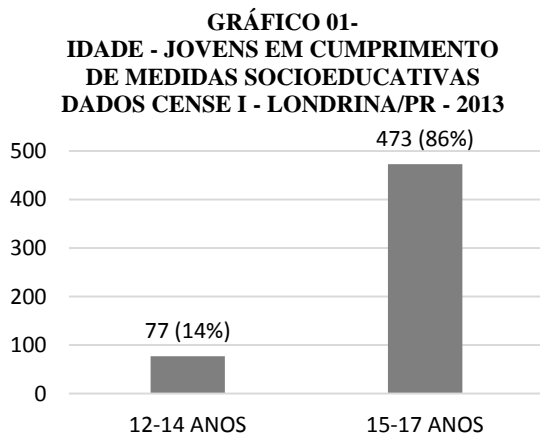
que as tramas sociais e as suas redes de relações contribuem para que avaliem a realidade e construam maneiras de se estabelecer nesse contexto.

Dessa forma, para entender os significados construídos pelos interlocutores, será necessário se afastar da lógica normativa de trajetórias unidirecionais, visto que o jovem pesquisado “[...] não está atrelado às ‘idades da vida’ tais quais a entendemos, mas submetidos a outras categorias singulares ao seu contexto social” (LYRA, 2013, p. 73). Dependendo do estrato social do jovem, a cobrança pela independência financeira e a complementação da renda familiar faz-se desde cedo (ZALUAR, 2000), e os papéis sociais definidos nas relações de gênero concedem ao sexo masculino a característica de se inserir no mercado de trabalho o quanto antes. Porém, o jovem reavalia essa condição, definindo novos significados no cotidiano e novos espaços de legitimidade. Por esse ângulo, a independência está mais atrelada a uma “negociação pública”, embora longe das considerações dos parâmetros legais que definem idades e fases da vida (LYRA, 2013). A “negociação pública” pode existir dentro das normatizações legais no que diz respeito aos jovens de modo geral, quando atinge a maioridade civil, por exemplo. Porém, leva-se em conta as interações dos sujeitos, o que nos faz perceber que essa negociação também é dada sob outras instâncias, as quais reconhecem o jovem como responsável, confia nele e, assim, garante a sua autonomia e independência. Essa instância que entra no jogo da “negociação pública” é o “mundo do crime”.

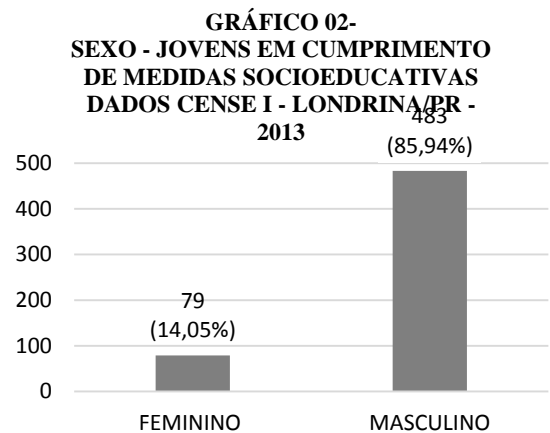
2. METODOLOGIA: O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os critérios para o desenvolvimento da pesquisa de campo foram jovens de 15 a 17 anos, do sexo masculino, envolvidos no roubo e tráfico de drogas, residentes das regiões norte, sul, leste, oeste e centro da cidade. A seleção dos sujeitos foi de acordo com o perfil do “adolescente em conflito com a lei” divulgado no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo da Prefeitura de Londrina (2015). Os dados retratados neste estudo serão somente os relacionados à instituição CENSE I por ser a porta de entrada de medidas socioeducativas para aqueles que cometem ato infracional. Por exemplo: um mesmo jovem primeiramente passa pelo CENSE I, e, posteriormente, dependendo da sanção do juiz, ser encaminhado para outras instituições como o CENSE II, semiliberdade ou CREAS II.

Em torno de 562 jovens passaram pelo CENSE I em 2013. Os gráficos 1 e 2 revelam que os jovens se concentram na faixa etária de 15-17 anos (86%), sendo majoritariamente do sexo masculino (85,94%):

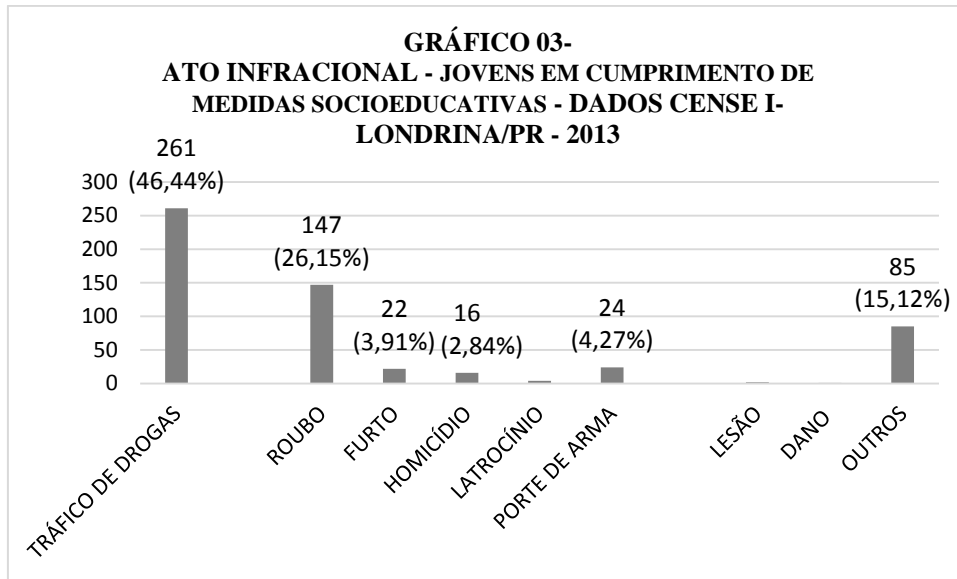


Fonte: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo/ Londrina/PR, 2015. *Gráfico elaborado pela própria autora.*



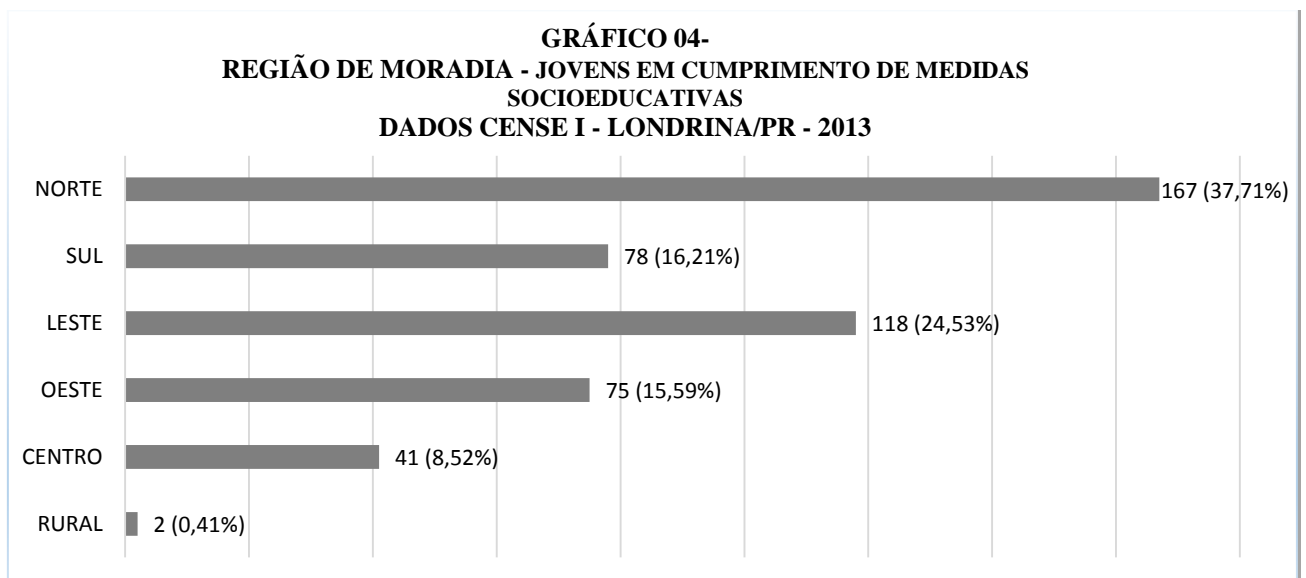
Fonte: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo/ Londrina/PR, 2015. *Gráfico elaborado pela própria autora.*

O gráfico 03 indica que os maiores números referentes ao ato infracional praticado é o roubo e o tráfico de drogas:



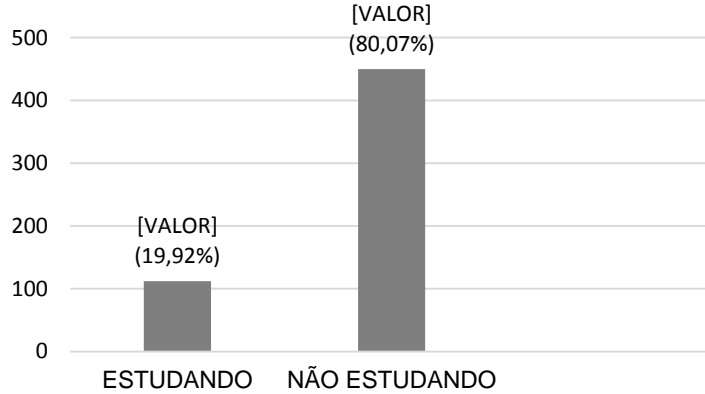
Fonte: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo – Londrina/PR, 2015.
Gráfico elaborado pela própria autora.

E, por fim, o gráfico 04 apresenta a região de moradia dos jovens. A maioria deles são oriundos da região norte (37, 71%) e leste (24, 53%) da cidade, e um menor número se concentra na região rural e centro. Os gráficos 05 e 06 mostram que a maioria dos jovens não estavam frequentando escola (80,07%) e a renda familiar era majoritariamente de 1 a 2 salários mínimos (40,21%):



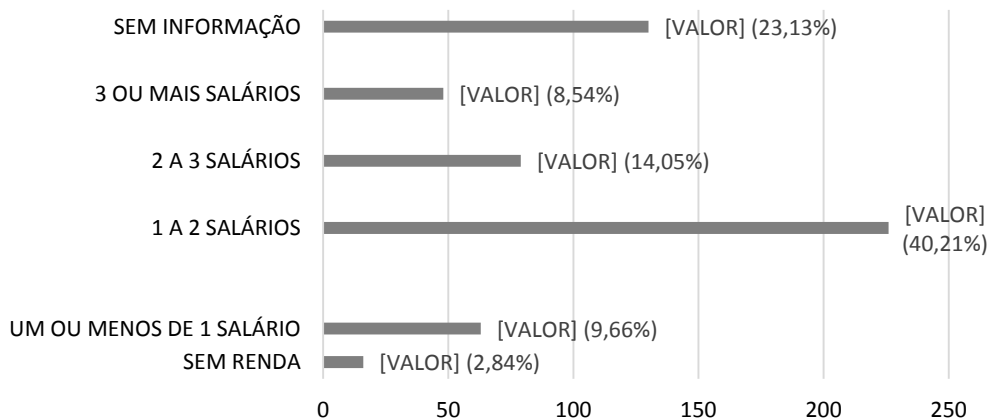
Fonte: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo – Londrina/PR, 2015.
Gráfico elaborado pela própria autora.

**GRÁFICO 05 -
FREQÜÊNCIA ESCOLAR - JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS - DADOS CENSE I -
LONDRINA/PR**



Fonte: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo – Londrina/PR, 2015.
Gráfico elaborado pela própria autora.

**GRÁFICO 06 -
RENDA FAMILIAR - JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS - DADOS CENSE I - LONDRINA PR**



Fonte: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo – Londrina/PR, 2015.
Gráfico elaborado pela própria autora.

Para realizar a pesquisa de campo no CENSE I, foi preciso encaminhar o projeto de pesquisa à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Paraná (SEJU) e ao Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. Após a autorização, iniciou-se o trabalho de campo em julho de 2017. Para seguir a ética da pesquisa, os interlocutores assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e foram informados que as entrevistas seriam gravadas, mas que os nomes deles seriam mantidos em sigilo.

A pesquisa foi orientada pela abordagem qualitativa e o instrumento utilizado para acessar os significados dos sujeitos foi a entrevista semiestruturada, por meio da qual o pesquisador elabora um guia de entrevista que não precisa ser seguido criteriosamente (FLICK, 2013). As sequências das perguntas podem ser alteradas ao seguir as falas do entrevistado, afastando-se da aparência do jogo mecânico de perguntas e respostas. O intuito foi deixá-los descontraídos para contar as suas experiências por meio de pequenas histórias que eles julgavam importante. A técnica escolhida ganha a aparência de um bate-papo, mas pautando-se em um roteiro predefinido. Esta técnica foi de grande valia por garantir melhor flexibilidade, haja vista a possibilidade de acrescentar perguntas para compreender uma determinada fala, de alguma situação mencionada, guardando o respeito à individualidade dos participantes, ou seja, as perguntas eram feitas orientando-se pelas histórias contadas por eles. No caso, foi elaborado um roteiro temático cujos temas julgou-se importantes para a entrevista: “interações com a família”; “interações com a escola”; “interações com a cidade”; “interações com a vizinhança”; “interações com o ‘mundo do trabalho’”; “interações com o ‘mundo do crime’”. A partir desses temas é que houve a organização das perguntas. Por exemplo, sempre ao iniciar o assunto sobre a escola, realizava-se a seguinte pergunta: “conte-me como era na escola”. Os jovens iniciavam as suas falas e a partir daí outras perguntas eram feitas de acordo com a história deles. O objetivo das entrevistas foi acessar as interações sociais cotidianas dos jovens e seus significados diante das situações que vivenciavam na família, escola, vizinhança, cidade, mundo do trabalho e “mundo do crime”. Assim, foi possível apreender as suas percepções e avaliações dos contextos e situações que lhes ocorriam, tendo como norte o problema de pesquisa, os objetivos e hipótese deste trabalho.

A entrada no campo foi tranquila. A equipe técnica da instituição auxiliou na construção do cronograma das entrevistas. O convite para a participação foi realizado pela pesquisadora: ao explicar para o jovem do que se tratava a pesquisa, no final da explicação perguntava para ele se aceitava ou não a participação. Ao todo foram entrevistados 12 jovens. No cronograma estava previsto 17 jovens, mas o áudio da gravação não ficou com qualidade, o que nos impediu de escutar a conversa posteriormente, pois, no local da entrevista, havia barulhos e ecos. De qualquer maneira, as 3 primeiras entrevistas foram importantes por possibilitar conhecer boa parte do vocabulário e entender alguns termos referentes aos códigos de conduta do “mundo do crime”, facilitando depois a entrevista e a proximidade com os outros sujeitos. Outros 2 garotos não concordaram com a entrevista, pois, no dia, uma amiga da entrevistadora que trabalha na instituição foi cumprimentá-la na sala, e os jovens viram, deixando-os desconfiados. Outro ponto a destacar nesse dia foi que os educadores de

plantão se referiam à entrevista como “atendimento” e à entrevistadora como “a menina”, o que facilitou a desistência dos participantes. As entrevistas foram continuadas no outro dia, pois o ambiente não estava favorável. Em alguns dias as entrevistas foram realizadas em uma sala, que, para acessá-la, teria que atravessar o corredor das alas. Vários jovens conversavam, atravessadamente, uns com os outros, alguns cumprimentando e dizendo: “vai fazer entrevista hoje?”. Cumprimentos dados a todos com um tímido boa tarde, e a reflexão sobre o ambiente sombrio, frio e sobre aqueles garotos atrás daquelas grades. Difícil manter a objetividade nesse momento, pois a realidade nos sensibiliza. Os jovens costumam usar uniforme, composto por uma camiseta branca de algodão, calça de moletom azul-marinho e sandálias estilo “havaianas”. No frio usavam somente uma blusa de moletom azul-marinho. Um detalhe é que, em alguns dias de entrevista, estava muito frio.

O contato com os interlocutores foi tranquilo. Geralmente, eles chegavam com as mãos para trás, rígidos e disciplinados. Sentiam-se mais confortáveis ao cumprimentá-los, e assim soltavam as mãos. Eram esclarecidos sobre o estudo que se referia a eles, sobre os objetivos da pesquisa e sobre o nosso interesse, que não era julgá-los, mas saber o que pensavam da realidade. Com alguns, houve maior empatia, mais abertos, que gostavam de se comunicar. Outros, são mais fechados, tímidos, desconfiados. Era mais fácil para eles falar da “vida do crime” do que de outras questões ligadas principalmente à família e à escola.

Para uma breve apresentação dos interlocutores desta pesquisa, foram utilizados codinomes para não identificá-los. Não serão publicados os bairros e regiões de moradia dos sujeitos. Segue o quadro 01, com algumas informações:

Quadro 1 – Perfil dos interlocutores

| CODINOME | IDADE | MOTIVO DA APREENSÃO | PRÁTICA/PRATICOU OUTRAS INFRAÇÕES | ESCOLARIDADE | RENDA FAMILIAR |
|----------|-------|---------------------|-----------------------------------|---------------|---------------------------|
| A | 17 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS |
| B | 15 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS |
| C | 15 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | NÃO INFORMADO |
| D | 15 | TRÁFICO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | NÃO INFORMADO |
| E | 15 | ROUBO | NÃO | FUND. INCOMP. | ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO |
| F | 17 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO |
| G | 16 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO |
| H | 15 | ROUBO | NÃO | FUND. INCOMP. | ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO |
| I | 15 | ROUBO | NÃO | FUND. INCOMP. | ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO |
| J | 15 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO |
| K | 15 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS |
| L | 15 | ROUBO | TRÁFICO | FUND. INCOMP. | ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO |

Quadro elaborado pela própria autora.

2.1 - FONTES E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Depois das entrevistas, realizou-se a transcrição para transformá-las em texto. Foi adotada como instrumento metodológico a *análise de conteúdo* (BARDIN, 1977) para organizar e analisar os dados. Esta técnica de pesquisa objetiva procurar o que está oculto no texto, isto é, os sentidos que as palavras produzem, que podem traduzir o contexto no qual os sujeitos vivenciam. Por intermédio das palavras é possível acessar os sentidos, conflitos e relações de poder que podem não aparecer sob uma observação imediata. Para que o conteúdo exista, é necessário haver um contexto de produção (BARDIN, 1977).

Na análise dos dados é importante que exista “[...] um elo entre os dados do texto e a teoria do analista” (BARDIN, 1977, p. 103) para uma visão mais concreta do que se pretende descobrir. Nesse sentido, o objetivo é buscar em que momentos as interações sociais contribuem para que os sujeitos construam significados diante de situações na escola, na família, na vizinhança, no mundo do trabalho e no “mundo do crime”. Para isso, as entrevistas passaram pela descrição analítica (BARDIN, 1977), que é a observação apurada do texto e manipulação. Para acessar os sentidos construídos pelos jovens em relação aos campos

selecionados de análise, iniciou-se o processo de categorização, cuja organização foi direcionada pelos sentidos recorrentes dos entrevistados na interlocução (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2008; BARDIN, 1977).

A codificação e a categorização temática que compõem esse processo são funcionais para o manuseio e análise dos dados (GIBBS, 2009; BAUER, 2004). Para tornar a tarefa mais ágil e fácil, o *software Atlas TI* funcionou para etiquetar “[...] as unidades do texto com um código predefinido, não perdendo, com isso, a ligação entre o código e a unidade do texto” (BAUER, 2004, p. 202). O processo de codificação ocorre por meio da inserção de códigos no texto com o intuito de realizar a “[...] identificação e o registro de uma ou mais passagem de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica descritiva” (GIBBS, 2009, p. 60). Assim, a codificação textual é importante para marcar ideias recorrentes, parecidas, as quais estão relacionadas aos temas tratados no estudo. Dessa forma, é mais fácil organizar o pensamento do pesquisador em face dos dados de análise e também “[...] explorar como as categorizações ou ideias temáticas representadas pelos códigos variam de caso para caso, de contexto para contexto” (GIBBS, 2009, p. 68).

A codificação na Análise de Conteúdo é denominada de *unidades de registro*, que podem ser uma palavra, um tema, que têm significados relacionados com os objetivos da pesquisa. Para selecionar as unidades de registro, codificou-se o texto por temáticas, que “[...] consistem em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). Para que os temas não sejam apreendidos de modo desconexo, foi necessário ligá-los aos contextos nos quais surgem. Em outras palavras, é preciso apresentar o contexto para que o registro seja compreensível, o que Bardin (1977) denominou de *unidades de contexto*.

Após a codificação, iniciou-se o processo de *categorização*, que, amparada nas teorias analíticas, tem o intuito de reunir “[...] elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1977, p. 117). As unidades de registro selecionadas na codificação serão alocadas nas categorias analíticas sob o critério de que se aproximavam pelas características temáticas e mantinham um núcleo de sentido.

Por fim, depois do tratamento do texto, houve o contato com os fatos, experiências que contribuirão para a interpretação analítica. Esse é o processo de *inferência* cujo raciocínio é o encaixe das teorias e interpretações do analista. Esse processo se concentra

na observação e análise do contexto de produção do significado, e “[...] o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo” (BARDIN, 1977, p. 39). Assim, o analista consegue visualizar as relações de poder, os conflitos e os sentidos construídos pelos sujeitos nas suas experiências.

Os objetivos na seleção das categorias de análise foram os seguintes, de acordo com o quadro 02:

Quadro 2 – Apresentação das categorias e objetivos analíticos

| CATEGORIAS ANALÍTICAS | SUBCATEGORIAS | OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS |
|---|--|---|
| "Modus Operandi no tráfico e no roubo" | 1. O "corre" no tráfico 2. O "corre" no 155/157 | Discorrer sobre o modo de organização e funcionamento do tráfico e roubo em Londrina |
| "Códigos de conduta no 'mundo do crime'" | "O agir pelo certo no 'mundo do crime': é preciso "ter visão" e "ser mente" | Compreender sobre os códigos de conduta existentes no "mundo do crime" |
| "Ambientes de sociabilidades e de disputas" | 1. As "guerras entre áreas" 2. Mecanismos de poder e relações com a polícia 3. Mecanismos de poder e relações com a vizinhança | 1. Compreender as guerras travadas em torno do "mundo do crime": disputas entre "biqueiras"; união de "biqueiras" 2. Compreender as relações de poder e espaços de disputas entre o "mundo do crime" e a polícia 3. Compreender as relações de poder, os espaços de disputas e a vizinhança em face disso |
| "Interações sociais e definições de legitimidade" | 1. Entre o "mundo do crime" e a família 2. Entre o "mundo do crime" e a escola 3. Entre o "mundo do crime" e o mundo do trabalho | Acessar as percepções dos sujeitos nas suas interações sociais nas esferas da família, escola, mundo do trabalho e "mundo do crime" |

Quadro elaborado pela própria autora

2.2 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para uma melhor visualização das categorias analíticas, das unidades de registro e contexto, seguem os quadros 03, 04, 05 e 06.

Quadro 3 – Categoria analítica: “modus operandi no tráfico e no 155/157”

| Categoria Analítica | Subcategoria | Unidade de Registro | Unidade de Contexto |
|---|-----------------------------|---|--|
| "MODUS OPERANDI NO TRÁFICO E NO ROUBO" | O “corre” no tráfico | * Organização do tráfico em Londrina: “é igual uma empresa” (SUJEITO J). | "Ah é um trabalho, né. Cê tem um horário [...]. Tem um patrão pra ficar falando na sua mente, tem um frente, que é tipo o seu supervisor que fica visionando a firma. É tipo uma firma, né. [...]. A firma do tráfico. O bagulho é louco (SUJEITO G). |
| | O “corre” no 155/157 | * Organização do roubo/assalto em Londrina: tem alguém que “fortalece” (SUJEITO A). | "Fortalecer [riso], é os outro te ajudar. Tipo assim, o seu material de trabalho é isso daqui, isso daqui e o papel [apontando para o gravador, o estojo e a caderneta]. O meu material de trabalho pode ser um carro, um colete, uma pistola, entendeu? [risos]" (SUJEITO A). |

Quadro elaborado pela própria autora.

Quadro 4 – Categoria analítica: “códigos de conduta no “mundo do crime”

| Categoria Analítica | Subcategoria | Unidade de Registro | Unidade de Contexto |
|--|---|--|--|
| “CÓDIGOS DE CONDUITA NO ‘MUNDO DO CRIME’” | O “agir pelo certo” no “mundo do crime”: é preciso “ter visão” e “ser mente” | “[...] Tem várias regra, né [...]. O que você tem que fazer, o que num tem. Tipo, o jeito que você tem que agir. Um monte de coisa” (SUJEITO F). | "Tipo, os cara fala que tem que saber traficar, não bater a nave [<i>fazer besteira, bobagem</i>]. Tipo, catar as droga dos cara e gastar o dinheiro que é dos cara. Isso daí que é um pouco de visão. O cara tem visão do crime, o cara pegar o dinheiro e saber qual é o seu dinheiro e qual é o dinheiro dos cara. É a mesma coisa o assalto, você ir pegar uma fita [<i>algum esquema de roubo</i>], tem uns cara que vai roubar junto com você, os cara acha alguma coisa, já põe dentro do bolso, e nem mostra pro cê. não reparte o dinheiro certo" (SUJEITO L) |

Quadro elaborado pela própria autora.

Quadro 5 – Categoria analítica: “ambientes de sociabilidades e de disputas”

| Categoria Analítica | Subcategoria | Unidade de Registro | Unidade de Contexto |
|--|--|---|--|
| "AMBIENTES DE SOCIABILIDADES E DE DISPUTAS" | As guerras entre áreas | "O cara foi e catou a biqueira" (SUJEITO A) "As 3 biqueira é a mesma batida" (SUJEITO G) | "Um catou e quer tomar o espaço do outro" (SUJEITO A). "Porque nós tá ali na quebrada memo, e tem 3 biqueira. Cada biqueira é patrão diferente e frente diferente e boleia diferente. Mas as 3 biqueira é união (SUJEITO G). |
| | Mecanismos de poder e relações com a polícia | "Isso aí é uma disputa" (SUJEITO A) | "Eles fala [policiais]: 'véi, quem manda aqui, véi, é eu ou seu patrão aqui véi, você vai dar o aval agora' (SUJEITO C) |
| | Mecanismos de poder e relações com a vizinhança | "Lá onde eu moro não pode chamar a polícia" (SUJEITO E). | "Se tiver acontecendo alguma coisa não pode chamar a polícia. Briga de família, tenta resolver da melhor forma. Marido quer matar mulher. [...] Eles [do "crime"] que resolve, conversa e tal. [...] Tem muitos que não aceita, né. Mas tem uns que aceita, porque se não... Os cara fala: 'nóis resolve porque é daqui da área'" (SUJEITO E). "Ah, o zé-povinho [vizinhos denunciante]. Nós já espirra [expulsa] da quebrada. Já manda caçar o rumo deles" (SUJEITO G) |

Quadro elaborado pela própria autora.

Quadro 6 - Categoria analítica: interações sociais e disputas de legitimidade

| Categoria Analítica | Subcategoria | Unidade de Registro | Unidade de Contexto |
|--|---|---|--|
| "INTERAÇÕES SOCIAIS E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE" | Entre o "mundo do crime" e a família | "Nóis que é menor é como filho para eles" (SUJEITO G). | <p>"[...] Mas no Natal fui pra praia. O dono da biqueira lá, sabe, ele falou assim: 'vamo comigo, cê tem um dinheiro?'. Falei: 'eu tenho'. Falei pra minha vó, minha vó ficou preocupada [...]. Um dia eu não fui no horário, fiquei faltando, sabe. Daí ele [<i>o patrão</i>] me deu um gancho: o gancho que eu falo é deixar uns dias sem. Daí ele me deu 15 dia. eu ia pra biqueira, e ele: 'não, você não vai. Você ficou faltando'. Ai eu chamei ele e falei: 'oloco, mano. Tô 15 dia já. Cê num vai pá?. Ele falou: 'tá ligado, é disciplina. Cê mora aqui no meu coração, cê sabe disso'. Aí dei risada. No mesmo dia ele já pôs eu de novo" (SUJEITO J).</p> |
| | Entre o "mundo do crime" e a escola | <p>"Eu ia pra escola certinho" (SUJEITO C) "Eu não gostava muito daquela escola" (SUJEITO L)</p> | <p>"Eu ia pra escola certinho, eu passava de série e meu pai me espancava" (SUJEITO C). "Faltava bastante. Aprontava. Brigava direto com os piá. Os boyzinho, eles é forgado. Eles quer pagar de metidinho, rapaiz, pá. Eu brigava com os boyzinho" (SUJEITO G)</p> |
| | Entre o "mundo do crime" e o "mundo do trabalho" | "Dinheiro fácil" x "Dinheiro difícil" | <p>"Ela [<i>a mãe do interlocutor</i>] fala que o dinheiro não é honesto, que o dinheiro não é suado, que o dinheiro é amaldiçoado" (SUJEITO G). <i>Se é mais arriscado o roubo, por que você continuou com isso?</i> " [...] É mais fácil para ganhar dinheiro mais rápido. Tipo, cê fica no sol, vixe, no solzão a tarde inteira, a noite inteira na biqueira. Ganha cenhão. Daí cê vai ali [no caso do roubo], dez minuto, ganha três mil, quatro mil. As vez até mais" (SUJEITO F)</p> |

Quadro elaborado pela própria autora.

3. ANÁLISE: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é dedicado à descrição e à análise dos dados recolhidos em campo, cujas seções explicativas estão divididas de acordo com as categorias analíticas selecionadas. Na seção 3.1, serão expostos as operações do tráfico de drogas e os roubos na cidade de Londrina: como funcionam as operações, quais as posições e funções dos sujeitos da pesquisa nesse cenário. Na seção 3.2, o objetivo é discorrer sobre os códigos de conduta no “mundo do crime”: quais são as regras existentes, quais as visões de mundo dos sujeitos da pesquisa sobre isso, se há alguma relação com o fato de ser reconhecido pelo grupo ou não, ao seguir essas regras, se existem relações de poder e hierarquias nesse contexto. A seção 3.3 está organizada por subseções, nas quais serão tratados os ambientes de sociabilidades e de disputas. Em um primeiro momento, evidenciam-se as guerras entre “áreas” e de que modo ocorrem, cujo desfecho é dado pelo comércio de drogas. Ao mesmo tempo verifica-se que esses espaços, além de disputas, dependendo do local da cidade, convivem com características de sociabilidade entre os grupos. As disputas não estão concentradas somente entre biqueiras, mas com os policiais, tornando-se os locais da cidade conflituosos em razão das relações de poder. Por fim, a discussão engloba as disputas como transmissoras dos significados de legitimidade, pois se trata de relações de poder que buscam obediência, tanto no que diz respeito à polícia quanto ao “mundo do crime”. Assim, a vizinhança convive nesses espaços de tensão e sofre consequências dessas relações de poder. No capítulo 3.4, serão trabalhadas a questão dos jovens e as interações sociais deles nos seguintes campos analíticos: a família, a escola, o mundo do trabalho, tendo como pano de fundo a cidade e seus problemas de segmentação espacial e marcações sociais. Buscou-se entender a percepção, avaliação, julgamento que os interlocutores realizam sobre esses espaços de interações.

3.1 MODUS OPERANDI NO TRÁFICO E NO ROUBO

3.1.1 O “Corre” no Tráfico

Aproximando da linguagem nativa, o “corre” é utilizado tanto para caracterizar as atividades do tráfico quanto as atividades dos roubos. Nesse sentido, o “corre” traduz os relatos de flexibilidade, riscos, jogos de cintura, que explicam as dinâmicas do dia a dia dos jovens pesquisados. No entanto, primeiramente, serão expostas as atividades concentradas no tráfico de drogas, e quais as funções são desempenhadas pelos entrevistados. O “corre” no

tráfico em Londrina é organizado da seguinte maneira: o “boleia” é o jovem que fica na ponta do negócio, que vende a droga. A atividade em si é denominada de “ripá”, momento em que o “boleia” tem o contato direto com os clientes. Existe o “frente”, que é o responsável em gerenciar o comércio. E, por fim, há o “patrão” que é o dono das mercadorias. Essas funções são realizadas em um ponto de venda de drogas, o qual é denominado de “biqueira”. Resumidamente: *“a biqueira é do patrão. E o patrão tem seus frentes e seus boleias”* (SUJEITO A).

Por partir-se da perspectiva dos interlocutores, as funções no tráfico de drogas serão apreendidas como “trabalho”, pois é assim que os interlocutores se dirigem às suas atividades na “biqueira”. Essa maneira de compreender a realidade e a organização em torno desse contexto leva ao encontro do debate teórico travado nas ciências sociais em relação ao comércio do tráfico de drogas, assumindo a dimensão de uma empresa, com divisão do trabalho e comercialização de produtos (ADORNO, 1998; ZALUAR, 1997). No entanto, nesta pesquisa as análises não se fixaram somente nessa dimensão comercial, ou infracional, buscando também estabelecer diálogos com teorias que fundamentam as dinâmicas vivenciadas por esses jovens no “mundo do crime” como formas de sociabilidade, pois entende-se que os jovens em suas interações sociais vão criando significados que permitem formar concepções sobre esse “mundo”. Nesse sentido, os depoimentos prestados pelos jovens que contribuíram para esta pesquisa, enfatizam que a participação no tráfico de drogas e em roubos vai além do ato infracional em si, haja vista a representação construída em torno da integração, responsabilidade, reconhecimento e respeito que o “mundo do crime” proporciona em suas vidas, e a busca constante de seguir os códigos de conduta promulgados nesse contexto. É a partir do “mundo do crime”, visto como um espaço de sociabilidade e código de condutas, que os sujeitos criam representações ou entram em conflito com as representações ditas hegemônicas, as quais se pautam pelas leis estatais. É em meio a esse conflito que os jovens constroem os significados sobre o que é “trabalho”. Veja o seguinte depoimento:

Você vê isso como um trabalho?

G: Ah é um trabalho, né. Cê tem um horário, cê tem que cumprir o horário. O bagulho cê num pode sair, cê tem que ficar ali. Eu vejo como, tipo, um serviço. Tem um patrão pra ficar falando na sua mente, tem um frente, que é tipo o seu supervisor que fica visionando a firma. É tipo uma firma, né. É meio tipo uma firma. A firma do tráfico. O bagulho é louco.

Diante do depoimento, é possível perceber que os “boleias” são organizados em escalas de trabalho e realizam rodízios para atender seus clientes. Selecionou-se um depoimento de um sujeito que explica de maneira detalhada como funciona essa escala:

Você tem horário para seguir...

J: o horário do moleque lá é cedo. O meu é das uma até as seis da tarde. O moleque chega as 8 hora da manhã e vai até uma hora da tarde. Uma hora eu já chego. O moleque não pode sair sem eu chegar. Daí eu vou até as seis da tarde. Nós fica parado na esquina, andando. Vixi. Nós tem um monte de rua. Mais é uma rua assim reta, sabe. É uma principal que entra num monte de rua. É igual uma empresa. Quando dá o horário já vê o outro moleque já subindo.

E se chega atrasado?

J: Dá nada. Só brinco com ele: “e aí, mano. Tava onde? Demora, hein”.

Há uns que ficam na madrugada também?

J: Tem. Tem esse moleque que fica das seis as meia-noite. E um pega das meia-noite e fica até as oito.

A rua de cima também tem?

J: Nós fica numa rua só, sentado assim. Nós fica tudo junto. Fica um do lado do outro. Aí chega um freguês. Anuncia. E chega outro freguês... É uma vez de cada. É dois junto.

Fim de semana vocês não param?

J: Não para.

Diante do exposto, o “boleia” compreende que a atividade dele é “trabalho” por seguir regras de funcionamento de uma empresa. Outro ponto interessante a destacar sobre o significado do “trabalho” está relacionado às dificuldades vivenciadas por eles, e o “trabalho” é visto como uma atividade árdua, e pensam que vender drogas não se distancia dessa característica. Na seção em que serão discutidos os significados construídos nas interações sociais dos sujeitos com as relações de trabalho será esclarecido de maneira mais detalhada sobre esta perspectiva, pois aqueles que estão inseridos nas atividades de tráfico de drogas possuem percepções diferentes daqueles que estão nas atividades dos roubos. E é dessa forma que ficará mais bem esclarecida a percepção que possuem do “trabalho”.

Em um mesmo bairro, ou em uma mesma rua, podem existir mais de uma “firma”, ou seja, mais de uma “biqueira”, conforme o relato abaixo:

D: É lá, tipo assim, não é só uma biqueira. É uma aqui, outra aqui, outra aqui.

C: É tipo assim ó. Tem a nossa aqui, tem uma do lado, você atravessa a rua já é outra biqueira, você atravessa a rua de lá já é outra biqueira.

O “patrão”, como dono da biqueira, é também responsável em comprar drogas no atacado, o que denominam de “quilo”. Portanto, acima desse “patrão” local varejista, há

outro patrão, o qual é responsável pela distribuição das drogas no atacado, conforme o relato a seguir:

Há alguém superior ao seu “patrão”?

G: Cada patrão tem um acima dele, tipo, porque o patrão é o patrão da quebrada, mas tem o patrão dele que pega droga, tipo, pra ele vender. Ele tem, tipo, ele pega um tanto de droga. Ele tem um prazo pra pagar essas droga.

Quando as drogas do atacadista chegam à “biqueira”, elas são manipuladas para serem distribuídas em pequenas porções. Essas porções são colocadas dentro de um pacote denominado de PC. As quantidades das porções podem variar de 30 a 45 pinos de cocaína ou de pedras de crack que são colocadas dentro desse pacote.

Esses PCs são distribuídos aos “boleias”, função muito comum desempenhada pelos jovens pesquisados. Os jovens ganham de acordo com o número de “parangas” de maconha”, “pedras de crack” ou “pinos de pó” que conseguem vender. Para compreender melhor esse modo de organização, seguem os depoimentos abaixo:

O que é PC?

L: Tipo, eles já fazem uma embalagem lá, com tudo certo né. Daí solta um pro cê, outro pra outro.

E você ganha de acordo com a quantidade que vende?

C: É. Nós vendia, nós ganhava R\$ 100. Tipo assim, em um PC de R\$ 300 nós ganhava R\$ 100, e era R\$ 200 do dono. Tipo, cê fazia rápido demais, em menos de uma hora você vendia.

G: Que nem lá na quebrada lá. PC de maconha, PC de 30 paranguinha. Cada paranguinha é cinco real. É trinta. O bagulho é vinte dos cara e dez nosso. Então é 100 dos cara e 50 nosso. PC de pó, é de 30 também. É 200 dos cara, é pino de R\$ 10. Daí é 200 dos cara e cenhão nosso. PC de pedra também. Daí conforme vai tirando, nós vai tirando o nosso e tirando o dos cara.

Em relação ao modo de organizar a venda, ao montar os PCs, pagar os “boleias”, há particularidades que dependem da “biqueira” na qual o sujeito se integra. O modo de gerenciar as atividades das “biqueiras” pode ser diferente de uma para outra, de uma região da cidade para outra, uma vez que um PC pode conter um número maior ou menor de “pinos”, “pedras” ou “parangas”. Do mesmo modo, “o fazer rápido demais”, conforme o depoimento de C, depende também da região na qual se comercializa o produto. Há regiões em que é maior o número de vendas, enquanto outras sofrem muitas vezes com a dificuldade de comercialização.

O “tirar o nosso” e “tirar o dos cara” significa que o “boleia” tem a responsabilidade de separar o dinheiro que é lucro dele, e o que é o lucro do “frente” e do “patrão”. A responsabilidade deve existir porque se o dinheiro for gasto, o “boleia” fica com saldo devedor: em últimas instâncias, pode pagar com a própria vida. Nas próximas seções, serão evidenciados esses casos, principalmente no que se refere aos usuários de drogas que trabalham nas “biqueiras”, os quais são vistos com desconfiança por serem propensos a ferir as regras de conduta do grupo.

Para que o comércio fique sob controle, é necessária a existência do “frente”. Sua função é mediar as relações entre o “patrão” e o “boleia”, bem como administrar a distribuição das drogas no varejo. Trata-se de um cargo de grande responsabilidade, que demanda a escolha de sujeitos que o “patrão” considera confiáveis. Se o “patrão” desejar, ele pode ter mais de um “frente”, ou seja, um para a cocaína, outro para o crack, um para a maconha. De acordo com o depoimento, é possível entender o papel do “frente”:

A: Dois ano que fui frente ali. Eu que soltava os piazinho, pros piazinho vender droga. Foi eu que soltava os maior, eu que soltava os travesti. Eu soltava quem quisesse que fosse lá vender droga.

G: Eu pegava o quilo, eu picava o quilo, fazia tudo paranguinha de cinco. Pegava o bagulho, daí eu fazia os PC. Pegava, ficava os PC na minha responsa. Pegava, soltava droga pros boleia. Acabava a droga do boleia, eu ia, soltava a droga pro boleia. Sempre eu passava “ô, tá tendo droga?”, ele, “não, tô tendo”. Ou o boleia vem ni mim: “não, cabô”.

Conforme o exposto, o “frente” é o jovem que gerencia o negócio. Suas funções é receber os “quilos” de drogas e picá-las, embalá-las, e distribuí-las aos “boleias”. Somente quando acaba o “quilo” das drogas em estoque é que o “frente” receberá o seu dinheiro. Ele também é o responsável em pagar o “boleia” após o dia de trabalho. O “frente” é o último a receber na “biqueira”, pois ele tem que esperar vender todos os PCs, pagar o “boleia”, o “patrão”, para somente depois receber a parte dele. Sobre o pagamento do “frente”, segue os depoimentos abaixo:

A: Tipo assim ó. Acontece tudo isso, de eu passar o dinheiro tudo para ele [o patrão], tá ligada? Daí desse dinheiro assim: o mano vai tirar o dinheiro de comprar a droga, e esse tanto aqui foi o lucro, porque nós não é burro também, né. Ele chegou em R\$ 5.000 de lucro, é dois e meio para cada um. Dois e meio pra mim, dois e meio pra ele. Ele chegou em R\$ 5.000 de lucro, é dois e meio para cada um. E R\$ 5.000 real pra nós pagar a outra droga [que é a droga que eles buscam no atacado].

G: Cê só vai ver o dinheiro na hora que acabar o quilo, na hora que acabar tudo os PC, daí cê vai entregar o dinheiro para o patrão, e vai tirar o seu lucro. Vai ter que acabar tudo as droga pra você tirar o seu lucro. [...] Você tem que tirar o dos mano primeiro pra depois tirar o que é seu”.

Ser “burro”, na perspectiva do sujeito A, significa não dar conta de uma tarefa empresarial, ser um sujeito que não pensa e que age por impulso. O sujeito A quer transmitir que são espertos, que sabem impulsionar um negócio, tentando nos comunicar a posição hegemônica ocupada por ele naquele contexto. Em outras palavras, ele tenta nos comunicar que ali ele pode ter sucesso e reconhecimento. O sujeito G ressalta que, apesar de ter ocupado esse cargo de confiança, recebia pouco em comparação com o que o “boleia” ganhava, situação a qual o fez desistir do cargo. O entrevistado diferencia as ocupações dos cargos de “boleia” e “frente”: o “boleia” ganha por dia de acordo com o que vendeu, mas recebe mais que o “frente”. Corre mais riscos por estar mais exposto na rua, e, assim, pode ser denunciado e/ou ser enquadrado pela polícia durante as rondas. Já o “frente” não é tão visível no seu “correr” cotidiano, pois as suas funções são mais discretas. A avaliação que o entrevistado G faz é que o cargo do “frente” é mais interessante para quem é “maior de idade”, pois caso um “maior de idade” fosse “boleia”, poderia ser preso e ficar por mais anos no presídio. Esse risco não se coloca da mesma forma para o menor de idade, que passaria menos tempo cumprindo a medida socioeducativa.

G: O bagulho não dá dinheiro, você num vê dinheiro. Eu fiquei na frente, eu num tinha dinheiro pra colocar gasolina. Eu num tinha dinheiro pra dar um pião [*ele quis dizer para dar uma volta, passear*]. Não tinha dinheiro pra fazer nada. O bagulho já abandonei, fi. Falei “não, isso aqui num é pra mim não”. Isso aí é mais pro cara maior. Porque menor se ele for caí preso, amanhã ele sai. Tipo, 45 dias ele sai. Bagulho se ele ficar na frente, ele tá só tipo fora de risco, porque ele num fica na biqueira, ele num fica nas vista dos polícia, ele só passa ali, entrega pro boleia, o boleia vai.

De acordo com as anotações no diário de campo, foram realizadas observações das diferenças de perspectivas entre o sujeito A e o sujeito G, quanto às suas posições na ocupação, sendo “frente” na “biqueira”. O sujeito A tenta nos comunicar que se sentia satisfeito com sua posição, representando um grau de maturidade diante da situação em que se encontra. Já o sujeito G esclarece que, apesar da responsabilidade existente e da confiança depositada nele, relata o seu descontentamento pela falta de dinheiro e a necessidade de ocupar o cargo que condiz com as suas expectativas do momento. Nesse sentido, ele prefere retornar ao cargo de “boleia”, considerado mais apropriado para os “menores”. Por um lado, o

sujeito A constrói a representação de que o “frente” traduz o seu grau de maturidade e reconhecimento pelo contexto no qual estava inserido. Por outro lado, o sujeito G constrói a representação de que para estar ali, para correr riscos, é necessário que valha a pena financeiramente e que, assim, possa suprir as suas necessidades imediatas de consumo. Há uma multiplicidade de significados em torno desse contexto. Desse modo, o tráfico de drogas em Londrina é organizado por forte divisão do trabalho, sustentado por hierarquias. As interações sociais nesse contexto, sob a percepção dos jovens no tráfico, não se restringem às visões hegemônicas que são direcionadas a eles, que dividem o lícito do ilícito, o ilegal do ilegal. Para os jovens, estas atividades são somente uma ponta das dinâmicas contornadas por uma instância denominada por eles de “mundo do crime”.

3.1.2 O “Corre” no 155/157

Os sujeitos definem a atividade dos roubos pelo número dos artigos do código penal: o 155 está relacionado às ações de furto; e o 157 está relacionado às ações de assalto a mão armada². Pode acontecer de alguns sujeitos, além de “fazer o corre” no tráfico, nos períodos noturnos praticarem as ações de 155/157. Entretanto, no decorrer das entrevistas, percebe-se que existem diferenças no que diz respeito aos significados construídos pelos sujeitos em torno destas atividades. Resumidamente, há jovens que não gostam de praticar roubos, porque se incomodam em apontar arma para as pessoas; outros não gostam do tráfico porque precisam cumprir horários e se sentem muito presos, controlados³. Diante disso, o 155/157 parece trazer mais autonomia para os sujeitos. As ações podem ocorrer sem planejamento, por meio dos roubos de celulares e outros aparelhos tecnológicos e de automóveis, entre as situações que mais apareceram nas entrevistas. O fato “roubar aleatoriamente pessoas nas ruas” é visto como um ato de jovens inexperientes. Já aqueles que planejam possuem maior experiência, almejando assaltos a bancos, comércio e carros.

Isso não significa que estes jovens não têm alguém superior ou que defina suas ações. Os interlocutores explicaram que, no 155/157, não existe a figura do “patrão”, mas daquele que “fortalece”. Geralmente, trata-se de uma pessoa mais velha e experiente no ramo. Quando há um plano de assalto ou a pretensão de alguma ação aleatória, os sujeitos precisam de alguém para emprestar armas, coletes à prova de balas (caso das ações perigosas, como os

² O roubo é um termo legal-jurídico, e o assalto é um termo nativo que diz respeito ao roubo com o uso de armas. Assim, segundo os jovens, o 155, está relacionado aos furtos, e o 157, ao assalto a mão armada.

³ As questões das trocas de atividades ou da simultaneidade delas serão respondidas na seção “entre o ‘mundo do crime’ e o mundo do trabalho”.

assaltos a bancos). Esta prática de empréstimos é vista pelos sujeitos como “fortalecimento”. Portanto, existe alguém que “fortalece” para que a ação tenha êxito. O sujeito A, apesar de ter dedicado bastante tempo às atividades de tráfico de drogas, trocou suas ações para o 155/157 (ele foi apreendido por esse tipo de ação). Segue o relato desse sujeito A:

Você falou meu patrão. Também tem patrão no 157?

A: Não. Só o cara que te fortalece. Meu patrão, é que eu fecho com ele.

O que é fortalecer, traduza-me...

A: Fortalecer [risos], é os outro te ajudar. Tipo assim, o seu material de trabalho é isso daqui, isso daqui e o papel [*apontando para o gravador, o estojo e a caderneta*]. O meu material de trabalho pode ser um carro, um colete, uma pistola, entendeu? [risos].

Isso é fortalecer...

A: É fortalecer. Sabe quanto custa uma pistola? 5 mil real. O carro, num sei quanto. Um colete à prova de bala é muito difícil de arrumar... A pessoa já tem, né. Porque o mano que eu fecho é forte. Bem forte.

Dai você faz, e passa uma grana pra ele e fica uma grana pra você?

A: Não. Eu num preciso passar uma grana... Daí que tá o fortalecimento. Eu num preciso passar uma grana pra ele. Mas daí é um negócio... Por exemplo, quando catar uma fita, assim, entrou 100 mil real. Daí sim, eu compro os bagulho, que ele me deu eu compro pra mim. Lanço uma moeda pra ele. Daí ele fala "ó, nós dois tá da hora". Pronto. E nós dois fica patrão.

E sempre é essa pessoa que você tem contato?

A: Num precisa ser com ela. Pode ser com quem eu quiser. Com quem me fortalecer.

Você tem uma lista de contatos, então?

A: Vários [...].

O depoimento de A revela que o “fortalecimento”, além de significar tornar-se armado e protegido, é definido como confiança, desempenhada pelo auxílio ao outro, algo necessário para que o plano dê certo, e a finalidade maior é que os dois fiquem “patrões”, que ocupem uma posição dominante dentro do contexto do 157. Outro aspecto importante a destacar é que a pessoa que faz os empréstimos dos instrumentos relatados pode variar. Por isso o sujeito A indica que possui vários contatos para esse fim, e o tráfico de drogas também interfere nessas atividades, assumindo o papel de “fortalecer” e também determinar os códigos de condutas aos praticantes do 155/157, uma vez que as determinações de “não roubar o bairro” surgem do próprio tráfico de drogas. Do mesmo modo, caso o jovem seja preso e a arma emprestada ser apreendida, ele ficará devendo para o dono que o “fortaleceu”. Caso a ação tenha êxito, o jovem pode comprar os instrumentos e, assim, também se tornar um “cara forte”, assumindo uma posição reconhecida no 155/157. Nesse caso, quando há êxitos nas atividades, os jovens formam quadrilhas para ações de alta periculosidade, como assalto a bancos. Por esse ângulo, há as definições dos mais experientes e dos menos

experientes. Os assaltos a bancos são atitudes dos mais experientes, que possuem armamentos pesados e realizam um plano de ação.

3.2 CÓDIGOS DE CONDUTA NO “MUNDO DO CRIME”

3.2.1 “Agir pelo Certo” no “Mundo do Crime”: é Preciso “Ter Visão” e “Ser Mente” Com os Parceiros

Para entender os significados construídos pelos jovens a respeito dos seus cotidianos, inseriu-se no plano analítico a acepção nativa “ter visão”, que é a expressão do que os jovens entendem por “visão do crime”. Essa expressão é utilizada para qualificar condutas, tomadas de decisão e a racionalidade utilizada pelos sujeitos na definição das situações do que é o “certo” e o “errado” na “vida do crime”. Um sujeito com “visão” é o que “age pelo certo”, demonstrando responsabilidade diante dos seus pares, com capacidade de avaliar as situações e agir racionalmente. Nesse sentido, “agir pelo certo” significa aderir ao código de conduta seguido pelas pessoas que fazem parte desse contexto.

O “agir pelo certo” é direcionado e seguido tanto por aqueles que estão inseridos nas atividades de tráfico de drogas quanto por aqueles que estão inseridos no roubo/assalto. Essa expressão sinaliza a existência de regras do que pode ou não ser feito, que vão além das regras imediatas que circundam a comercialização de drogas. A pesquisa de Becker (2008) sobre indivíduos vistos como inseridos em “carreiras desviantes” nos ajuda a compreender esse ponto. Segundo o autor, as pessoas consideradas “desviantes” são vistas pelo senso comum como os fora da lei e os sem-regras, pois o seu comportamento é avaliado e julgado a partir de um padrão hegemônico de condutas sancionadas por regras convencionais. Encará-las como “desviantes” sob essa ótica, impede a compreensão do modo como veem o mundo social e agem nele. Para realizar essa compreensão, é preciso reconhecer que diferentes grupos podem definir o que é o certo e o que é o errado, isto é, é preciso partir do pressuposto de que sujeitos sociais não necessariamente concordam e aderem às regras convencionais. Nas definições dos sujeitos pesquisados sobre o que eles compreendem por “certo” e “errado”, apreende-se que aqueles que os julgam é que podem ser considerados como “outsiders” (BECKER, 2008). Em outros termos, esses indivíduos podem considerar como “outsiders” as pessoas que estão fora do “mundo do crime”, e não eles próprios. Assim, é fundamental assumir o ponto de vista desses sujeitos para compreender os seus universos de significados e seus espaços de interação.

Dentro do próprio “mundo do crime” podem existir aqueles que “têm visão”, e podem surgir os “sem-visão”, isto é, os que não incorporaram as regras estabelecidas pelo grupo. Sob esse ângulo, observe as definições dos sujeitos sobre o que é “ter visão” no “mundo do crime”:

Você é um cara de visão? Explique-me sobre isso...

F: Ah, várias visão heim. É o seguinte, você tem que ir, tipo, ah tem várias regra, né [...]. O que você tem que fazer, o que num tem. Tipo, o jeito que você tem que agir. Um monte de coisa.

Essa visão existe tanto no tráfico quanto no roubo?

F: Em tudo. Tipo, no roubo, várias fita que você num pode fazer.

Ter visão no tráfico, e ter visão no roubo, é diferente?

F: Tem que saber fazer as coisa, né. É melhor. Tipo, você já está ciente do que você está fazendo. Tipo, você vai ter a visão de tudo do que está acontecendo. Que vai acontecer. O que você pode fazer, se vai estar certo ou errado.

Explique-me o que é ser o cara de visão.

J: ah, é você vê coisa errada e já num poder fazer, sabe. Você sabe, né. Você tem que correr pelo certo né. Fazer o certo. Você vê o errado, você já sabe o que é o certo e o que é o errado.

“Agir pelo certo” é ter um direcionamento de suas atitudes e tomadas de decisão, as quais se pautam em grande responsabilidade, e saber que o desempenho positivo em relação a essas atitudes alcançará significativo reconhecimento e respeito pelo grupo. A “visão do crime” está relacionada a uma série de situações as quais os indivíduos enfrentam e exigem jogo de cintura e avaliações frequentes, para que não caiam nas atitudes erradas, ou, na linguagem dos sujeitos, para que não deem o “mí”: “*única coisa que não pode é dar mí*” (SUJEITO F). Dentro dessa lógica, se o sujeito comete um erro, ele fica suscetível a receber uma punição.

A “visão do crime” é contornada também por espaços de masculinidades que definem o que é “ser homem” e o que é “ser moleque” no “mundo do crime”. Há espaços de hegemonia que diferenciam os poucos experientes e os mais experientes nesse contexto, e os mais experientes conseguem atingir a posição do papel de “ser homem” por saber as regras do jogo e saber se portar no cotidiano. Essas diferenciações são percebidas nas avaliações que os sujeitos fazem em relação aos “parceiros”, ou dentro da própria instituição de socioeducação. Em determinados dias da pesquisa de campo, as entrevistas tiveram que ser realizadas em uma sala e, para acessá-la, era preciso seguir pelo corredor no qual ficam dispostas algumas celas da instituição. Os jovens conversam atravessadamente uns com os outros, mesmo que estejam em celas distantes, tornando o ambiente bastante barulhento. Entre essas conversas é

possível ouvi-los cantar, dar risadas, e fazer brincadeiras, uns com os outros. Nesse contexto, foi possível ouvir uma avaliação interessante do sujeito A, que destacou o seu incômodo diante de tanto barulho e conversa. Dessa avaliação constatou-se a contraposição do que é “ser homem” e do que é “ser moleque”, bem como perceber como aqueles que possuem a “visão” se diferenciam daqueles que ainda não a possuem, ou ainda estão no processo de formação. Segue o seu relato:

A: Ô, falar pro cê viu moça [...] eu até falei pros educador, colocava eu lá em cima lá. Ai falei "ô, cês me jogar naquela ala lá com aqueles piázinho lá, eu vou matar um lá". Porque os cara fica gritando lá de brincadeira lá e vou pá. Porque eu sou assim. Eu gosto de chegar, e viu que eu tava no descanso, os cara tava tudo acordado. Eu gosto de ficar no descanso, tirando minha cadeira. Eu sou homem, fí, eu num sou criança. Eu estou preso aqui é porque eu fiz alguma coisa. Não foi de alegre não. Tudo minhas passagem eu que fui pá, eu que pá no bagulho. Não preciso de ser laranja de ninguém não. Porque esses cara é tudo laranja. Tudo felizão aí cantando, e gritando, achando que tá em festa. Tá vendo alguma festa aqui? Nós tá preso, rapaiz. Pra quê vai ficar fazendo graça. Eu num gosto...

O sujeito A esclarece a consciência de seus atos e demonstra ampla capacidade de compreensão do por que está naquele ambiente. Ele acredita que muitos que estejam ali sejam “laranjas”, ou seja, foram usados por alguém, e que ainda não possuem autonomia para pensarem nas ações deles. “Eu sou homem, não sou criança” demonstra que, apesar da proximidade de idade com os colegas de instituição, é um jovem experiente e que sabe pensar nas suas atitudes. Outro ponto importante a destacar no relato de A é que os outros jovens estavam “todos felizes”. Essa felicidade também é possível de ser pensada, pois ir para a socioeducação significa garantir *status* em face do grupo ao qual pertence, principalmente no que diz respeito aqueles que estão na condição de primários, ou seja, que estão passando na socioeducação pela primeira vez. O sujeito A age como se estivesse acostumado, para ele não é nenhuma novidade estar naquela condição: é como se já carregasse em sua alma o status de um jovem experiente no “mundo do crime”, de alguém que pertence a esse contexto (MISSE, 2010, 2014; NERI, 2009), passou por todo um processo de formação e sabe o que é o “certo” e o que é “errado” de acordo com a “visão do crime” (BECKER, 2008). Por sua vez, a socioeducação por jovens inexperientes não pode ser vista do mesmo modo que o sujeito A. Histórias contadas pelos jovens relacionadas à assombração os incomodavam de ficar ali. Uma dupla de irmãos, os sujeitos H e I, pouco experientes no “mundo do crime”, relata o incômodo vivenciado por eles na medida socioeducativa, em face das histórias de assombração que giram dentro da instituição e a necessidade de garantir a visibilidade de “ser homem” nestas situações:

Vocês se sentem incomodados de estar aqui?

H: Bastante.

I: Muito ruim.

Por que é ruim estar aqui?

I: Vixe, fí. Aqui nós pensa em tudo. A hora num passa.

H: A hora num passa. Aqui de madrugada, nós tenta dormir, nós acorda de madrugada, começa a bater o portão sozinho. Porque já morreu gente aqui dentro também, né.

Ah entendi. Tipo assombrado...

H: É.

I: E um moleque ali deu um exu nele, esses dia também. Você ficou sabendo?

Não.

H: Ele tem exu no corpo.

Tipo, entra um espírito no corpo dele?

H: É.

Aí vocês ficaram assustados...

H: Não. Aí ele mordeu o moleque que tava no xis [cela] dele.

I: Mordeu e quase quebrou a perna do outro.

H: Dois contra ele, e ele bateu nos dois.

E vocês estavam na mesma ala?

H: Não. Nós tava na ala do lado.

Mas daí dá para ouvir tudo?

H: Dá para ouvir tudo.

I: Ele chorando sangue. Vomitando sangue. Os moleque da ala dele tava falando. Aí tirou ele da ala e colocou no seguro. Aí ele não incomoda mais ninguém. Aí ele só fica chorando de noite. Todo dia.

H: Todo dia ele chora sangue, eles fala lá.

Essa pessoa deve estar sofrendo bastante, vocês não acham?

H: Eles fala assim que ele tá devendo alguma coisa pro espírito dele. Os cara do xis ali fala que conhece quem tem exu. Aí ele falou assim que, tipo assim, quando acontece esses negócio aí, é porque o moleque tá devendo alguma coisa pro espírito dele. Tipo, devendo alguma morte, sei lá.

Vendeu a alma, alguma coisa assim?

H: É. Vendeu lá alguém.

E aí, vocês escutaram isso e vocês estão no mesmo lugar?

I: Nós tamo.

É melhor né?

H: É melhor pra nós. É irmão né. Mas, é ruim, fí, de madrugada. Bate os portão lá sozinho.

Você está bastante assustado.

I: [risos]

Assim, o jeito que você fala dá para perceber que você está bastante assustado de ficar aqui...

I: Ah, é que você num tá na madrugada aqui pra vê.

Eu imagino...

I: Vixi, é mór ruim. Num consegue nem dormir.

E os outros, como que ficam nessa situação.

H: Não, mas, tipo assim, dormir nós até consegue, porque tem mais dois moleque lá também. E os dois moleque é tudo humilde também. Tudo tranquilo. Tudo certinho. Eles conversa com nós de boa. Vixi, nós se diverte lá. Mas, quando, tipo assim, acordo, sabe, quando acorda de madrugada assim, acordo assim eu levanto, faço alguma coisa assim. Tipo, beber água lá, aí começa esses barulho aí.

Ai pronto, já dá o medo...

H: É. Já dá um medo já. Já entro debaixo das coberta.
Vocês ficam assustados, tal. E acabam conversando com os outros sobre isso? O que os outros falam, eles também ficam assustados?
H: É, eles fala assim que é de boa né. Mas, eu duvido, fí. Eles fala que tá com medo também.
E vocês falam pra eles que estão com medo?
H: Não.
Por quê?
H: Eles fica zoando [risos].
E daí tem que ficar mostrando que não tem medo...
H: Aham [risos].
I: Aham [risos].
E aí como que vocês fazem? Fala "ô fulano, cê tá com medo?", e aí?
H: Eles fala cê tá sim. Dá pra perceber.

Os jovens H e I são bem diferentes do jovem A, principalmente no que diz respeito às avaliações realizadas dentro da instituição. Enquanto o sujeito A, devido a sua experiência, pensa em “tirar a sua cadeia” e pensar; os jovens H e I pensam em ir embora o mais rápido possível. O que diferencia esses jovens são a experiência e o acesso à “visão do crime”. A imaturidade dos jovens nos transmitiu muita insegurança e o sentimento de medo por estar ali. Isso era perceptível aos olhos, pois um dos sujeitos sentiu vontade de chorar. Foi possível perceber que os sujeitos H e I haviam sido submetidos a testes pelos colegas de instituição para medirem o medo e a capacidade de atingir o papel de “ser homem”, simbolizados, nesse contexto, por meio da coragem. Nas entrevistas de campo, somente os jovens H e I relataram sobre o caso dos “portões baterem” e de uma pessoa que “chora sangue”. Nos relatos citados acima, partem do que os outros jovens dizem. Eles não viram, mas seguem o que os outros sujeitos lhes contam. É nesse jogo de interações que o sujeito constrói o seu “eu” e garante papéis para a sua representação. Por exemplo, nas linhas acima foi mencionado que alguns jovens sentiam medo de estar na instituição. Porém, de acordo com a avaliação deles, observaram que o medo naquele local não poderia existir. O sentido construído pelos jovens seria: não se pode ter medo, pois se o medo aparecer, o sofrimento naquele local poderá aumentar, sinalizando aos outros que são “fracos”, “sensíveis”. Por isso, assumem uma máscara, para representar o “eu” (GOFFMAN, 1975) relacionado à coragem, de modo a serem reconhecidos pelo grupo.

Por conseguinte, quando se fala das experiências, isso significa que o jovem se utiliza da “visão do crime”, que ele passou ou ainda está no processo de formação, no qual alguém mais velho ou experiente o direciona, ensina, ou seja, alguém lhe “passa a visão”. No “mundo do crime”, por meio desse processo sequencial de formação, o jovem vai incorporando as regras e tornando-se experiente. Em outras palavras, esse processo pode ser

consciente e inconsciente, mas necessário para seguir adiante na “carreira desviante” (BECKER, 2008). Seguir essa direção não significa que o sujeito tenha se abster totalmente das regras convencionais, mas que as regras de seu grupo se incorporam com maior sentido e tornam-se mais relevantes. Sobre o processo de “passar a visão”, segue o depoimento dos sujeitos:

B: Tem cara que vai querer se espelhar em você. Quer que você ensina a vender droga. Tem gente que fala “ei meu piazinho”. Tem gente que fala isso. Quer dizer, “meu piá”, eu instruí você no mundo do crime, mais ou menos assim.

 F: Tem vez que quando você vai se envolver, um monte de gente já passa a visão pro cê, né meu. Tem gente que tipo, você entra no crime agora, daí você vai lá e fala uma coisa que num é certa, daí você procura saber com um cara que já tá mais tempo. O cara vai falar pro cê, né. Vai passar a visão certinha para você né.

De acordo com os relatos de B e F, para estar no “mundo do crime”, o processo de formação precisa provocar consciência, pois o aprendizado recebido sobre o que é a “visão” tem como objetivo manter todos se comunicando por meio da mesma linguagem, para que haja bom relacionamento entre os integrantes e para que se mantenham as atividades coesas. Do mesmo modo, um indivíduo que tenha praticado um roubo ou tráfico não necessariamente é consciente dos riscos, acertos e erros que essas ações acarretam. Essa consciência depende do grau de “envolvimento”. Por meio de uma entrevista realizada com a dupla de irmãos citada acima, que estava cumprindo medida socioeducativa pela primeira vez, apreende-se a falta de “visão” desses sujeitos por intermédio do relato do primeiro roubo efetuado por eles. Isso nos esclareceu sobre a inexperiência e a não consciência desses sujeitos das regras do jogo. Na narrativa desses jovens, o roubo foi efetuado em um local relativamente próximo ao bairro no qual residem, e uma das condutas para aqueles que têm “visão” é não roubar o bairro e proximidades da residência deles. Seguem os relatos de H e I:

Isso que vocês fizeram não é perigoso, por ser próximo ao bairro de vocês?

H: Não. Num é perto de lá.

I: Num é muito perto.

O que aconteceria se roubassem o bairro de vocês?

H: Eles briga. Eu já vi eles brigando com um monte de gente lá, também. Pra num roubar lá perto.

Há lei lá dentro...

H: Tem.

I: É. Num pode roubar ali perto.

H: Por isso que o polícia já chegou falando pra nós, “rouba aqui pertinho vocês vai ver os cara arrebrandando vocês”.

E por que há esta regra para não roubar o bairro?

H: Eu num sei. Mas acho que é pra polícia não entrar.

I: Pra num chamar a polícia.

E você sabe por quê?

H: Atrapalha eles do crime, né, sei lá.

Os sujeitos H e I têm conhecimento das regras do bairro, visto que os códigos de conduta do “mundo do crime” também valem para os moradores locais. Porém, o que chamou a atenção foi a proximidade do assalto ao bairro no qual residem. Se nota que o sujeito H se recorda da polícia lhe chamando a atenção para as regras do jogo, situação que esclarece a condição de inexperiência nesse contexto. Outro ponto importante a destacar é a percepção ainda moldada pelo “eu” e “eles”: “atrapalha eles do crime”. Situação a qual traduz que os sujeitos ainda não se sentem pertencentes àquele meio. Pode acontecer de esses jovens, após cumprirem a medida socioeducativa, não mais cometerem o 157. Porém, eles podem continuar no processo e, assim, seguirem a carreira e realmente se “envolverem”. Este seria o momento no qual a “vida no crime” se tornaria consciente para esses garotos.

Quando pretendem seguir a carreira, a recepção da “visão” é primordial para tornar o indivíduo consciente do espaço no qual ele está se inserindo. É a partir dessas instruções dotadas de significados que o sujeito faz a avaliação das situações nas quais se insere: a relação com a polícia, com os “parceiros”, com a vizinhança, com a escola, com a família, e, sobretudo, as relações de trabalho. Além disso, a conquista pela experiência não é simbolizada pela faixa etária, mas sim por meio da confiança que o sujeito conseguirá despertar no grupo (LYRA, 2013). Dentro desse ângulo, é possível conversar com jovens de 15 anos que já revelam o que eles denominam ter uma “visão monstro”, ou seja, que lhes garante o aprendizado e a experiência da “visão do crime” e define as suas situações cotidianas com muita esperteza, avaliando o que, na concepção deles, é o certo e o errado. Essa contradição entre “faixa etária” e maturidade pode ser vista na fala do sujeito G: *“ah, eu tenho uma visão monstro. Sou novo, sou novo de idade, mas o bagulho pelo que fiquei aí eu tenho uma visão monstro. Tenho uma visão da hora” (SUJEITO G).*

Embora a aproximação com os “parceiros” com vistas à cooperação seja comum em relação aos sujeitos pesquisados, ter uma “visão monstro” é também saber prever situações nas quais os sujeitos podem entrar em uma armadilha, e todas essas adversidades são aprendidas com a experiência. É por meio desses percalços que foi acessado o significado criado sobre “fechar com os caras certos”, uma vez que o “mundo do crime” também é

moldado pelas pessoas “erradas”, segundo os participantes, e os valores de solidariedade e cooperação que entrelaçam os “parceiros” podem ser substituídos pela inveja e pela rivalidade. Os sujeitos B e G deram os seguintes depoimentos sobre a questão de “fechar com os caras certos”:

G: O bagulho do crime é podre. Se você não fechar com os cara certo, os cara até te arrasta.

 B: No mundo do crime você também tem que ficar ligeiro com quem que você rouba. Que nem, você catar uma fita de um milhão, quinhentos para cada, os cara engorda, cresce o zóio, vai querer matar você. Mesmo se vive a vida inteira junto. Você tem que ficar esperto com todo mundo. Talvez você está aqui traficando, aí todo mundo está vendo que você está ganhando um monte de dinheiro. Vai sair espalhando fofoca do cê. Tem que ficar esperto, tem que ter visão do que está acontecendo.

Os relatos de G e B expressam a experiência conquistada por eles no “mundo do crime” e a alta capacidade de avaliação das adversidades que podem ocorrer no cotidiano. Por sua vez, ao “fechar” com algum “patrão da biqueira” ou com algum parceiro para o 155 ou 157, denota relevante capacidade de avaliação sobre o que poderá estar em jogo. Em outras palavras, para fechar com um patrão da biqueira, é preciso saber de antemão, por exemplo, as consequências no caso de perder drogas em algum “enquadro” da polícia, visualizando a situação. Do mesmo modo, prestar atenção nos parceiros do tráfico e perceber se o patrão “fechou” com os caras certos, uma vez que podem ser usuários de drogas e gastar o dinheiro do patrão sem pedir; ou se algum “boleia” perder drogas para a polícia, qual será a reação dessa pessoa, se devolverá a droga ao patrão, ou não. Se caso os parceiros tenham namoradas, é preciso que os outros as respeitem. Caso contrário, o sujeito é considerado um “talarico”, por sentir atração ou se relacionar com mulher do parceiro. Nesse caso, o “talarico” sofre uma punição, que é a morte. Os “boleias” no tráfico geralmente trabalham entre parceiros, e é realizado um rodízio para o atendimento aos clientes, ou, na linguagem deles, os “fretes”. Alguns “parceiros” podem não “ter visão” quando atravessam a vez de vender do outro, quebrando as regras do rodízio, criando, assim, um espaço de rivalidades e conflitos. Por sua vez, no 155 e no 157 é preciso avaliar se o dinheiro conseguido em alguma ação será dividido de maneira igualitária. Pode ser que aconteça de alguém esconder alguma coisa e não revelar para o parceiro e/ou grupo. Resumidamente, o sujeito L explica quando o sujeito não tem visão no tráfico e no assalto:

L: Tipo, os cara fala que tem que saber traficar, não bater a nave [fazer besteira, bobagem]. Tipo, catar as droga dos cara e gastar dinheiro que é dos caras. Isso daí que é um pouco de visão. O cara tem visão do crime, o cara pegar o dinheiro e saber qual é o seu dinheiro e qual é o dinheiro dos cara. É a mesma coisa o assalto, você ir pegar uma fita, tem uns cara que vai roubar junto com você, os cara acha alguma coisa, já põe dentro do bolso, e nem mostra pro cê. Não reparte o dinheiro certo.

Desse modo, a acepção “fechar” é relevante e funciona como uma regra contratual, visto que os sujeitos já possuem uma noção das regras de funcionamento tanto para o 155/157 quanto para o tráfico. Tendo em vista os caminhos percorridos por eles nas dobras do legal/ilegal, surgem novos espaços de legitimidade, pois as perspectivas dos sujeitos imersos no “mundo do crime” são bem diferentes das perspectivas do que é hegemonicamente reconhecido no âmbito “legal” (BECKER, 2008). O “fechar” com o dono da biqueira traduz uma perspectiva de legitimidade, estar ali é reconhecer que está disposto a seguir outras formas de contrato e que o sujeito também será reconhecido pelo grupo, caso siga o que é considerado como sendo as regras do jogo. Isso significa que essas dobras interferem também no universo político, uma vez que colocam em construção novos sentidos de legitimidades para além do que é proposto pelo Estado de Direito (TELLES, 2009; FELTRAN, 2009; MACHADO DA SILVA, 2004).

Para que ganhe espaço no “mundo do crime”, o jovem assume um papel social de responsabilidade e inteligência. Para que ele avalie as situações nas quais ele se insere, é preciso primeiramente fazer uma leitura das atitudes de determinadas pessoas para assim compreender as circunstâncias. O relato de A esclarece as suas avaliações cotidianas, tendo como foco a “visão do crime” e cumprindo o papel de ser “frente” na biqueira. O sujeito explica a avaliação criteriosa que deveria fazer em relação aos “boleias”, pois alguns podem não “ter a visão” e não “agir pelo certo”:

A: No meu critério, sabe. Porque o bagulho ficava na minha responsa. Se eu olhasse e vesse que o cara fosse um cara da hora eu soltava. Mas mesmo se ele desse mí [*erro*], daí nós tinha que ir lá cobrar. Tinha que cobrar porque daí era eu que soltava.

Então, você tinha uma grande responsabilidade ali, hein...

A: Eu acho que eles me deram um cargo assim maior porque eu era um cara inteligente, né. Um cara que sabe jogar. Isso é um jogo e você tem que saber jogar. Se você não souber jogar, você roda. Saber jogar. Você perde tudo.

As perdas mencionadas pelo sujeito A são do tipo material (dinheiro, mercadorias) e simbólicas (a confiança dos parceiros). O padrão de alguém que recebeu a

“visão” corretamente é saber jogar, situação que cobra do sujeito racionalidade e inteligência, de acordo com o interlocutor. Nesse sentido, saber jogar é saber lidar com os policiais diante de um “enquadro”; e saber administrar o que é o dinheiro do patrão e o dos “parceiros”. É nesse contexto que o tratamento em relação ao usuário de drogas é apreendido e que, por vezes, este não é muito bem-visto pelos grupos do tráfico, contrariando o senso comum de que quem trabalha nas biqueiras seja usuário que busca o sustento do vício. Em algumas biqueiras existem usuários que são “boleias”, mas há outras que possuem como regra não “fechar” com esses indivíduos, pelo fato de o vício torná-los frágeis diante da “visão do crime”. Os sujeitos F e G explicam esse ponto:

F: Você num pode dar mí [cometer um erro]. Tem gente que usa droga e num paga. Tem gente que mistura pra vender. Isso daí já é mí. Ah, um monte de fita né. Pegar as coisa dos outro sem os outro ver. Sem falar nada.

Há um nome para isso?

F: Rato [risos].

Há muita gente assim?

F: Ah, tem muitas pessoas que você nem imagina que é, mas é né.

O contrário do cara de visão é o vacilão?

G: Na quebrada mesmo ninguém cheira farinha. Nós só fuma um baseado. Os cara que cheira farinha, nós num deixa vender droga, porque os cara num tem visão. Se os cara pega uma droga, se a droga da quebrada é boa, certeza que os cara vão mandar um raio [*vão cheirar cocaína*]. O cara vai querer desandar tudo os PC. O bagulho nós já num deixa cara cheira farinha, usuário de farinha com nós não.

Dependendo do grupo, o usuário de droga é pouco confiável, e as regras em relação ao uso de drogas são também parte do processo de formação da “visão do crime”. Veja o relato de J a esse respeito:

J: Ficar devendo já é um negócio que num pode, tá ligada. Até o patrão da biqueira falou pra mim, tá ligada, quando eu cheguei lá: pra mim não ser curioso com a droga. Pra mim não querer experimentar droga, sabe, ser curioso na droga.

Entendi. Para você não ser um usuário...

J: É, pá. Ele falou “não seja curioso na droga, não, que isso só arrasta o cê”. E como eu num uso, num faço nada. Num sou moleque que fica gastando dinheiro em droga. Tem moleque lá que vende pra usar. Vende ali e o dinheiro vai tudo para ele usar.

Um jovem que deve dinheiro por ser usuário não significa que ele não tenha “visão”, mas que as suas dinâmicas se tornam mais difíceis, principalmente quando está cumprindo socioeducação em meio fechado e devendo. É preciso “ter visão” mesmo quando

se deve dinheiro por conta do uso de drogas. “Agir pelo certo” é honrar com suas dívidas. Do mesmo modo, jovens que têm suas drogas apreendidas pela polícia vivenciam situações parecidas. Assim, os sujeito C e o sujeito G dizem:

C: Você num tá nem aí mais. Agora vou aproveitar que eu desintoxiquei tudo que tem aqui, ó. Aproveitar que eu vou ficar na semi de fora, qualquer coisa se num der para eu ir lá pagar eles certinho, eu vou trabalhar, vou, daí eu vou ligar pro abrigo lá, vou pedir para falar com o [*nome de um colega*], depois que eu falar com o [*nome do colega*], sabe o que vou fazer? Falar pra ele passar o contatinho do patrão. Que patrão que é patrão, que é patrão, que num tem um cartão de banco? Daí ele dá a conta dele, passo o dinheiro pela conta dele e mando ele dá o dinheiro do [*nome do colega*] porque ele é patrão do [*nome do colega*] ele vai dá, porque é boleia dele. Daí certim. Daí eu vô dá o dinheiro dele e já era, cabou, vou dar até uns cenhão a mais pra num falar que sou chato... Eu faço de tudo pra num dever, porque se dever, fí, se ficar devendo mais de ó, 3, 4, 5, 6 meses... Eu eles vai ter que esperar, porque eu vou tá em, vou tá tipo preso, na semi.

 G: [...] Daí você toma um desacerto [...] as vez os policial acha, os policial leva. Você vai ficar devendo. Querendo ou não você vai ficar devendo. Daí você ter responsa, você tem que ser um piá da hora de pegar as droga, vender tudo certinho. Ou piá progresso, tenho rovorve, vou roubar, pegar o dinheiro para o patrão. Não pegar, ficar devendo e sumir da quebrada. Indo embora. “Pô, fiquei devendo”. Não é porque ficou devendo seu pilantra. O bagulho é todo mundo toma desacerto e todo mundo fica devendo uma hora. O bagulho é você correr atrás e pagar o prejuízo, né. Correr atrás e pagar, pá, o que você ficou devendo.

O jovem C está cumprindo medida de socioeducação, mas existem pensamentos que o inquietam, como o de cumprir o pagamento da dívida existente com o seu patrão e com o “parceiro”. Mesmo sendo um dependente de cocaína e declarar em entrevista que o seu patrão é “de boa”, ele precisa garantir o reconhecimento diante do grupo e a sua “visão”, pagando até uma quantia a mais de dinheiro para o “patrão”. Além disso, o jovem chama a atenção para os seus planos dentro da prisão, de que está “limpo”, desintoxicado, de que procurará um emprego, pagará as suas dívidas e deixará de ser “envolvido”. É dentro da socioeducação que são apreendidas as características de “envolvimento”. O indivíduo está cumprindo a medida, mas algo o “envolve” e o liga às suas antigas funções, que é o endividamento e as suas obrigações diante disso.

Um caso parecido com esse, sobre honrar a dívida, pode estar relacionado também com o fato de o policial encontrar drogas no “mocó”, isto é, um esconderijo das mercadorias para não serem perdidas em momentos de “enquadro”. Geralmente, o jovem guarda uma parte do PC nesse mocó, e trabalha com pouca quantidade na “boleia”. Quando o jovem perde as drogas, geralmente o “patrão” compreende o fato, mas não costuma ir

somente pela história contada pelo jovem. É preciso ter uma testemunha para contar o fato de que a polícia realmente apreendeu a droga, pois existe a regra de que o garoto pode até ser agredido, mas não deve delatar à polícia o “mocó”. Caso o testemunho confirme que o jovem não delatou o “mocó” e que a polícia de fato o encontrou, ele se livra do pagamento dessa dívida. Porém, isso não significa que está livre, pois a “visão do crime” o inquieta, e não ficará tranquilo até sanar essa dívida. Para conseguir reconhecimento pelo grupo, ele fará de tudo para pagar essa dívida. Esse reconhecimento contorna o que eles denominam de “ideia de homem”, que transmite aos outros a maturidade para resolver os seus problemas.

A “visão do crime” abrange espaços de masculinidades, nos quais também existem modelos hegemônicos e subordinados. O rapaz que deixa de pagar a dívida passa a ocupar um espaço subordinado, uma vez que perde o seu reconhecimento no grupo. Existem casos nos quais os jovens são presos e, assim, ficam com a dívida por causa da apreensão da droga. Quando saem da socioeducação, retornam ao tráfico ou roubam para conseguir pagar o patrão. Nesse caso, o jovem retorna ao “mundo do crime”. Muitas vezes, faz planos de sair do “crime”, mas não consegue, pois a sua realidade implode, e o “crime” o “envolve”.

“Ter a visão” é algo recorrente na linguagem dos jovens, dado que os sentidos sobre o “certo” e “errado” e ser um “homem responsa” são construídos por intermédio de conselhos, instruções e da observação que os jovens realizam no cotidiano. Por meio da observação, realizam as avaliações e, assim, criam definições para si e sobre os outros. Conforme visto, existe a construção de uma representação de si e do grupo, dotada de significados que contribuem para situar o indivíduo na realidade. Esse situar é balizado por um código de conduta que se expressa por meio da ideia de “ser mente”⁴, que aponta para o sentido de superioridade de um determinado sujeito que supostamente tenha amplo conhecimento sobre a “visão”. No caso, um jovem pode “ter visão”, mas não “ser mente”. A categoria nativa “ser mente” foi a que o levou a pensar que, ser da “vida do crime”, não é somente ter uma vida imediata, naturalizada, sem direcionamentos, marcada pelo consumo. Para os que são “mente” essa vida é de um sujeito racional, consequente e que planeja, isto é, não usa drogas exageradamente e não gasta dinheiro sem um planejamento. Os depoimentos abaixo ajudam a esclarecer esse significado de “ser mente”:

⁴ A pesquisa de Neri (2009) também esclarece a acepção “ser mente”, utilizada pelos internos das instituições de socioeducação no Rio de Janeiro. O “mente” retratado na pesquisa da autora, por exemplo, seria o jovem que emprestava materiais de higiene pessoal àqueles que não recebiam visitas; mediavam as situações de conflito dentro da instituição; carregavam o reconhecimento e respeito dos outros jovens.

Você recebe muito elogio do seu grupo?

J: eles fala que eu sou um dos mais “mente” lá, sabe. Tipo, o mais esperto. Tem moleque que não junta dinheiro. Fica indo pras noitada, festa, motel, pá. Eu nem gosto disso.

Quero que me explique o que é ser “mente”...

J: é mais ligeiro. Não fica se mostrando pros outro, sabe. Fico na minha. Sou mais de guardar dinheiro e ficar na minha. Não fico gastando e tal.

E esses que gastam demais?

J: é cabeça fraca. Se um dia for preso mesmo, não tem dinheiro pra pagar um advogado. Tipo, o negócio tem que ter dinheiro. Se tá nessa vida, num tá à toa, né. O negócio é foda. Tem que ter mente. Falar pro cê que eu num tenho um dinheiro pra pagar um advogado agora, mas meu carro tá na rua, sabe. Tem um dinheiro que o povo me deve. Mas num sei, né, mano. Sair daqui, eu vou ver o que acho melhor. Fazer um estudo, e tal. Seguir minha vida pra frente. Eu tava pensando que quando eu saí daqui acho que vou dar um estudo, sabe. Fazer um supletivo. Num vou chegar se envolvendo. Vou pensar, né. Pensar bastante.

A definição do sujeito J sobre o que é “ser mente” transmite noções de um jovem bastante consciente do contexto em que está inserido, consciência esta obtida no processo de instrução percorrido. As noções de ser “esperto” e “ligeiro” contrariam muitas perspectivas de que tratam os jovens no “mundo do crime” somente como sujeitos que buscam bens materiais imediatos, pois a afirmação de dignidade e respeito ganha maior ênfase (HIRATA, 2010). A maturidade de J se impõe diante disso, ao relatar que estar na “vida do crime” não é algo à toa, somente para viver gastando todo o dinheiro, sem nenhuma economia. O sujeito já assume características dos donos das “biqueiras”, pois estes são considerados os verdadeiros “mentes” do “mundo do crime”. As características de “ser mente” também são direcionadas aos padrões que “fortalecem” os jovens no roubo e assalto. A fala abaixo de uma dupla de jovens usuários de drogas que trabalhava como “boleias”, também ajuda a entender o significado de “ser mente”:

O que é ser "mente"?

D: Ah, então. Tipo, nós ainda tava sendo escravo da cocaína, mas memo assim, mas memo assim desde quando eu comecei eu tenho uma visão boa assim, dos outro falar pra mim "não deixa cocaína fazê sua mente". Cê tem que usá a cocaína, não deixar ela fazer a mente.

C: É memo. Porque, tipo assim, eu ia muito no embalinho dos outro, que era no embalo do [nome de um colega], do [nome de um colega], do [nome de um colega]. Cheguei até, peguei, tinha 30 pino de lucro, 300 reais, pegamo esses 30 pino, cheiramo em coisa de 1 dia. Um dia tipo assim, na madrugada [...]. Na época que eu tava trabalhando de tarde e de noite.

Tudo de uma vez...

C: 40 pino pra mim e pro [...]. Humpf. Num era nada. Era tipo umas 30 grama de farinha.

Você gastava todo o seu dinheiro, então.

C: Ia tudo meu dinheiro. Mas tipo assim, ó, eu só deixava tipo uns 3 pininho pra mim comprá um alimento no outro dia. Deixava uns 3 pininho escondido do [nome de um colega] ainda, porque se ele soubesse que eu tinha escondido, ele ficava "ô, por favor, mano, eu tô precisando de grana, oloco".

D: Agora nós tem uma visão que vou falar pra você, igual esses cara, eu nunca fui desse jeito de vender minhas coisa, e tal. Agora se o cê se deixar levar pelas droga, aí cê tá...

C: Mas tipo assim, eu tava fazendo o seguinte, pra mim não ser trouxa, eu pegava 20 pino e mocava 10 num tal lugar, lá na boleia memo, colocava escondida porque sabia que ia ter no outro dia pra mim, ou fazia dinheiro ou também usava pra ter coragem pra fica na boca.

Os relatos de C e D indicam que eles possuem “visão”, pois precisam administrar o uso das drogas para sustentar o vício. Ao mesmo tempo, não podem deixar a droga “fazer a mente”, pois, com isso, perderiam a responsabilidade: caso não administrassem corretamente o dinheiro do tráfico podem ser punidos – no limite, podem ser mortos. Do mesmo modo, caso não administrassem o uso poderiam perder a razão e começar a agir por impulso em uma situação de abstinência. Nesse caso, os rapazes não seriam considerados “mente”, embora tenham a “visão” pelo fato de trabalharem para garantir o uso da cocaína. O relato mostrado acima de C e D se contrapõe ao relato de J, que percebe o uso exagerado de drogas como falta de esperteza.

O que diferencia os dois depoimentos é que o último demonstra ser o “mente” por ter um controle de seu dinheiro e gasta em coisas que acha que vale a pena, pelo risco que corre. Os usuários de drogas que trabalham na “boleia” não poderiam ser considerados “mente” pelo fato de gastarem o dinheiro no uso de drogas, agindo impulsivamente. Os “patrões” sempre os aconselham a não ser levados pela droga, pois ela domina o indivíduo. Os “patrões” condenam o uso demasiado de drogas. Assim, o rapaz que, no depoimento acima foi retratado como “mente”, tem grandes chances de progredir na “carreira desviante” e se tornar futuramente um patrão. Pode-se afirmar também que, como “mente”, o patrão se

apresenta como uma referência aos “boleias” e “frentes”, isto é, o exemplo de que se as pessoas agirem pelo “certo” e forem “mente” terão êxito no “mundo do crime”.

3.3 AMBIENTES DE SOCIABILIDADES E DE DISPUTAS

Por meio desta categoria analítica, os ambientes de disputas não aludem somente aos conflitos entre “biqueiras”, mas também à expansão de poder pelo “mundo do crime” visando legitimidade (FELTRAN, 2009). A polícia torna-se um personagem central para a compreensão dos conflitos e tensão, em razão do “mundo do crime” reivindicar para si o monopólio da violência e da força com objetivos privados. Isso não significa que o Estado deixa de intervir na vida social, ou que exista um poder paralelo. Na realidade, é possível interagir nos dois espaços, de modo simultâneo (FELTRAN, 2009; HIRATA, 2010; TELLES, 2009; MACHADO DA SILVA, 2008).

À vista disso, na seção (3.3.1), serão expostos as “guerras entre áreas” e os relatos dos interlocutores sobre esse tema. Embora o tráfico de drogas ainda se apresente fragmentado em razão das disputas entre “biqueiras”, em alguns locais da cidade há marcas de conexão, ou seja, junção de grupos. Por um lado, os relatos desta pesquisa se agregam à literatura sociológica que trata da violência e criminalidade, segundo a qual retrata jovens portando armas e disputando territórios (ZALUAR, 2000; LYRA, 2013; NERI, 2009). Por outro lado, foram verificadas outras maneiras de organização do tráfico que pouco se utilizam da violência e do uso da força constantemente.

É válido acrescentar outros elementos de disputas relacionados ao “mundo do crime”, os quais não se resumem somente nas guerras entre “biqueiras”, mas estas disputas também são travadas com os policiais militares, situação em que é gerado também aumento nos números de homicídios em algumas regiões da cidade. Para versar sobre essas relações entre “mundo do crime” e a polícia, a seção (3.3.2) evidenciará os novos mecanismos de poder que surgem e a avaliação que o sujeito pesquisado realiza em face dessa situação.

Por fim, a seção (3.3.3) leva em consideração as relações do “mundo do crime” com a vizinhança, dado que os bairros se tornam locais socialmente dinâmicos, pois os códigos de conduta do “mundo do crime” se estendem aos moradores locais, disputando legitimidade com o Estado de Direito.

3.3.1 As “Guerras Entre Áreas”

Ao chegar ao campo e explorar as explicações das “guerras entre áreas”, o foco central seria a compreensão dessas disputas. Até aqui, a pesquisadora imaginava encontrar relatos de jovens com armas e prontos para defender as “biqueiras” das investidas de outros jovens envolvidos com o “mundo do crime”. Assim, as questões foram direcionadas dessa maneira:

Você se importa de explicar por que tem esses conflitos de áreas?

A: É um negócio assim. Os bagulho começa que nem lá no meu bairro lá. Negócio começa muito tempo, quando eu nem existia, entendeu? Mas o que posso falar, pelo que tenho uma noção, é que um catou e quer tomar o espaço do outro. Que nem no meu bairro lá, essa última vez, por isso que a guerra durou bastante tempo.

As disputas entre áreas são antigas, mas se estendem até os dias atuais. “Um querer tomar o espaço do outro” é a realidade existente entre aqueles que mantêm uma “biqueira”. Até aqui, há a imagem de que a “biqueira” não se compra, se a comparar com qualquer comércio, pois se conquista. Para isso é necessário demonstrar o uso da força e garantir espaço com as armas de que dispõe. Introduzindo a conversa aos fatos reais, o sujeito A conta a história de que, após a morte dos patrões de um “boleia”, motivada por “guerra de áreas”, e a prisão dos culpados pelo homicídio, esse mesmo “boleia” entra em cena ocupando o espaço da “biqueira” que estava em disputa, ou seja, assume o posto, mesmo que este não lhe fosse confiado. Quando algumas pessoas estiverem libertadas, a guerra poderá retornar, e aquele que cuida do posto já teria feito algo que foge das normas de conduta: além de ocupar um espaço que não lhe pertence, vendeu a “biqueira” conquistada. Trata-se de características que indicam que o tráfico de drogas não se restringe somente à compra e venda de produtos ilegais, mas que nele se amparam também relações de poder, as quais se estendem em ações específicas dentro desse contexto que definem o que é o “certo” e o “errado”, indo ao encontro das punições quando se fere a “visão do crime”:

A: O mano era boleia dos mano, os mano morreu. O cara foi e catou a biqueira. Quando tava todo mundo preso, na maior, que é os chefão, pá, daí esse cresceu. Quando os mano começou a querer pá da biqueira [*querer a biqueira de volta*], ele foi e vendeu por R\$ 20.000. Em um dia você faz R\$ 6.000 [*vendendo drogas naquela “biqueira”*]. Como que o cara vai vender por R\$ 20.000? Ele vendeu, porque precisou de 20.000 pra comprar arma. Porque ele deu mí [*vacilo, erro*]. Ele não tem espaço. Ele não tem que ter aquele espaço. Daí ele vendeu o bagulho pra outro mano. Entendeu? Agora ele assinou memo o atestado de óbito dele.

O “mí” dado é o fato de ocupar um espaço que não lhe pertence. Sabendo dos riscos que estava correndo diante das ameaças, o “boleia” resolveu vender a “biqueira” e se armar. Seguindo essa lógica, é bem provável que futuramente haja novos espaços de conflitos, pois os verdadeiros donos dessa “biqueira” foram mortos em uma disputa e deixaram um filho. Segundo o interlocutor, o filho é quem seria o verdadeiro herdeiro do espaço, e a pretensão desse jovem é vingar a morte de seus pais e recuperar aquilo que lhe pertence: “*porque o certo era aquele piazinho ser o patrão do [...], entendeu?*” (SUJEITO A). Por fim, a “biqueira” foi vendida para outras pessoas, dificultando ainda mais a posse do herdeiro. O espaço de disputa aqui retratado envolve desfechos possíveis de acerto de contas com aqueles que não cumpriram com a “visão do crime”. Esse cenário ajuda a entender os homicídios vinculados ao tráfico de drogas, bem como os atribuídos à punição. Aqueles que não têm a “visão do crime” acabam pagando com a morte.

Quando ocorre a morte de integrante de um grupo, essa morte tende a ser vingada, tornando os bairros espaços de conflitos. O momento de “apaziguamento” é quando ocorre a prisão daqueles que estão na disputa. Apesar disso, quando retornam em liberdade, as disputas são retomadas em nome da vingança de fatos ocorridos no passado. A e B relatam alguns episódios:

A: No [*nome de um bairro*] quando você chega ali pela parte do [...] tem dois patrão. A parte da igreja é do [mano 1], e a parte daqui do [mano 2]. E descendo pra baixo, a parte de baixo é do [mano 3]. A parte do [mano 1] matou o irmão do [mano 3]. [...] Os mano já tava guerreando os três. Um contra o outro, entendeu? Como matou o irmão dele, o [mano 3] falou “o quê? Mataram meu irmão”. Os cara já continua na guerra louca, porque já vem metralhadora. Os cara é forte, fí. Os cara começou lá, parou. Mas, que nem acontece sempre, os cara começou a ficar sem dinheiro, a guerra ficou pá. Mas a guerra, ninguém falou “acabou a guerra no bagulho”. Só ficou todo mundo quieto.

Por que você sabe dessa história?

A: porque meu parceiro mora lá na casa do [mano 3].

Na região é tranquila a relação entre biqueiras?

B: Ah, ultimamente tava meio louco, heim. A guerra dos [*nome de um local*] ali, contra o [*outro local*]. Ia acabar sobrando até pra nós ali. Mas, a sorte é que apaziguou um pouco. Eu sei que essa guerra vai voltar. Porque mataram um monte de gente. Já que teve vida que foi pra vala, num vai ficar assim. Com certeza vai ter crocodilagem na história, sabe?

O que é crocodilagem?

B: Crocodilagem. As pessoa esperar o momento certo, pegar pelas costas. Pegar o cara panguando [distraído] assim ó, moscando [distraído]. Pegar pelas costas. Isso que é crocodilagem. Que nem, a maioria está tudo indo preso assim, dessas guerra. Conseguir ir tudo preso. Mas quando sair, vai pegar moscando e já vai começar a matar de novo. Só questão de sair tudo da cadeia

Dizer “o quê? Mataram meu irmão?” remete aos significados de espaços de masculinidades hegemônicas em disputa, em que emerge a figura do guerreiro lutando por seu espaço (ZALUAR, 2014) e, assim, não podendo transparecer a “fraqueza” em face das guerras. Por isso, a força das armas representa poder diante do outro. São as armas que carregam o símbolo da obediência. Ocupar um espaço de “perdedor”, deixar que alguém tome a biqueira e mate pessoas próximas, significa que está perdendo o respeito e ocupando um espaço de subordinação. O conflito é travado no entorno dos espaços de hegemonia e que possuem grande sentido de “hegemonia masculina”, concentrada na força e virilidade (ZALUAR, 2014; CECHETTO, 2004). É necessário honrar a morte daqueles que tiveram esse fim e lutar pelo poder hegemônico daqueles que ficaram.

De acordo com os interlocutores, quando ocorrem esses tipos de conflitos existe por um tempo o “apaziguamento”, embora isso não signifique que a guerra terminou. Por motivos financeiros não há possibilidade de continuar a guerra, pois as armas são objetos de grande valor financeiro difíceis de serem obtidas. Por sua vez, o “apaziguamento” é dado pelas prisões dos protagonistas em questão, os quais, quando soltos, retornam aos conflitos. Isso pode demorar anos, segundo o depoimento do sujeito B: *“mas daí voltou esses tempo agora, porque eles ficaram 10 ano preso. Ficou muito tempo apaziguado. Voltou agora. Mas já voltou com armamento pesado e matando todo mundo daqui. Para retomar tudo lá dele de volta”* (SUJEITO B).

O sujeito B também fala sobre “tomar as biqueiras”, ajudando a compreensão das lutas pelos espaços de hegemonia.

Como é esse tomar: chega chegando?

B: É, por exemplo, a pessoa tá lá vendendo droga no bairro, tudo. Aí o patrão [*de outra biqueira*] vê: “aquele povo ali num é pesado. Num tem um armamento bom, num tem nada para eles partir pra guerra. Aí se nós, assim, tiver bastante fuzil, tiver só os armamento bom, nós chega, nós mata todo mundo, aí a biqueira fica pra nós. Porque nós mata até o patrão, e a biqueira fica pra nós daí. Porque num entra mais ninguém que era dali, sabe. É assim que funciona.

Não ter armamentos pesados transforma os grupos em subordinados. De uma “biqueira” para outra, pode-se observar as boas vendas, a alta clientela, geração de lucros. O “patrão” pode estar perdendo clientela ou ter concorrência para o seu negócio. Para afirmar a sua hegemonia, utiliza-se da força das armas. Para comercializar drogas em um determinado local é preciso pensar sobre a possibilidade de retirar clientes de uma “biqueira” considerada “forte”. A ameaça funciona como mecanismo de obediência e de dominação nesses espaços.

O indivíduo não precisa visualizar as armas para descobrir o perigo, ele já precisa prever que as suas decisões podem resultar em conflitos maiores. Sobre esse contexto, o sujeito B diz:

E você vendia o que exatamente?

B: Ah, eu gosto de vender pedra [*crack*]. Mas ali naquela biqueira ali eu vendo só maconha e cocaína.

Por quê?

B: Porque ali só tem maconha e cocaína. Na verdade mesmo eu gosto é de vender pedra, mas ali só tem maconha e cocaína. Ali nós num mexe com a pedra. Acontece que se nós for mexer com a pedra, nós vai tirar cliente do [...] [se referindo a uma biqueira de um bairro próximo de onde ele comercializa]. Vai tirar cliente de outras biqueira. E pedra é a coisa que mais fuma assim [*muitos clientes, muito movimento*]. Que mais dá dinheiro. Por exemplo, se eu tirar os cliente dele, que a nossa droga é a boa, aí depois ele vai querer matar, vai querer tomar tua biqueira. Vai causar guerra.

A impossibilidade de comercializar aquilo que deseja visando maior lucro parece trazer à tona a posição do interlocutor, de subordinado. Porém, a visão dele sobre essa lógica suspende a visão de ser “fraco” e subordinado, pois possui uma avaliação diferente sobre esse contexto. Nesse sentido, em Londrina ainda persiste a disputa de áreas que contornam o comércio de drogas, mas é a partir do depoimento de B que se iniciam as reflexões de que existem novas lógicas de organização desses espaços, nas quais a disputa cede espaço para a união e cooperação. Segue um trecho da entrevista do sujeito B:

E você diante disso, o que pensa sobre a violência?

B: Ah, eu sou totalmente o contrário. Eu gosto de pegar as coisa pelo certo. Comprar uma biqueira, eu num gosto de ficar tomando de ninguém.

O depoimento revela novas configurações do tráfico de drogas, por intermédio da compra de “biqueiras” para evitar conflitos. B parte desta perspectiva porque nas suas interações sociais cotidianas ele aprendeu a avaliar dessa maneira, uma vez que o seu “patrão” tem um modo de pensar diferente sobre os espaços de disputas.

Você tem conflitos com outras biqueiras?

B: Não. Tem uns que toma a parte dos outro; tem outros que já compra. O meu patrão mesmo comprou, entendeu?

Comprou a biqueira de outro?

B: Ele comprou a parte de outro. Pagou acho que mais de R\$ 100.000. Num tomou de ninguém. Se tomasse de alguém, ele tinha que ficar com uma pistola no pente, esperando alguém vim.

Então tem uma prática que a pessoa compra a biqueira?

B: É isso daí é o certo, né. A pessoa comprar a biqueira.

A característica de ser “guerreiro” nesse caso tende a ser insatisfatória, pois a mediação com o dinheiro simboliza as interfaces das dobras do legal/ilegal, ganhando maior espaço. Talvez se B estivesse em outros espaços, ele pudesse ter uma percepção diferente dos conflitos, aceitando a disputa, o tomar o que é o do outro. No caso específico, o contato com o “patrão”, que tem uma percepção diferente sobre esse contexto, contribui para que B aceite novas maneiras de organização, sem a utilização necessariamente do uso da força. A avaliação que ele mantém é desenvolvida por meio das interações que mantém com o seu patrão e segundo a observação dos conflitos existentes na região na qual vive.

Na investigação sobre os espaços de disputas, parece haver a desconstrução de que são somente espaços de conflitos, pois cada vez que se conversa com os sujeitos, esse quadro vai se moldando sob novas configurações. Em outras palavras, nos sentidos construídos por eles, parece que a harmonia vai prevalecendo sobre a disputa entre aqueles que estão mais próximos, como explica o sujeito C:

Com tantas biqueiras próximas, vocês entram muito em conflito?

C: Não. Porque, tipo assim, um cara dessas biqueiras dos dois lado é tipo um irmão do que é da nossa biqueira, do dono. Eles é tipo um irmão mesmo, se conhece desde faz anos, desde criancinha, se conhece. Então eu trabalhava com um cara que é bem considerado por esse outro cara lá. Por isso que eles não entram em conflito.

Além do seu, tem outros grupos na região?

J: Tem. Nós é dum grupo, tem outro ali, tem outro lá.

Como é a convivência de vocês com os outros grupos então?

J: Nós conhece, nós cumprimenta. Mas num fica junto.

Não tretam?

J: Não. Num treta não. Num tem treta. Mas já vi moleque do grupo de baixo com o de cima trocar tiro, sabe. Mais nós nunca teve guerra. Nós nunca teve treta. Nunca.

O depoimento de C ressalta que existem biqueiras de donos diferentes, mas existe a “consideração” pelo outro, e os laços de amizade fazem com que persista a harmonia do local. Já o depoimento de J ressalta que os outros grupos já trocaram tiros, mas o grupo dele não possui esse tipo de conduta. De acordo com os depoimentos de C e J, os espaços são fragmentados, mas não entram em conflito, seguindo uma rotina cotidiana harmoniosa.

Um outro ponto a destacar que, à primeira vista, é aquele que parece existir uma funcionalidade entre grupos de uma mesma localidade, que se configura por intermédio dos relatos de “união” entre os grupos. Pode-se afirmar isso pelo fato do contato empírico revelar que existem áreas na cidade com características avançadas no que diz respeito à

“união”, em detrimento da “disputa”. Por esse ângulo, a união se caracteriza pela aproximação de grupos de diferentes “biqueiras” pertencentes a um mesmo bairro, os quais se unem tendo como objetivo a proteção contra as ameaças de grupos externos àquele espaço. Esses grupos formados pela “união” são resultados da avaliação que fizeram da insustentabilidade de manter os conflitos entre grupos próximos, pertencentes a uma mesma “quebrada”. Nessa lógica a “quebrada” obtém o sentido de aproximação, assume uma identidade para os sujeitos. A organização pela “união” assumiu “áreas” que já foram palco de muita violência. G diz o seguinte sobre a “união”:

E, geralmente, são pessoas de fora que entram em conflito ou são entre vocês mesmos?

G: Ah, pessoa de fora, né. Porque nós tá ali na quebrada memo, e tem 3 biqueira. Cada biqueira é patrão diferente e frente diferente e boleia diferente. Mas as 3 biqueira é união. As 3 biqueira é a mesma batida. Como ali é uma quebrada, nós faz uma R [reunião], nós aluga uma chácara, piscina, esses bagulho. As 3 biqueira conversa o que tá legal pra quebrada, o que num tá legal. O que é isso, o que é aquilo. Nós conversa tudo. Daí depois que nós trocar umas ideia, daí nós vê tudo os bagulho que é melhoria pra quebrada. Daí depois é só churrasco, goró, e...

Melhoria para a quebrada, como assim?

G: Ah, melhoria. Tipo, bagulho pra resolver. Tipo, bagulho que tá ruim, bagulho que num tá. Sobre as droga, sobre a venda. Os cara é tudo união, né. Sempre nós faz reunião assim, umas R, bagulho pra ter tipo união entre nós, né. Sempre tá um conversando com o outro. Sempre trocando ideia um com o outro. Tipo, ajuntar. Porque caso estoura uma guerra, porque nas antiga na quebrada teve bastante guerra, hoje em dia tá de boa. Hoje em dia nós já apazigou as guerra, as guerra que nós tinha, nós tá de boa na quebrada. Numa dessa daí já estoura uma guerra, os cara entra numa desavença com nós, todo mundo da quebrada é união. Todo mundo vai dar a vida um pelo outro. O bagulho assim vai. Se nós num conversar, num trocar ideia, na hora que eu precisar do meu parceiro pra dá a vida por mim, cê acha que o meu parceiro vai dar a vida por mim, sendo que ele num tem confiança ni mim. Nós faz R direto. Todo mês nós fazia pelo menos umas três R. Trocar umas ideia, tá dividindo umas ideia. Tá todo mundo conversando com o outro. Dando risada, todo mundo interagindo. Daí quando acontecer uma fita, todo mundo tá tipo unido, né. É união. A quebrada é da hora lá.

A fita que você fala que pode acontecer é que outras pessoas, de outros bairros, podem entrar ali?

G: Tipo assim, se o da biqueira de baixo não conversa com os patrão da de cima, e os da cima não conversa com os da outra biqueira. E se estoura uma guerra, como que nós vai se unir, pra resolver? Trocar tiro, sendo que nós num tem nem união. Entendeu? O bagulho já é reunir todo mundo, interagir todo mundo. O bagulho nós já tá preparado. O bagulho num fica gastando à toa não. Comprar arma, pá. O bagulho sempre investe. Os de menor já começa a vender droga, já compra revolve, esses bagulho assim. Sempre anda armado. Sempre preparado. Se estoura uma guerra cada um tem a sua, o bagulho tem uns cara pra fortalecer.

O interlocutor diz que, no bairro onde trabalha como “boleia”, existem três biqueiras, pertencentes a três padrões diferentes, mas que estão “na mesma batida”. As relações entre estas três biqueiras estão delineadas por uma mesma linguagem pautada na “união”, pois avaliaram que, diante das guerras que existiram ali, foi necessário criar laços de cooperação procurando a harmonia do espaço para que o comércio pudesse ter êxito e para que os jogos de poder pudessem se tornar cada vez mais sólidos. Para que mantenham essa linguagem de “união”, ou seja, estarem “na mesma batida”, procuram se reunir e avaliar os problemas, os acertos e os erros, e as condições para manter o ambiente harmônico com a participação de todos. A avaliação de problemas inclui as relações com a polícia, com a vizinhança e as atitudes dos “parceiros”. Os integrantes dos grupos perceberam que, por serem da mesma “quebrada”, não é possível continuarem com os conflitos que existiram no passado. Guerras são consideradas apenas contra aqueles que estão fora da área, isto é, contra sujeitos pertencentes a outras regiões ou bairros da cidade.

O fato de existir reuniões praticamente semanais para a discussão e debate entre esses grupos não significa que isso ocorra de modo generalizado na cidade como um todo. Esta característica foi revelada por intermédio dos dados empíricos e revela uma característica local. Assim, a união das três biqueiras cumpre o papel de torná-las mais fortes, armadas, caso ocorra um conflito. Se não há interações por aproximação com os outros integrantes das outras “biqueiras”, G avalia sobre isso: *“se estoura uma guerra, como que nós vai se unir, pra resolver? Trocar tiro, sendo que nós num tem nem união”*. A “união” possibilita a defesa da “quebrada” contra os intrusos e mantém os jogos de poder mais sólidos. Expandem-se por além do comércio e das relações com os “parceiros”, mantendo o controle das relações com a vizinhança e com a polícia. Fazer uma “R” tem um significado contornado nas novas modalidades políticas de controle e organização, determinando espaços de poder e redefinindo outros de legitimidade.

A explicação de L se fundamenta na percepção do “mundo do crime” em “colocar ordem na quebrada”. O entrevistado narra sobre o ambiente do bairro dele ter sido marcado por grandes “disputas”. No entanto, hoje se encontra apaziguado devido à unificação de “biqueiras”.

Lá onde você mora, há conflitos com outros grupos?

L: Lá, não. É de boa. Uns anos atrás foi muita guerra que teve lá, né. Aí hoje em dia acabou, né. Agora chegou uns cara lá novo. Daí os cara pnhou [colocou] ordem na quebrada. Porque lá antes não era, tipo, dos cara que é hoje. Daí os cara acabou comprando tudo, né. Daí agora passou [a ser] de outros cara. Aí não tem como chegar lá e matar o cara sendo que os cara

vendeu para esse cara. Daí vai dar mais conflito ainda. Daí os cara que vendeu, até hoje, pros cara deixou baixo. Esse negócio de ficar matando, ficar na biqueira, esses negócio... Antes era mais conflito por causa de biqueira, esses negócio... Mas agora não tem mais.

Chegaram caras novos ao bairro?

L: É. Que antes era outros cara. Daí eles ficava com guerra esses negócio. Daí agora veio outros cara de outra cidade, e acabou pegando a quebrada pra eles.

L diz que “*veio outros cara de outra cidade, e acabou pegando a quebrada pra eles*”. Infelizmente não se sabe ao certo qual a origem dessas pessoas, pois o sujeito entrevistado não soube dar essa informação. Para manter a relação de empatia entre entrevistador e entrevistado, a entrevista prosseguiu sem pressioná-lo pedindo detalhes. No entanto, foi possível por intermédio desse depoimento acessar a questão dos jogos de poder que o “mundo do crime” assume onde ele se instala. Diante do exposto, “pegar a quebrada” significa tomar posse daquele espaço, e “colocar ordem” significa ditar regras, o que torna a realidade local “extremamente dinâmica” (SOUZA *et al*, 2016), pelo fato de a ordem não ser distribuída somente pelo aparato estatal, mas também ser difundida pelas dinâmicas do “mundo do crime”. Assim, essa ordem se expande para as relações com a vizinhança, e esta deve também seguir códigos de condutas, provenientes das dinâmicas estabelecidas pelo “mundo do crime”. Em outras palavras, essas dinâmicas estão direcionadas às relações estabelecidas entre os “parceiros envolvidos” no “mundo do crime”, mas elas se estendem também para as relações com a vizinhança, pois existem condutas de não acionar a polícia, deixando a tarefa de resolução de conflitos para o “mundo do crime”, modificando as resoluções de justiça nesses espaços.

Porém, o modo pelo qual os jovens expõem os ambientes de “harmonia”, “união” e “ordem”, oculta que esses espaços de sociabilidades são dinâmicos, passíveis de mudanças. Na realidade, são espaços concentrados por conflitos e tensões, haja vista que na dinâmica cotidiana, podem ocorrer conflitos entre os grupos, alterando o cenário narrado pelos interlocutores. Pode ocorrer momentos de traição entre os grupos; convivem com a tensão de que a qualquer momento poderão ser surpreendidos por parceiros e/ou por terceiros; dos vizinhos não concordarem com a “ordem” narrada por L, por exemplo. Em outras palavras, os laços ditos por eles de convivência podem ser rompidos a qualquer momento. Pelo fato da realidade social dos sujeitos ser dinâmica, as narrativas amparadas na “harmonia”, “união” e “ordem” são destacadas como táticas de sobrevivência, para se manterem vivos e para manterem as atividades diárias deles. Longe de serem estáticos, esses

espaços de sociabilidades são movidos por uma lógica de tensão. Desse modo, conforme a dinâmica do cotidiano se modifica, as relações entre os sujeitos também se alteram.

Por fim, para compreender melhor sobre estas dinâmicas, faz-se necessário primeiramente discutir as relações entre o “mundo do crime” e a polícia como espaços de poder em disputa. É central partir desse jogo de relações para compreender como é dada essa construção da “ordem” mencionada por L, criando assim conexões mais amplas e que levem em conta o fato de que as disputas também interferem nas relações com a vizinhança.

3.3.2 Mecanismos de Poder e Relações com a Polícia

Diante dos depoimentos dos entrevistados, os espaços de conflitos e disputas não estão direcionados somente entre “biqueiras”, mas esses mecanismos de poder do “mundo do crime” também estão contornados por relações com a polícia, e que, posteriormente, interferirão nas relações com a vizinhança. Diante disso, esses conflitos representam a disputa com o Estado como instituição que reivindica o monopólio legítimo da violência e da força. Os depoimentos apresentam essas disputas e espaços de tensão, tendo em vista o poder, levando em conta as relações estabelecidas entre o “mundo do crime” e a polícia militar. O significado da disputa é visto por intermédio das regras de “não roubar o bairro” em razão da polícia ir até o local e interferir nas ações do tráfico de drogas. O sujeito A conta um episódio:

A: Mas tava roubando o piázinho lá, mano. O piázinho, imagina, você lá sentado, tranqüilinho, mexendo no celular, porque lá no [...] tem um monte de árvore. E pá, e o cara vem te roubar. Imagina, se ele rouba o cara lá, mano. A polícia já vai começar a fazer ronda lá dentro lá, [os policiais] fala assim “num tem ninguém protegendo, nós vai proteger então”. Cê entendeu qual é o caso? E tava na frente do meu patrão, tive que fazer bonito. Daí eu fui e quebrei isso daqui dele aqui ó [estava se referindo a uma parte do pescoço da pessoa que estava tentando roubar o garoto, o qual ele se refere no relato]. [...]

A polícia indo lá, como que nós vai vender. Daí vai ter que disputar com polícia? Nós já disputa com o módulo [policia] do bagulho [...].

A disputa da qual você fala é como?

A: É assim, nós num vai vender a droga. Disputar com eles. Que isso aí é uma disputa. Você tem que mocar [esconder], tem que catar, tem que despistar o enquadro, tem que catar e saber o que você vai dizer pro policial no enquadro. Saber o que você vai conversar.

O interlocutor tem uma exigência de si mesmo em relação à proteção do local onde reside e comercializa os produtos. A preocupação maior em relação aos roubos que ocorrem é verificar se a polícia fará ronda ou não, bem como fazer com que a vizinhança veja

quem é que a protege, quem é que tem o poder para isso. Nesse sentido, o significado em torno da disputa é construído por intermédio do lado oposto representado pela polícia, sobretudo por ela também carregar o elemento da proteção e que tem o poder para isso, afinal ela representa o monopólio da violência e da força. Em outras palavras, para manter a polícia afastada, é necessário resolver a questão dos roubos locais por si mesmos. Caso contrário, a polícia militar assumiria esse papel, e o local se tornaria vigiado. A questão da proteção simboliza então quem terá o poder ou não diante dos problemas que acontecem ali. Se a polícia assumisse, o poder estaria concentrado nas mãos dela. Por conseguinte, é necessário que o interlocutor se utilize da punição em face de uma atitude vista como inaceitável no bairro, no que diz respeito aos roubos, para que todos percebam quem é que protege, ou melhor, quem manda. Esta percepção de proteção, que carrega como pano de fundo o poder, não é somente distribuída para o rapaz que foi roubado, ou para os vizinhos que ficaram sabendo do episódio, ou para os usuários de drogas que costumam praticar pequenos roubos. O sujeito A quis “fazer bonito” ao patrão para demonstrar que aprendeu as regras do jogo.

Na própria fala do sujeito A é dita a palavra disputa para explicar a relação existente com os policiais nos momentos dos “enquadrados”. Segundo o interlocutor, a disputa é travada quando não podem vender as drogas. Isso significa que, quando os policiais estão por perto, o poder está nas mãos deles. Se quiserem prender o interlocutor e seus parceiros, poderão fazer isso. No entanto, o sujeito explica que é preciso demonstrar ser mais esperto e que a “visão do crime” permite ultrapassar as barreiras desse poder, por meio dos esconderijos, mudanças de caminho para evitar o “enquadro”, etc. Caso consigam despistar os policiais por meio dos esconderijos, significa que eles estão com o poder e que assim conseguirão o êxito esperado no comércio deles.

Diante disso, ao seguir o pensamento de Weber (2011), compreende-se que a polícia, como instituição que representa o Estado moderno, tem o papel de fazer cumprir as leis, levando em conta as regras universais da sociedade, afastando-se dos interesses pessoais. Nesse caso, somente ela tem o poder de utilizar a violência e a força para se cumprir tais leis. Quando o jovem explica as rondas policiais e os “enquadrados”, transmite a sensação de que a tarefa do Estado está sendo cumprida e que a polícia é necessária para esse papel, por guardar o monopólio da repressão.

A disputa de poder entre o “mundo do crime” e a polícia existe por tratar-se de duas concepções de ordem: a estatal-normativa, na qual a polícia deve combater o tráfico de drogas; e a criminal-normativa, que vê o tráfico como uma atividade legítima cujo desenrolar do comércio é atrapalhado pela polícia. Conforme Zanetic *et all* (2016) explicam, após o

marco legal pautado na reconstrução da democracia no Brasil, no pós-período de ditadura militar (1964-1985), as medidas de segurança pública têm ainda se sustentado em modelos de dissuasão que desembocam nas ações da polícia, as quais se fundamentam na perspectiva de que, quanto mais repressão e medidas duras, quanto mais encarceramento daqueles considerados criminosos, mais os indivíduos calcularão as compensações de cometer crimes ou não. Sendo assim, com a percepção do controle, os indivíduos, como racionais, deixariam de cometer atos criminosos, desistiriam de seguir um plano ilícito. Em outras palavras, diante dessas medidas duras, os indivíduos calcularão os riscos e benefícios antes de executar uma ação vista pelo Estado como criminosa. No caso dos sujeitos pesquisados, as medidas duras da polícia vão na contramão do que se entende por fazer com que as pessoas deixem de cometer crimes ao pensar nas consequências. Na realidade, o fato de a polícia se utilizar de meios violentos contribui ainda mais para a deslegitimação dela por aqueles que pertencem ao “mundo do crime”. Seguem os pontos de vista dos sujeitos sobre esse processo:

Como é a violência policial?

F: Trágico [risos].

Se você puder explicar...

F: Olha meu aparelho [dos dentes], até rancou. No chute.

Dessa última vez?

F: Dessa vez que eu tô agora. Tipo, nós foi preso. Daí nós tava lá no módulo deles lá, no 4º [distrito]. Daí, o polícia lá jogou a chave de algema em cima da minha mão e falou que eu tentei pegar. Daí veio um monte de polícia na reta.

Ele jogou a chave em você?

F: Não. Ele saiu e falou que tinha perdido. Falou pro policial: “o último que soltei a algema”, ele apontou pra mim e falou que era eu. E a chave tava em cima do meu dedo, eu tinha visto, eu vi ele soltando. Eu falei: “a chave aqui ó”. Ele: “ah, então você tá tentando pegar a chave de polícia”. Já veio um monte chutando, dando murro. Daí eles catou um taco de baseball, tá ligada, começou a me dar tacada. E forgando [...].

C: Tipo assim, nós tomava cora dos polícia muito corrupto, lá. Em vez de eles levar preso, eles quer droga. Eles só quer cheirar. Eles só quer farinha [cocaína]. Se você dar farinha para eles, você nunca vai preso. E mesmo você não dando farinha para eles, eles te espancam para você dar a farinha. Daí é assim, ff.

A polícia pressiona então o cara a falar...

C: Ele pressiona daquele jeito. Ele tortura o cê, praticamente. Ele tortura, ele enforca você.

A polícia também é envolvida?

L: É, bem isso. Que nem lá na quebrada. Eu não confio porque tem vez que eles cata os cara, leva preso. Da outra vez, os polícia cata os cara com droga e já num leva preso. Leva só as droga. Nem aparece na televisão. Não é um cara que você vai dar confiança. Quem confia na polícia é mais os cagueta.

Tem uns policial que cata droga, joga em outras pessoa que não tem nada a ver.

E o que você pensa disso?

L: Ah, eu acho isso muito errado, né meu. Que em vez de levar preso, eles tinha que ter prova, catar a droga que tá com a pessoa, não catar da outra pessoa e jogar nas pessoa errada. Tipo, os polícia corrupto, cata a droga, tipo, esse negócio de jogar em outra pessoa é corrupto, né, pra mim, né. Catar a droga, por exemplo, policial vai lá e me enquadra, achou eu com um monte de droga, e não me leva preso, leva só as droga. Como isso? Isso pra mim é corrupção.

E isso acontece direto?

L: Acontece. Muitas vez na quebrada eu já vi isso daí. Teve uma vez que a polícia enquadrrou, tava eu e mais uns piá lá do bairro. Eles achou com o piá um PC de pó e mais um PC de pedra. Mais 150 real. Eles catou só as droga, pegou e já deu uma bicuda em nós e falou pra nós sair correndo.

A polícia sempre vai lá?

J: Vai.

Conte-me um pouco como é.

J: Ah, eles enquadra nós e tal. Tem hora que eles num acha nada e fica batendo, zoando, tá ligada. Eles sabe que nós vende, não acha nada e fica folgando, fica batendo. Eles já catou uns moleque lá com mil real de droga, e eles num levou preso. Porque eles é corrupto, eles fala que num queria o menor, eles fala que queria o maior. Aquelas droga que eles catou ali, na hora que eles catasse o maior na biqueira, eles ia jogar no maior.

Não levaram o menor que estava com a droga?

J: Não levaram. Isso daí já é corrupto.

Teve uma troca aí?

J: Não. O menor saiu louco. Ele bateu no menor. Só bateu no moleque e liberou ele. Falou que queria catar o maior. Mas tinha hora que os polícia usava droga, sabe. Eles vem louco de droga, querendo droga, fica batendo no moleque, e o moleque não falando onde tá.

E você já foi maltratado por eles?

J: Já. Já levei paulada, já enforcaram eu, desmaiaram eu.

Confia na polícia?

J: Não. Tem uns polícia que é certo. Uns. Mas a maioria eu num confio não.

Em quem você mais confia, no grupo ou nos policiais?

J: No grupo, né. Porque eles mostra confiança. Que a polícia é traiçoeira, sabe. Eles mata por nada. Os moleque que roubou ali se rendeu, a polícia matou. Jogou arma neles. Um moleque sobreviveu e contou pra nós. E nós não. Nós é o certo. Tipo, nós num faz nada se for à toa. A polícia já faz. Quer ver bandido morto.

Quando você fala que estava com mil reais. Era em droga ou em dinheiro?

A: Droga, fí. E eles num levou eu preso.

Era muita droga então.

A: Era e eles levou tudo pra ir cheirar. Policial cheira e fuma pedra [aproximando a boca do gravador]. Várias, várias, várias.

Entre a polícia e o “mundo do crime”, em quem você mais confia?

E: No “mundo do crime”.

O que acontece ali que te dá mais confiança?

E: Não vai prender você. A polícia prende a gente, as vez mata a gente do nada. O parceiro trata você na humildade, né. A polícia tem poder. Pode andar armado e tal.

Entretanto, ao seguir as críticas de Zanetic *et all* (2016) sobre as medidas de dissuasão, é possível refletir que, mesmo com as ações truculentas por parte da polícia, parece existir a transmissão pelo Estado de uma divisão estanque entre o legal e ilegal, e proclama a sensação de que esta instituição representa o mundo legal, através da lei e da ordem. Desse modo, o contato com o campo de análise contribuiu para refletir que nas dobras entre o legal/ilegal não há essa divisão estanque, uma vez que os policiais militares também circulam nelas, situação na qual colocam o poder do Estado particularizado para si, e corrompem a lógica da lei e da ordem. O poder da polícia pode ser comercializado, transformando as ações em “mercadorias políticas” (MISSE, 2010b), as quais são simbolizadas pela extorsão por parte dos agentes policiais. Nesse caso, o poder do Estado não é direcionado para atender interesses gerais no que diz respeito à garantia da justiça, e sim interesses particulares.

Então, de acordo com a literatura já bastante debatida nas ciências sociais e com os dados conseguidos em campo, esse poder representado na figura da polícia passa a ser comercializado e assim transformado em “mercadoria política” (MISSE, 2010b), cujo fundamento é comercializar as atividades do Estado: se não quiser ir preso, é possível trocar os produtos pela liberdade; se não quiser sofrer agressões, é importante revelar onde está escondida a mercadoria ilícita, pois assim o agente a “apreende” e o indivíduo segue em liberdade. Desse modo, tanto a mercadoria ilícita quanto a política servem como modo de mediação entre as dobras do legal/ilegal.

Nesse sentido, o poder do Estado pode ser comercializado, uma vez que é decisivo para manter as atividades vistas por esta instituição como ilícitas. Porém, o poder do agente policial permanece de maneira arbitrária, contribuindo para borrar as dobras do legal/ilegal tornando-as embaralhadas, e, conseqüentemente, contribuindo para que a legitimidade seja disputada. De outro modo, as trocas concebidas pelas “mercadorias políticas” assumem o papel de arbitrariedade da polícia, em detrimento da impessoalidade e neutralidade. Por causa do poder existente sob a figura da polícia, por representar o monopólio legítimo da violência e da força, ela se utiliza desse monopólio de modo abusivo, sobretudo quando não existe a troca, quando os interlocutores explicam que, por não revelarem onde estão escondidos os “PCs”, a polícia age de modo truculento, ou até mesmo quando encontram as drogas, agem de tal modo. É diante desse quadro que se pode afirmar que, pelo fato de o Estado seguir as medidas de dissuasão, são essas medidas que contribuem para facilitar essas ações corruptas ocasionadas pelos policiais.

Diante disso, o poder desses agentes públicos, ao se utilizar das “mercadorias políticas”, assume uma relação assimétrica, pelo fato de que não mais as regras do Estado de

Direito lhes são representadas, mas a dos próprios agentes policiais como indivíduos particulares. Tais ações podem ser um dos caminhos para a compreensão da existência da disputa de legitimidades, uma vez que a desconfiança dos jovens em relação à polícia não é dada de modo infundado. Do mesmo modo, em suas falas encontra-se avaliação das ações da polícia, pois reprovam esses atos reconhecidos pelos próprios sujeitos como corruptos. Isso significa que o jovem marcado como sujeito em conflito com a lei tem capacidade de se situar na realidade e interpretar as ações da polícia em seu contexto. Portanto, na disputa que enfrentam por legitimidade, percebem diante de si que a própria polícia não cumpre com a legitimidade, gerando a desconfiança. Quando o jovem diz que somente o “cagueta” confia na polícia, implicitamente ele está querendo dizer que aqueles que delatam não têm conhecimento da instituição policial e de suas ações. Do mesmo modo, a atitude do sujeito A de se aproximar do gravador para dizer que a polícia “cheira e fuma pedra” trata-se de um momento em que ele define a situação da entrevista como necessária para denunciar aquilo com que ele discorda ou que até mesmo crê como injusto. Diante disso, encontrou um modo por meio do qual conseguiu expor os significados que constrói no seu cotidiano, pois, para chegar a essa conclusão, foram necessários momentos de interações com os agentes policiais.

A responsabilidade pela incriminação também segue a lógica de “sujeição criminal”, construindo excessos de poder para aqueles os quais os agentes policiais, por meio de seus critérios, acreditam ser os criminosos potenciais, e a cor da pele, bairro de moradia contam como elementos dessas marcações (MISSE, 2010; 2014). Tais situações podem ser complementadas pelos depoimentos de C e E:

C: Eles fala: "véi, quem que manda aqui, véi, é eu ou seu patrão aqui véi, você vai dá o aval agora. Quem que manda aqui. É eu ou seu patrão. Quem que manda mais aqui, véi". Daí eu falo "ô, senhor, eu num quero nem saber, senhor, quem manda aqui não, senhor". Já tem que meter um loco. "Véi eu num quero saber, véi. Você vai entregar a droga aqui agora". "Que senhor, não vou entregar droga nenhuma não senhor. Eu vou morrê. Se eu entregá a droga pro cê eu vou morrê, senhor. Os caras me mata, senhor".

E se você falar para ele que é o seu patrão quem manda ali?

C: Aí nós morre.

E se você falar que é ele quem manda ali?

C: ah. Daí ele vai fazê, vai obrigá fazê um “corre” e catá droga pra ele.

Como?

C: Não tem escolha. Se você fala que é ele que manda ali, ele vai achar que ele tá te dominando. Ele vai falar “não, eu tô dominando esse barrela aí”, “se vai lá e pega a sua droga agora pra mim, se não pegá eu te dou um tiro na sua cabeça”. Já era. (Sujeito C)

Por que você não confia na polícia?

E: Tipo, tô na rua, andando normal, aí eles já para e já quer jogar droga ni mim. Já anda com droga e arma dentro da viatura. Mata os outro aí e coloca o revolve na mão dos outro aí ó. Entra na casa dos de maior e joga droga pro lado deles, para ter bastante né. E a pessoa é inocente, né.

Você já sofreu maus-tratos por policiais no seu bairro?

E: No meu caso não. Fora do bairro.

Como foi?

E: Eu fui falar que sou do [nome do bairro]. “E o que você tá fazendo aqui?”. “Tô indo na casa da minha tia”. Aí, tipo, os cara bateu ni mim: “você também é tranqueira”. Aí começou a bater ni mim.

A narrativa denuncia que o fato de o policial perguntar ao sujeito sobre quem é que manda ali, leva a dedução de que não está perguntando por se basear em regras convencionais de um contrato social, assumido entre Estado e sociedade, mas o agente está querendo transmitir que é ele, como indivíduo particular, quem manda, excedendo o seu papel como policial. E, por sua vez, toma como se fosse dele um espaço que é considerado pelo sujeito pesquisado como grande representação simbólica, uma vez que não é somente um lugar de compras e vendas de drogas ou de atividades ilícitas. Nesse sentido, o policial é visto como um “outsider” pelos sujeitos entrevistados. Portanto, é a partir dessas interações com os agentes policiais que os jovens definem as relações de confiança e de obediência, as quais não estão de acordo com as regras convencionais, mantendo-se em suas carreiras e legitimando outros espaços. O “mundo do crime” ocupa um lugar central por ser significado como espaço de confiança, humildade e reconhecimento. Por esse ângulo, os jovens são capazes de marcar as sentidos em seus corpos por meio das tatuagens, as quais levam a reações, principalmente por parte dos agentes policiais, uma vez que esses sentidos são construídos em torno do que esses agentes representam para os jovens no “mundo do crime”. C explica sobre os sentidos e reações:

E o que é a tatuagem de uma carpa?

C: Conquistando. Tipo, cê quer conquistar na vida do crime roubando, matando, matando polícia. E quando você coloca uma carpa pra cima é que já conquistou, eles acha que você já conquistou. Eles acha que você já matou polícia, que você já roubou bastante, roubou banco, roubou carro forte. Daí "aaahhh, conquistando, cê tá querendo conquista" [*pois a carpa do entrevistado é desenhada para baixo*]... Daí ele olhou, cabeça pra baixo pá, "Ahhh, então você gosta de matar polícia, véi. Cê é matador de polícia, ou cê quer matar. Cê nunca matou polícia e quer matar ainda. "Ah, acho que eu vô matar o cê primeiro, heim". "Ei, [...] o que nós vai fazer com esse cara aí". Levou eu pro camburão. Pra quê, no camburão já foi 3 atrás e 2 na frente. Esses 3 atrás, primo, eu só via murro de la, murro de cá vindo, quadradona na minha cara, já desmaiei. Desmaiei e eles "acorda filha da puta" "acorda desgraçado, vagabundo, tem que morrer". "Oloco, senhor, oloco senhor". "Cala a boca desgraçado, cala a boca, antes que eu te mato aqui dentro". Daí [*fazia barulho de pneu cantando*] era a [*órgão da polícia militar*]. Já virava assim, quase capotava, nossa era mór adrenalina, eu já endoidava.

Diante do depoimento, é revelado que as interações sociais desses jovens são desenvolvidas por “estigmas” (GOFFMAN, 2017) e por “rótulos” (BECKER, 2008). Trata-se de reações àqueles que carregam marcas depreciativas, as quais são construídas socialmente: tatuagens, modos de se vestir, cor de pele, pertença a um determinado local da cidade, inserção em atividades consideradas “desviantes”.

As identidades depreciativas são marcadas pelo estigma de “desacreditáveis”, as quais se concentram naqueles que não manifestam seus defeitos de modo aparente; e os “desacreditados” por carregar as suas marcas de modo visível e reconhecível (GOFFMAN, 2017). Os jovens acessados nesta pesquisa, e de acordo com os seus depoimentos, quando diante da polícia, carregam as marcas de “desacreditados”.

A carpa tatuada no corpo traz a noção de descrédito frente aos policiais: o que contribui para a construção do sentido de que o “crime” ganha espaço acima da lei. Diante das interações que o jovem participa, é perceptível que ele define a situação do “enquadro” tomando como base o que as interações no cotidiano lhe oferecem. Para esse jovem, o “mundo do crime” não é somente o símbolo de dinheiro, uso de drogas e consumo de mercadorias. O “mundo do crime” é um símbolo de integração, pois acolhe, incentiva, elogia e “dá uma atenção”, segundo as palavras dos interlocutores. A situação do jovem, como sujeito que sofre violência pela polícia, que é vista por todos os entrevistados como corrupta, permite uma avaliação que legitima a conquista pelo “mundo do crime”. A própria reação de policiais tem um importante papel para o jovem construir suas definições sobre esses agentes.

Outro ponto importante a destacar é que a tatuagem representando a conquista significa um grau de hierarquia que esse jovem ganha no “mundo do crime”. Ao ter que atuar no seu drama social, o jovem ganha o papel de representar o “eu” na vida cotidiana (GOFFMAN, 1975), e, dependendo do palco em que desenvolve o seu papel, ele pode, por um lado, representar o reconhecimento e o poder; e, por outro lado, ganhar o descrédito da polícia.

Os depoimentos também revelaram que, por intermédio das interações estabelecidas com a polícia, surgiram os problemas de vingança, os quais também envolvem conflitos entre policiais e os integrantes do “mundo do crime”. Um episódio, no início de 2016, em Londrina, levou à morte de um policial, e, como consequência, à morte de muitos jovens de várias regiões da cidade, “envolvidos”, ou não, com o “mundo do crime”. A exposição desta situação é importante para evidenciar que a disputa existente com policiais não é construída ao acaso, ou porque simplesmente há esses conflitos sob o nome das leis convencionais. Porém, são resultados do próprio embaralhamento existente das dobras do

legal/ilegal, conforme a explicação acima. As consequências são estampadas nas capas de jornais quando divulgaram as séries de homicídios, tendo como exemplo o ocorrido em 2016. O interlocutor J, sobre esta situação particular de 2016, evidencia sobre esse fato:

Mas você não usa arma?

J: Não. Não curto. Falar pra você que tem lá, sabe. Mas nós não usa. Nós comprou na época da matança [se referindo à série de homicídios que ocorreu em Londrina no início de 2016]. Cê viu a matança que tava aí em Londrina, né? (SUJEITO J).

Claro. Eu lembro que foi no início de 2016.

A pergunta realizada ao sujeito J, na realidade, foi com o intuito de descobrir as relações que o grupo ao qual ele pertence mantém com as armas. Entretanto, a resposta que ele revelou foi bastante desconstruidora, pois o jovem revela não gostar de armas. Foi revelado, na seção anterior, que alguns jovens preferem se manter na condição de harmonia, na região em que vivem. Diante desse quadro, o jovem revela que não há disputa entre grupos, mas que eles precisam ficar espertos com a polícia. Assim, esclarece que, na “biqueira” na qual trabalha, não costumam utilizar armas de fogo de modo frequente. Porém, ressalta a necessidade de tê-las para proteção, principalmente em razão do episódio ocorrido em 2016, pois jovens moradores de sua região foram vítimas de homicídio nesse período. O episódio de 2016, retratado pelo J como “matança”, foi bastante divulgado nos jornais locais da cidade e nos programas televisivos, sobretudo nos programas policiais. Foram muitos homicídios e se estenderam para várias regiões da cidade. Nas matérias de jornais, o caso é relatado como consequência da “violência urbana”. Nos depoimentos dos jovens, a “matança” é revelada como consequência das relações estabelecidas entre o “mundo do crime” e a polícia. Nesse sentido, os conflitos não se restringem somente a esses espaços, mas se expandem para a vizinhança local e transmitem representações na cidade, isto é, os bairros ficam marcados como “violentos”.

3.3.3 Mecanismos de Poder e Relações com a Vizinhança

Esta seção tratará das narrativas dos interlocutores para compreensão das relações estabelecidas entre o “mundo do crime” e a vizinhança, de modo a compreender, a partir da perspectiva dos sujeitos entrevistados, em que medida essas relações podem definir fronteiras de tensão com vistas à legitimidade (FELTRAN, 2010), que não necessariamente estão de acordo com o Estado de Direito. Desse modo, a tensão existente entre “mundo do

crime” e Estado também está relacionada aos créditos direcionados, ou não, pelos moradores locais a essas instâncias⁵.

Por sua vez, é importante salientar que, embora haja os mecanismos de poder expandidos pelo “mundo do crime”, não significa que esses se estendem totalmente a todos os moradores, que todos eles aceitam e reconhecem esta instância normativa e que o Estado está deixando de existir nas periferias urbanas. No entanto, não se pode deixar de evidenciar que a vizinhança também transita pelas dobras do legal/ilegal, o que contribui para que as suas relações se tornem socialmente dinâmicas. Do mesmo modo, isso não significa a existência de um Estado dentro do Estado, ou da permanência de um poder paralelo, o que para o senso comum divide a “cidade legal” e a “cidade ilegal” (MACHADO DA SILVA, 2008). O argumento da cidade partida pode ser perigoso, pois pode levar à criminalização da pobreza e à compreensão equivocada de que os moradores locais são criminosos potenciais (MISSE, 2010, 2014). E ainda contribuindo também para o distanciamento das periferias urbanas com vistas à democracia, em razão da existência de políticas de controle e repressão fundamentadas na dissuasão, e não de integração desses espaços (FELTRAN, 2010; ZANETIC *ET ALL*, 2016). Por isso preferiu-se seguir o que Feltran (2009) denomina de fronteiras de tensão, e os moradores dos locais onde o “mundo do crime” se instala estão sujeitos a dinâmicas bem complexas que podem se tornar, ou não, aceitáveis. O tornar ou não aceitável faz com que seja afastada a percepção equivocada de que os moradores são coniventes com algumas situações. Além disso, mesmo que seja aceitável, existe uma complexidade de questões para que isso ocorra.

Por essa razão, argumenta-se que os moradores locais estão em uma fronteira de tensão, e, por um lado, o “mundo do crime” na cidade de Londrina concentra para si questões de organização, justiça e proteção, assumindo alguns serviços que o Estado deveria cumprir. E, por outro lado, existem aqueles que são contrários a estas dinâmicas de conduta e organização, os quais são denominados pelos jovens entrevistados de “zé-povinho”, ou seja, moradores locais que não aceitam as atividades ilícitas próximas de suas residências e que acabam denunciando à polícia essas práticas. Por intermédio dessas duas situações, compreende-se as fronteiras de tensão, situação que traduz também um ambiente de disputa,

⁵ É importante salientar que nessa seção somente foi realizada uma breve discussão em relação às disputas de legitimidades, pois é abordada somente a percepção de sujeitos sobre essas relações. A discussão será breve, uma vez que, para ser um material realmente rico, seria importante também conversar com os moradores do bairro, vistos pelos interlocutores como “não envolvidos”, de modo a apreender a percepção deles sobre estas fronteiras de tensão e, assim, discutir sobre a construção de legitimidades.

lançando mão de um elemento simbólico que é tornar ou não aceitável uma instância normativa que não condiz com o Estado de Direito.

Em vista disso, quando mencionado que o “mundo do crime” define mecanismos de poder que se estendem às relações com a vizinhança, não significa que ele tem um poder de autoritarismo ou que vive com uma arma na cabeça das pessoas obrigando-as a seguirem regras. Conforme Feltran (2010; 2015) explica que esses mecanismos de poder são difundidos sutilmente por meio de trocas estabelecidas com os moradores. Por exemplo, em relação ao “crime”, podem existir a resolução de conflitos, a prestação de segurança, a “ajuda social” para quem necessita, em troca de os moradores não acionarem a polícia para resolver algum problema, ou para informarem situações ilícitas vistas no bairro. Assim, o uso de armas é o último instrumento a ser acessado para a imposição de obediência. Por meio dessas trocas, os moradores locais podem dar mais créditos, ou não, ao “mundo do crime”, em detrimento do poder do Estado que, muitas vezes, não consegue garantir a justiça. Portanto, são criadas fronteiras de tensão entre essas duas instâncias normativas, Estado e “mundo do crime”, as quais contribuem para a construção de significados. É pelo depoimento dos sujeitos B e L que se pode apreender esses jogos de tensão para a definição de legitimidade. Eles foram questionados sobre a recepção de determinados moradores em relação às regras do bairro demandadas pelo “mundo do crime”:

São aceitáveis, para os moradores, as regras existentes no bairro?

B: [...] Chega na favela aí, o governo num manda na favela. Governo num vai lá, num faz as coisas na favela, nem nada. Na favela normalmente é os traficante que ajuda os morador. Aí ninguém vai ficar caguetando os traficante. Aí vê crédito no tráfico de drogas mesmo. Entendeu?

L: Tem uns cara lá, os cara trafica, os cara lá da quebrada. Eles pode traficar, tudo mais, eles trata os pessoal bem. Os pessoal, tipo, tiver precisando de alguma coisa, de casa, e pedir pra eles, eles vai ajudar, né.

Os sujeitos B e L esclarecem sobre os mecanismos de poder que se estendem de maneira sutil aos moradores locais. É por intermédio dessas trocas estabelecidas que a legitimidade pode ou não ser construída. O governo não fornece o que os interlocutores denominam de “ajuda”, a qual pode ser moradia, segurança, alimentação, mas as instâncias do “crime” podem resolver esse problema de imediato. Diante dessa situação, criam-se relações de confiança em que o morador incorpora a aceitação daquele sujeito no seu bairro, contribuindo assim para a não delação.

Entre esses aspectos citados, as questões de organização da convivência na “quebrada” incluem os códigos de condutas direcionados aos “parceiros”, quando é proibido roubar o bairro. Conforme visto, se algum envolvido nas práticas do 155/157 roubar o bairro, ele poderá sofrer uma punição, e, em últimas instâncias, pagar com a morte. Existe um código de conduta direcionado aos praticantes de 155/157, que diz respeito às ações de roubos. É por meio da organização que se compreende o “colocar ordem na quebrada”, conforme a declaração do sujeito L na seção anterior. É possível apreender estas dinâmicas de organização quando ele diz: *“os cara ia e acabava roubando ali roupa, uns negócio que não tem nada a ver, né. Daí os cara chegou e pônhou [colocou] ordem, né. Assim ficou bem mais melhor, né” (SUJEITO L).*

Indagou-se sobre o fato de um morador ser assaltado ou agredido e, assim, compreender como os moradores fazem nesse caso, pois a entrada da polícia no bairro não é muito bem-vista. De outro modo, existe um código de conduta provindo do “mundo do crime” para os moradores, que instrui não acionar a polícia, caso haja algum problema conflituoso. O “certo”, primeiramente, é acessar o “mundo do crime” para ver se ele resolve a situação. Somente em últimos casos, pode-se acionar a polícia para a resolução desse problema. Em alguns locais é raro ocorrer de algum morador ser roubado, mas, caso isso aconteça, os sujeitos G, J e E explicam as ações a serem tomadas:

Se uma pessoa for roubada, ela recorre à polícia ou recorre a vocês?

G: Se for roubada na quebrada, ela tem que chegar em nós. Se a polícia for lá atrapalha nós. Por isso que nós sempre fica em cima. Num deixa nós pegar, porque se nós pegar o bagulho fica molhado [complicado]. Nós num tem nada a perder não, rapaiz. Essas fita aí nós já tira a vida, nós arreventa.

E se rouba o bairro?

J: Se roubar lá e nós descobre quem é, os cara dá um coro.

E se for alguém de fora do bairro que entra lá para roubar? É a polícia que as pessoas acionam ou os caras do bairro?

J: Se eu souber quem é, eu vou lá no bairro, chamo os cara e nós resolve.

E se você rouba o bairro?

I: Aí é morte, né, daí né. O tráfico mata. O cara monta uma boca, uma biqueira que vende droga e tal, já é dono do bairro já.

Um morador, quando é roubado no bairro, procura a polícia ou procura o dono do bairro?

E: Ah, primeiro ele vai no dono do bairro, né. Depois ele procura a polícia, vê se resolve.

E resolve?

E: Lá onde eu moro, lá não pode chamar a polícia, né. Se tiver acontecendo alguma coisa não pode chamar a polícia. Briga de família, tenta resolver da melhor forma. Marido quer matar mulher.

E são eles quem resolvem?

E: Eles que resolve, conversa e tal.

E os moradores acabam aceitando?

E: Não. Tem muitos que num aceita, né. Mas tem uns que aceita, por que se não... Os cara fala “nóis resolve porque é daqui da área”.

O “ficar em cima” é a vigilância no bairro para verificar se as condutas estão sendo realmente cumpridas, tanto em relação aos roubos quanto à possibilidade de denúncia para a polícia. Desse modo, a disputa de legitimidade entra em cena por guardar proteção aos moradores locais, reivindicando segurança em detrimento do controle do Estado. Assumindo a ótica dos interlocutores, a partir dessas situações podem ser moldados significados em torno da justiça. Um caso específico descrito pelo jovem E é a presença do “dono do bairro”, o qual para ser denominado “dono” é porque possui uma “biqueira”, e, assim, toma o espaço da “quebrada” de modo privado. E é ele quem faz a mediação e decide sobre os conflitos locais e domésticos. O depoimento de E também apreende a questão de que é o tráfico quem direcionada as regras locais, e o jovem, como praticante do 157, afirma que, se roubar o bairro, o “tráfico mata”.

Diante disso, a organização para aqueles inseridos no “mundo do crime” possui um sentido, que é afastar o máximo possível a entrada de policiais da “quebrada” e, assim, manter as suas atividades de modo harmônico. Por sua vez, para os moradores locais pode significar alívio, proteção e segurança em relação aos seus bens e propriedades; bem como pode significar insegurança e medo para outros moradores, por não reconhecerem o “mundo do crime” como instância legítima. Por isso, o sujeito F complementa: *o bagulho nós defende eles, né mano. Ali, onde tem uma biqueira ali, se alguém roubar ali, tipo, pegar uns bens de alguém, fazer mal à pessoa. A pessoa tiver certa, nós tá ali para defender. Nós vai tá ali pelo certo, né.*

Aquele que não aceita essas regras impostas sofrerá as consequências, e trata-se de uma figura pública reconhecida como “zé-povinho”. Além das disputas travadas entre áreas, e com os policiais, o “zé-povinho” também é construído nessas fronteiras de tensão, o qual assume uma posição contrária às imposições normativas do “mundo do crime”. Para entender as características do que é ser “zé-povinho”, seguem as definições dos interlocutores:

O que é o zé-povinho?

F: Tipo, vê você vendendo droga, já liga pros polícia. Vê você com um carro, alguma fita, já bota o zóio gordo. Acha que é roubado, as vezes é até roubado, já dá denúncia e os polícia já vem. Já molha [complica], né.

Onde você mora tem?

F: Vixe maria.

J: Quando vê você já fica falando, liga pra polícia.

L: Ah, eu também não gosto muito daqueles cara também. Tem uns cara lá, os cara trafica, os cara lá da quebrada [...]. E muita gente lá que fica caguetando os cara, né. Isso daí também, eu num gosto muito deles também não, viu [o zé povinho]. Eu não acho muito certo. [...]Que lá os cara, tipo, tem casa que é de pessoal que trabalha, esses negócio que é certo, que não mexe com nada errado. [...] Muita gente fica caguetando por causa de cheiro de maconha, esses negócio, né... Daí os cara lá já até fala lá, né: "ô, não fica fumando maconha aqui na frente de casa aqui. Cês quer fumar maconha, vai lá pro campo. Fica fumando onde que não tem casa".

Os moradores é que dizem isso?

L: Não. Os cara que é os dono das biqueira. Tipo, pros morador já não ter que ficar chamando polícia. Eles fala "cês tão fazendo função na frente da casa dos outro". Daí eles nem fica muito chamando. Mas sempre tem alguns.

Quando o sujeito F é questionado sobre se tem “zé-povinho” em seu bairro, ele responde com um “vixi maria”, o que denota a avaliação do interlocutor de que há muitos denunciante no seu bairro sobre as questões vistas por eles como ilícitas. Por causa dos problemas gerados pelas denúncias dos moradores, são construídas novas regras de convivência, e uma delas é não dar pretexto para a denúncia: não fumar maconha, não levar carros roubados para dentro do bairro, entre outras mercadorias. Essas regras são introduzidas para não chamar a atenção da polícia e, assim, não interferir no comércio de drogas, e, para não dar vazão aos moradores para que acionem os policiais; e também para criar maior harmonia no espaço. Além disso, dependendo da região, do grupo, etc., as reações às denúncias podem ser dadas de diferentes maneiras, que, por vezes, podem ser violentas. Essas características puderam ser encontradas com os relatos dos sujeitos J, F e G:

O que acontece quando uma pessoa faz isso [liga para a polícia]?

J: Ah, tem uns lá que pá, né. Mais a maioria dos vizinho lá é tranquilo com nós, porque nós trata eles mór bem. Tem hora que eles fala: “num fuma maconha aqui não”. Nós vai pra lá, sabe. Nós respeita eles, tal. Os vizinho vive do jeito que ele qué. Tem hora que nós fala. Nós descobriu que a mulher tava falando lá, nós falamos “ó, não faz isso não”, e pá. Nós descobriu que ela tava ligando pra polícia pra nós, sabe. Tem cara que já, de outras biqueira sabe, uns cara mais sistemático, que já fala “vai arrumar casa pra outro lugar, se não nós vamos botá fogo aí”. Tem uns cara que fala. Nós não. Nós já foi lá, deu uma ideia “não faiz isso não”, pá.

O que acontece quando vocês descobrem que alguém ligou [para a polícia]?
 F: Trágico. Ah, vai embora da quebrada, vaza. Mete fogo no barraco.

E o zé-povinho, o que vocês fazem com eles?

G: Ah, o zé-povinho. Nós já espirra [expulsa] da quebrada. Já manda caçar o rumo deles. Já manda sair fora da quebrada, vender a casa. Dá um prazo pra eles. Se eles não sair, nós toma providência. Nós já taca pedra no barraco. Nós inferniza a vida deles.

Ou aceitam as regras ou sai, é isso?

G: Ou fica de boa. Nós num mexe com ninguém. Nós só está ali pra fazer o nosso dinheiro. Lá a gente fica na rua geralmente. Se eles ficar cuidando de nossa vida na rua, nós já vai pra reta deles, já toma uma providência. Mas se eles ficar de boa, pode ver nós, pode ver nosso mocó e pá. Se eles ficar de boa e não caguetar, nós num está ali pra mexer com eles, cuidar da vida deles.

O significado construído em torno do “zé-povinho” demonstra a não convivência dos moradores em relação à presença do “mundo do crime” nos locais em que residem. Em razão dessas relações travadas nesse contexto, verifica-se que a expansão do “mundo do crime” não se traduz em maior adesão de pessoas a esse universo. No entanto, diz respeito aos tentáculos que “mundo do crime” alcança, mesmo não sendo pessoas não “envolvidas”. O problema central da contiguidade de ordens sociais, amparadas pelo mundo do crime e as regras estatais, é que torna as relações dos moradores não “envolvidos” com aqueles “envolvidos” plásticas e variáveis (FELTRAN, 2015; ZALUAR, 2000; ABRAMOVAY *ET ALL*, 2004; MINAYO *ET ALL*, 1999). As relações estabelecidas entre esses sujeitos ocorrem de maneira bastante complexa em razão de haver entes familiares que convivem com filhos, sobrinhos, netos, etc., que podem estar “envolvidos”. Do mesmo modo, essas relações podem ser dadas entre vizinhos. Nessas relações plásticas e variáveis, o “mundo do crime” marca um bairro como um todo, e as ações de segurança pública não agem somente sobre os vistos como “envolvidos” no “mundo do crime”, mas se expandem para os moradores de um bairro em sua totalidade. A generalização chega a tal ponto que todos podem se tornar sujeitos criminais, visto que os locais de moradia são marcados, na visão dessas ações de segurança, como locais de criminosos potenciais (MISSE, 2010). É possível encontrar alguns depoimentos que denunciam esse tipo de reprodução de estereótipos no tratamento de moradores de determinados locais da cidade. O depoimento de E esclarece esse ponto:

Você conhece alguém que já foi maltratado no seu bairro?

E: Tipo, [...] é favela, né. Quando vê que você que é do [...], para de conversar com o cê, sai de perto, assim.

Você já teve alguma experiência com isso?

E: Ah, no terminal do centro ali. Aconteceu com um amigo meu. Um começou a conversar com ele, tal, normal. Aí o meu amigo falou pra ele: “eu sou lá do [...]”. Parou de conversar na hora com o maluco, tal. Saiu andando e deixou o cara sozinho, parceiro meu. Meio que desprezou o cara, né. Aí já falei: “aí, eu também sou do [...], maluco. O que você tem contra mim?”. Aí ele já ficou na maldade. Aí do nada saiu andando também.

Igualmente, quando se trata das ações direcionadas pela segurança pública com a denominação de “guerra às drogas” ou “contra o crime”, os moradores também sofrem em diversas situações de conflitos, tendo como consequências o fato de ser marcado como um criminoso potencial devido às ações de segurança levar em conta, nos seus critérios, o bairro de moradia. Para entender melhor as consequências das ações policiais aos moradores locais, o depoimento do sujeito F denuncia esta não diferenciação entre aqueles que são “envolvidos” e os “não envolvidos” nas “quebradas”. O caso citado como exemplo pelo sujeito F é o mesmo que o sujeito J mencionou e que foi exposto na seção anterior. Trata-se dos conflitos existentes entre policiais e pessoas “envolvidas” com o “mundo do crime” no início do ano de 2016, em Londrina, situação a qual levou à morte um policial e diversos moradores da periferia, sobretudo jovens. Entre esses, alguns eram conhecidos do entrevistado, e ele conta que alguns não eram “envolvidos”, foram pegos no dia errado e na hora errada. O sujeito F demonstra ampla capacidade de avaliação sobre estas ações e levanta críticas às ações policiais, as quais são vistas como injustas e truculentas. Após entrar no assunto sobre o “massacre” de 2016, o sujeito foi questionado sobre o que ele pensa do ocorrido, depois de lembrar que a partir das dez horas da noite de um determinado dia desse período de conflitos, era preciso ficar dentro de casa, pois haveria uma “caça aos bandidos” e todos poderiam estar na condição de serem rotulados como tal, principalmente pertencentes às “quebradas” da cidade.

A polícia chegou atirando em todo mundo?

F: Nada. Eles avisou, né. Se trombasse depois das dez na rua ia morrer. Porque eles não sabe quem que é envolvido, quem que é inocente, quem que é vagabundo. Pra tá andando de noite na rua.

E você acha isso certo?

F: Não. Se eu pudesse eu matava eles tudo. Tá louco. Eles nem sabe quem que é. Vários pai de família aí, até criança aí. Tipo, eles vai e mata, rapaiz. Trabalhador, o cara voltando lá do serviço dele, de pé, de busão, não tem um carro e uma moto. Desce do ônibus, tá andando na rua perto da casa dele, passa um cara atirando. Mas quem fez isso só foi polícia, ladrão não fez isso. Apareceu os polícia indo preso, mas acho que não ficou nem uma semana preso.

As relações de força representada na disputa entre o poder dos policiais e o “mundo do crime” contribui para o surgimento de “novos mecanismos de controle político” (SOUZA *et all*, 2016), uma vez que a força privada representada pelo “crime” passa a interferir na convivência dos moradores. Já o Estado de Direito, diante dessas circunstâncias, assume o papel de controle, desembocando por vezes em ações repressivas. Essas ações possuem vieses específicos que acabam afetando determinados grupos sociais, raças/etnias, gênero e locais de moradia. Zanetic *ett all* (2016) levantam críticas de que são medidas que tornam a legitimidade da polícia frágil, principalmente no que diz respeito aos moradores locais, pois, assim, não conseguem incorporar determinados valores de importância para se confiar nesta instituição. Perde-se, assim, o papel de mediação e de escuta em face daqueles com os quais ela tem contato, podendo ser um dos motivos para os cidadãos não darem créditos para o reconhecimento desse poder. Os autores mencionados propõem que, para haver maior legitimidade em torno da polícia, é necessário que se criem interações entre esses agentes públicos e a população de modo geral; que demonstrem disposição e preparo para a execução das tarefas que lhes são destinadas; que sejam capazes de escutar as pessoas com as quais mantêm contato.

Esses problemas também são resultados das próprias ações dissuasivas, que parecem ser difundidas em nome do que é público, mas assumem perspectivas pessoais dos agentes policiais, os quais podem ser despreparados e com pouca formação para saber construir a confiança diante dos cidadãos. Assim, surgem situações de resolução de problemas de modo privado, gerando mais violência. A tentativa de construção de legitimidade pela força não será reconhecida, pois os moradores da cidade necessitam saber os motivos que os façam acreditarem porque é importante confiar na polícia. Assim, situações semelhantes às que ocorreram no ano de 2016 podem levar a vizinhança local a se distanciar da polícia, perdendo a confiança. Essas circunstâncias também afetam a construção de representações de desconfiança que os jovens, de modo geral, incorporam sobre a polícia.

3.4 INTERAÇÕES SOCIAIS E DEFINIÇÕES DE LEGITIMIDADES

Tendo Londrina como espaço urbano no qual os jovens interagem socialmente e que se torna o pano de fundo das suas microrrelações cotidianas, o objetivo dessa seção é discutir as vivências dos jovens entrevistados no universo familiar, escolar, e do trabalho. O modo pelo qual participam e participaram dessas situações é central para que se defina a

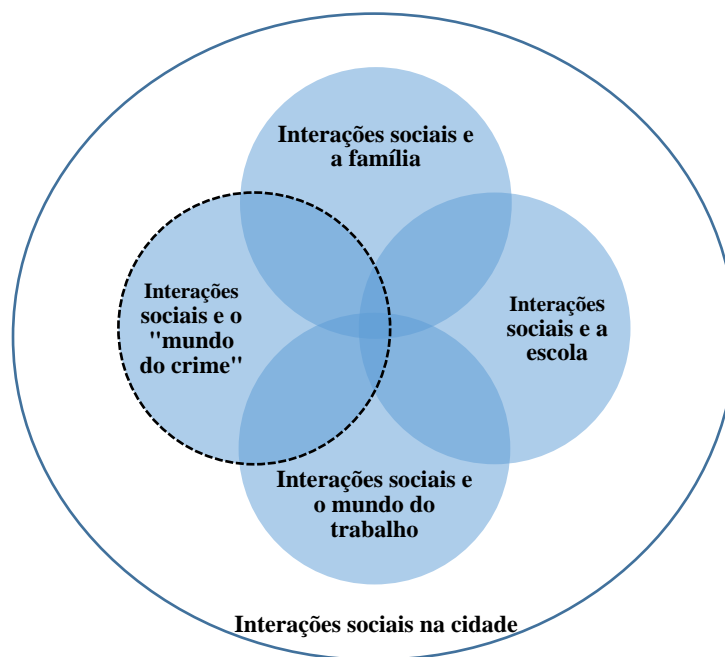
legitimidade em torno do “mundo do crime”. Selecionou-se esses campos de análise por serem decisivos ao se tornarem espaços de tensão na vida social dos interlocutores e contribuírem para que eles se situem na realidade de modo mais amplo. É na família, na escola e nas relações de trabalho que o jovem vivencia situações como desemprego, violência, falta de dinheiro, desproteção, doença e morte de entes familiares, proximidade com uso e dependência de drogas, e, sobretudo, marcações sociais que implicam rotulagens e estigmas. O jovem é capaz de definir sentidos diante desse cenário e ver o mundo a partir de sua perspectiva (THOMAS, 2001; BLUMER, 1980), selecionando, elaborando, avaliando o que acontece ao seu redor para criar significados de justo ou injusto, certo ou errado e que variam conforme o contexto no qual ele interage socialmente.

É nesse processo de avaliação que o “mundo do crime” aparece como uma saída para as adversidades que os sujeitos enfrentam, criando tensões com os outros ambientes em análise, pois põe em jogo os sentidos construídos em torno do reconhecimento e da confiança, o que resulta na disputa de legitimidade dos espaços em questão. A tensão é estabelecida uma vez que a família e a escola passam a serem vistas como espaços de conflitos que não correspondem às expectativas dos sujeitos diante da realidade na qual se encontram: são ambientes marcados por riscos, violências e, por vezes, por precariedade material. Do mesmo modo, esse ambiente de conflitos na família e na escola também desembocará em sentidos construídos em torno do “mundo do trabalho”, em razão desse contexto não ser visto pelos jovens como satisfação, pois os espaços de interação dos quais participam é cercado pelo desemprego e precarização do trabalho, contribuindo para que criem uma imagem negativa sobre o trabalho. Em vista disso, todas estas situações que marcam a vida social do jovem se desdobrarão nas suas interações nos espaços da cidade de modo mais amplo. Compreende-se que os jovens vivem em ambientes muito fechados, de isolamento, o que torna a perspectiva que eles têm da realidade um tanto ou quanto restrita. Isso ocorre não é porque eles querem e desejam, mas é que, dependendo das tramas sociais nas quais os sujeitos se inserem, o “mundo do crime” torna-se um significado que supera algumas questões postas ao momento juvenil: ser reconhecido, ter dinheiro, receber elogios, sentidos de segurança e proteção. Questões as quais os jovens possuem acesso restrito ou não possuem acesso algum. A dependência em relação às tramas sociais existe pelo fato de que, em alguns momentos da entrevista, eles revelarem a vontade de sair do “mundo do crime”, mas, muitas vezes, são impedidos, pelo fato de a realidade apresentada minguar.

Para representar os campos de análise, foi desenvolvida uma figura abaixo, com o intuito de organizar o modo pelo qual será abordada essa perspectiva centrada na

tensão. Nesta imagem, o “mundo do crime” está representado no esquema por setas pontilhadas, que indicam a presença de fronteiras que não são rígidas, já que qualquer indivíduo pode entrar e sair desse universo. Um círculo maior representa a cidade de Londrina, cenário no qual se inserem esses espaços de tensão. Nota-se que os espaços da família, da escola, das relações de trabalho e o “mundo do crime” estão sobrepostos no esquema, pois não podem ser abordados como espaços estanques. Na realidade, eles se tornam embaralhados na percepção dos sujeitos, uma vez que circulam por esses ambientes simultaneamente. Em suma, esses ambientes em questão partilham os seus espaços com o “mundo do crime”, seja na convivência com os filhos que estão “envolvidos” nesse contexto; seja pelo lar que, muitas vezes, precisa ser sustentado com o dinheiro visto pelos familiares como ilícito; seja pelo fato de o jovem frequentar a educação escolar e não mais ver sentido nela, migrando para o “mundo do crime” no qual descobre maior incentivo, respeito e identidade; por não ver no trabalho uma possibilidade de mobilidade social e satisfação, caso siga a trajetória de trabalho precarizado dos pais, ou por definir novos sentidos ao trabalho, incorporando a ele também as atividades do mercado ilegal/ilícito (FELTRAN, 2015; 2010); e, por fim, seja porque simplesmente o “mundo do crime” está compartilhando o mesmo espaço da rua.

Compreende-se que as interações sociais se desdobram nesses campos de análise, sendo elas pontos importantes para que os sujeitos definam sentidos em relação às definições de legitimidades. A discussão será realizada em três subseções, cada qual circunscrita a um campo analítico. Primeiramente, serão apresentadas as interações sociais dos jovens com a família. A seguir, as interações sociais e a escola. Posteriormente, serão tratadas as interações sociais e o “mundo do trabalho”.



3.4.1 - Entre o “Mundo do Crime” e a Família

Nesta seção serão expostos os depoimentos dos jovens entrevistados que comunicaram os seus primeiros contatos com o “mundo do crime”, para entender que esse contato pode se iniciar desde o período da infância. Por um lado, o objetivo é apresentar as situações de riscos em que os jovens são submetidos, elencando com as suas interações sociais no ambiente familiar; e, por outro lado, apresentar a questão da naturalização que se utilizam para observarem a realidade deles.

Conte-me a sua história. Como você teve contato com a venda. Quem foi, como foi?

B: Por exemplo, eu moro ali desde quando eu tinha 2 anos de idade. Eu vivo na rua assim desde os 5 anos assim, sabe. Nunca fui de ficar preso dentro de casa. Saía na rua, fazia pipa, soltava. Andava em tudo nesse [nome do bairro]. Quando tinha campeonato de pipa, vivia na rua. Saía cedo e voltava só sete hora da noite. Eu gostava de brincar o dia inteiro na rua. Eu brincava na rua assim, soltando pipa. Já soltava pipa perto dos cara fumando maconha, perto de um monte de gente vendendo droga. De vez em quando eles vinha soltar pipa. E assim eu fui conhecendo, entendeu? Aí quando eu, por exemplo, quis uma oportunidade assim, eu já sabia com quem pedir.

Você vende as drogas em frente à sua casa, e os seus pais?

B: Em frente de casa. Verdade.

E eles nunca desconfiaram?

B: Ah, desconfiar, desconfia né. Até sabe, que eu ficava vendendo droga ali. Mas fazer o quê? Se você vê o que meu pai fala, se pegar eu, rebentar eu no

coro, só vai piorar a minha situação. É que nem, se ele quiser prender eu assim dentro de casa, é a mesma coisa de deixar um cachorro preso na coleira, quando ele soltar ele vai sair raivoso e vai morder todo mundo. Mesma coisa eu. Ele pensa assim, por isso que ele já deixa eu fumar maconha. Ele já deixa eu fumar dentro de casa. Porque é melhor do que eu ir fumar na rua e os polícia pegar eu. É a visão dele. Aí ficava assim de boa.

Você gosta dele?

B: Ah eu gosto, hein. Eu gosto. Porque eu mesmo fui adotado. E porque, nossa, o jeito que eu dou trabalho pra ele. Eu num sei como ele tá aguentando eu até hoje. Cria eu desde pequeno. Se um dia ele morrer mesmo, e eu sentir que é minha culpa, eu me mato. Eu num guento. Ah eu num sei, se um dia meu pai morrer assim, morreu pra minha família. Minha mãe é depressiva, tentou se matar um monte de vez. Acaba com tudo, entendeu? Aí dessa vez eu penso: "não, vou parar porque já pra num acontecer nada disso". Tomara que num aconteça, né.

E da mãe, você gosta?

B: Eu gosto dela assim, mas, sei lá. De vez em quando ela paga de louca. De vez em quando ela num faz comida. De vez em quando ela fica deitada o dia inteiro. Mas eu entendo porque é mais da depressão dela. Ela fica dopada o dia inteiro. Mas eu gosto dela assim mesmo...

Eles exigiam demais de você quando você era criança? Em relação a horários, ir pra escola, tipo, organização para atividades do dia a dia...

B: Não.

Você sempre foi livre?

B: Bastante. Meu irmão é mais velho que eu, mas meu irmão eles não deixa meu irmão ficar saindo muito.

Você gosta de ser controlado?

B: Não. Eu num gosto nem que meu pai, minha mãe, fica pegando no meu pé.

E você mora com quem? [após a separação dos pais]

J: Daí minha mãe foi morar com uma amiga dela, sabe. E o meu pai foi morar com o pai dele. E eu fui morar com minha babá, que ela criou eu desde pequeno, sabe. Que ela meio que... eu chamo de vó. Daí, depois que eu morava com ela, ela tipo, num briga, que ela é de idade, sabe. Ela não falava: "vai, vai em casa senão você vai apanhar" [muda a entonação da voz para mais agressivo]. Igual, minha mãe, se não tivesse oito hora em casa, ela já batia ni mim. Seu eu não tivesse 7, 8 hora em casa. Daí a babá, não. Chegava 10 hora [da noite] e ela não falava nada. Só falava: "onde você tava?", daí eu jogava um migué nela: "ah, tava ali". A minha mãe, vixi, minha mãe era... Ela falava: "vou chegar do serviço oito hora, se num tiver em casa, você vai ver". Vixi, eu já tinha que tá em casa, já tinha tomado banho, pá. Tinha que ficar quieto. O meu pai, tipo, queria que eu ficasse com ele, sabe. Eu gostava da minha babá que ela criou eu desde os dois meses.

Ela deixava você muito solto?

J: Não. Eu moro com ela hoje. Meu pai mora perto. A minha mãe mora em [cidade vizinha] e eu moro com ela [a babá]. Desde os dois meses ela me criou. Eu tinha mais amor nela do que na minha mãe. Minha mãe trabalhava, sabe. Eu ficava o dia inteiro com ela [a babá]. Ela me levava na piscina, em altos lugar. Eu criei mais amor nela.

Os relatos de B e J expressam a situações de risco e abandono. A ausência de restrição e de informação dada pelos responsáveis contribuiu para que os interlocutores se

inserir nestas circunstâncias de riscos. Isso pode ser sustentado de acordo com o relato deles, quando questionados sobre a organização e restrição dada pelos responsáveis em relação a horários, às orientações sobre onde pode ou não pode brincar, e circular no bairro. Zaluar (1994) explica que, com o processo de mudança social pelo qual o Brasil percorre nos últimos 30 anos, os ambientes domésticos também sofrem interferências, uma vez que os pais ou responsáveis saem para trabalhar, muitas vezes se dedicando a uma carga horária maçante para promover o sustento familiar, e, conseqüentemente, tendo pouca participação na vida diária dos filhos. Essas questões afetam diversos estratos sociais, embora de modo diferenciado. Em relação às camadas populares, a educação dos filhos passa a ser partilhada com o processo de universalização da escola pública, ou aos cuidados de alguém de confiança. Estas questões podem ser fundamentadas por intermédio das explicações de J sobre o ambiente doméstico, no qual ainda convivia com a figura materna e paterna, mas tinha pouco contato diário com eles, sendo atendido pela babá. Ao mesmo tempo, o jovem revela algumas características do controle e restrição dado pelos pais quando ainda residia com eles, em detrimento dos cuidados de sua responsável atual, visto que ela já tem uma idade avançada e não consegue manter a orientação diária sobre ele.

Diante disso, desde a tenra idade, os jovens pesquisados já circulavam nos bairros de moradia sozinhos e mantinham aproximações com as demarcações do “mundo do crime”. Isso não significa que todo jovem que mantenha essa aproximação tenda a estabelecer relações futuras com o “crime”. O que este estudo tenta evidenciar é que isso depende do modo pelo qual os jovens definem as situações as quais vivenciam no cotidiano, construindo sentidos por meio das interações sociais. A questão da fixação de sentidos diante das circunstâncias que ocorrem, pode ser construída de modo diferenciado entre os jovens, e a maioria deles não se envolvem com essa realidade, uma vez que o modo como interagem em determinada circunstância contribui para que signifique de modo diferenciado o que é posto na sua realidade. B e J transmitem de modo natural a convivência com as demarcações do “mundo do crime”, por intermédio do caminhar até a escola ou pelo brincar na rua. Diante disso, em matéria da naturalização, outro interlocutor entra em cena, o sujeito L, que transmite de maneira mais delineada essa visão de mundo, constatando que as relações entre família e escola não podem se deslocar do pano de fundo dado pelas interações estabelecidas na vizinhança, que, por sua vez, se insere em um espaço maior e fragmentado que diz respeito à cidade de Londrina.

Como você me explica o envolvimento com o crime?

L: A maioria das pessoa fala que nas comunidade não é bom criar jovem, esses negócio. Porque eles vê os outro também traficando, já a mente dele: “então eu vou traficar também”.

Você disse o que a maioria das pessoas falam. Mas, e a sua visão sobre isso?

L: Eu não vou saber explicar sobre isso. Porque desde quando eu era pequeno mesmo, eu via os outro traficando, né. A época que eu traficava, o meu pai e minha mãe sempre falava pra mim que isso não era o certo.

Então, desde criança você presenciava isso?

L: É. Na rua sempre teve biqueira. E eu ficava olhando os cara traficando, roubando, esses negócio. Daí já ficava olhando, né. Depois teve uns tempos que eu fui crescendo, daí os cara acabou oferecendo e eu acabei entrando.

Você pode me contar como foi isso?

L: Eu tinha uns 11, 12 ano. Daí eu passava na rua, daí os piá: “e aí, beleza?” e eu “beleza”. Os piá começou a chamar eu pra colar lá na rua. Daí eu ficava lá, né. Nós ia jogar bola, depois que nós jogava bola, eles falava: “não, vamos ficar aqui com nós, pá”. E eu ficava. Aí teve um dia lá que o patrãozão da biqueira chegou e falou: “você não quer vender droga, pá? Nós vai te dar um dinheiro, tal”. Falei, “ah, beleza, né mano. Mas hoje eu tô de boa. Vamos ver mais uns tempo aí”. Daí eu peguei, depois de uns tempo, acabei me envolvendo, acabei entrando. Os cara ofereceu e eu peguei, né mano. Comecei a traficar.

Você gosta de estar nessa correria?

B: Ah, é que eu sou desde pequeno, né. Sei lá, é a única coisa que eu sei fazê. Parece que já é do meu convívio, né. É uma coisa que já começô a fazê parte de mim, né. O mundo do crime assim né.

É no momento da infância que o mundo familiar (casa) passa a ser avaliado, pois o mundo público (a rua) direciona novas interações, as quais futuramente podem ser decisivas para colocarem em questão ou dúvida o ambiente familiar, diante das circunstâncias nas quais os sujeitos se encontram. É o que sugere o relato de L exposto acima, o qual explica a educação familiar no que diz respeito ao “certo” e “errado”, quando as interações dele se expandem para a vida pública, e, assim, os pais o aconselham a não se aproximar das fronteiras do “mundo do crime”, visto que o orientam quanto aos perigos e riscos que a vida social pode vir a emergir. Posteriormente, L não mais residirá com os responsáveis, pois estes migram para região rural. O jovem opta em permanecer no bairro de origem, residindo com a avó, situação que se aproximará à de J, pois a avó, além do trabalho precário que mantém como doméstica, não tem energia para o acompanhamento diário do jovem.

Desse modo, iniciam-se as tensões entre o “mundo do crime” e o ambiente familiar, visto que as interações sociais na vida pública também transmitem a naturalização, quando o interlocutor avalia que é comum para um jovem que reside na “comunidade” ter o contato com o “mundo do crime”. O uso pelo sujeito da palavra “comunidade” pode ser por

identidade, mas, além disso, ele apreende esse espaço onde reside como fragmentado, separado, isolado do restante da cidade. O “jovem que vive na comunidade” pode manter uma vida diferente e desigual daqueles que não vivem na “comunidade”. Dependendo do local no qual o indivíduo vive, pode se fechar cada vez mais naquele espaço, principalmente quando a cidade não lhe dá oportunidades de ligá-lo aos outros espaços urbanos. A palavra “comunidade” emitida pelo interlocutor está mais relacionada ao isolamento do que integração (KAZTMAN, 2001), o que aproxima da questão do “efeito vizinhança” na vida social do jovem (KAZTMAN, 2001). Quanto a isso, o isolamento contribui para que os jovens assumam o papel de sujeição (MISSE, 2010, 2014), visto que incorporam para si algo que parece não ter saída, é como se fosse automático para ele esse jogo de interações e a participação no “mundo do crime”. Longe de lhes serem apresentadas novas perspectivas, o que é tradicional no que diz respeito a garantir um emprego ou frequentar a educação escolar, não mais se encaixam aos anseios desse sujeito para a mobilidade social. Quem fala a mesma linguagem que a dele não é a família, mas os “parceiros”. O aconselhamento dos pais é colocado em dúvida, pois não vê sentido no que os pais definem como “certo” e “errado”, visto que, com seus colegas, graus de aproximação foram criados, e, assim, o sujeito não os entende como “outsiders”. Afinal, estão convivendo em um mesmo contexto, possuem históricos parecidos e podem manter aproximações de visões de mundo.

Em suma, dependendo do contexto familiar, os pais ou responsáveis pelos sujeitos podem ou não instruir a vida pública e seus perigos. De acordo com os sentidos construídos nos relatos, o contato com essa vida pública pode ser um processo de desconstrução para o indivíduo quando ainda criança, desenrolando-se na vida juvenil, colocando em paradoxo as instruções dos pais/responsáveis. Os novos contatos não são vistos como “monstros”, mas os interlocutores entendem que as interações sociais construídas entre eles são de amizade e proximidade. Os sujeitos pesquisados parecem não ver grande mal em se aproximarem das fronteiras do “mundo do crime”, por isso a percepção da naturalização. É como se fizesse parte deles, é como se carregassem esta condição na alma (MISSE, 2010).

Por sua vez, embora possa existir a aproximação com o “mundo do crime”, devido à partilha do espaço do bairro com aqueles que comercializam drogas, o jovem, quando ainda criança, pode também não ter uma visão naturalizada sobre esse contexto. Entretanto, no desenvolver das interações sociais, o sujeito pode mudar de percepção em face das circunstâncias. É o que se percebeu nos relatos de C e A. Os dois sujeitos, apesar de vivenciarem um processo de abandono, parece que, em um período da vida deles, conseguiram manter uma situação estável. Posteriormente, observou-se que algumas

circunstâncias vão acontecendo na vida deles, que contribuirão para a mudança de percepção sobre a realidade na qual eles estão inseridos.

Sendo assim, o sujeito C foi abandonado pela família com 1 ano de idade e encaminhado a uma casa-abrigo. O sujeito A é natural do Estado de São Paulo. Aos 8 anos de idade chegou a Londrina, acompanhado da mãe e dos irmãos, pois a mãe sofria violência doméstica pelo pai. Embora esses jovens representem as marcas dos riscos e abandono, tanto um quanto o outro, em um determinado momento, parecem transmitir uma vida estável nas entrevistas, pois C, convivendo na casa-abrigo até os 11 anos, transmitiu certa tranquilidade em relação a isso. E A transmitiu a mesma sensação, quando ele conta que foi residir, aos 14 anos de idade, com uma parte da família em São Paulo. Tanto que, nos dois ambientes, os jovens estavam estudando. O jovem A conta que manteve um emprego nessa época em São Paulo e que estava tendo um bom desempenho nos estudos. No entanto, o que chama a atenção nos relatos desses sujeitos é a implosão da realidade, visto que, posteriormente, os dois retornam para as famílias de origem: A volta a residir com a mãe, e C conhece o pai e tenta residir com ele. Até então, o “mundo do crime” aparecia como algo estranho, que não fazia parte deles. Posteriormente, com a série de situações que acontecerão diante do retorno familiar, a visão sobre a família e o “mundo do crime” vai adquirindo novas perspectivas e percepções. Diante disso, os relatos sustentam o seguinte:

A: E acredita que eu passava perto dos cara assim e falava: "ah, cê tá louco, eu nunca que vou ser igual esses cara aí, pá".

Acredito...

A: Daí eu só me envolvi por causa da minha mãe. Porque eu falo pra minha mãe "mãe, larga esse cara aí" [*se referindo ao padrasto*]. Dá uma atenção pra mim, se largar esse cara aí, eu vou largar minha vida". Minha mãe prefere tá com o cara lá do que ficar comigo. Daí eu falo "ah é, cê vai lá com ele, então fica de boa que cê vai ver". Eu pego e sumo. Daí ela vem chorando perto de mim. Eu falo: "ih cê vai começar me chapar". Aí eu cato e sumo. Daí eu fico quatro mês sem vê ela, daí ela vê. Que eu num tenho celular, como que ela vai me achar. E se eu sumi de verdade mesmo, fí. Falei pra ela, "deixa eu fazer 18 ano que daí você vai vê. Daí que eu vou sumir de verdade, você nunca mais vai me vê".

Por que você não gosta dele [do padrasto]?

A: Porque ele é um pilantra, fí. Aquele cara lá. Te juro, o cara fazia de propósito. "Vai varrer esse chão aqui" e eu varria. Ele chegava 6 horas da tarde, olhava. Passava o dedo "não, tá sujo ainda" e pá. Começava a falar um monte pra mim. Se entendeu a lógica? Tipo, querendo caçar um assunto comigo. Daí também não é só por causa disso. Por causa de outras coisa. Eu e ele já entrava em altos debate. Perto da minha mãe era uma coisa, longe da minha mãe é outra. Até eu ir lá nos mano que eu fecho mesmo, que os mano gosta de mim. Os mano vai e sorta revorve, soltou uma beleza na minha mão: "vai menor, faz o que cê quiser aí". Cheguei, foi assim ó, falei: "mãe, vai lá buscar não sei o quê lá pra mim lá". Eu olhei ele tava lá dentro. Daí eu

fiquei, daí peguei o bagulho assim e ficava olhando. Daí falei "mano". Ficava meio perdido. Daí quando ele veio, lá da janelinha do quarto eu falei assim ó. Ele é bem altão assim, né, meio fortinho. Já engatilhei o bagulho. O bagulho já pulou uma bala. Quando cê engatilha o bagulho, o bagulho pula uma, pra num empurrar todas as bala de uma vez. "Chama o valentão lá, ele num é homem, manda ele vim aqui querer catar eu agora, vou explodir ele na bala". Daí minha mãe catou e ficou "[...] pelo amor de Deus, num faz nada". Começou a passar mal [risos]. Saí andando. Mas eu num ia fazer nada não. Deixei a bala lá, pra ele num ver que eu num sou de brincadeira. Porque se ele relar ni mim, que ele queria relar ni mim. Se ele relasse em mim eu ia arrancar a cabeça dele, fí. Se fosse um facão, eu ranco. Não preciso também de arma dos outro não. Ah, eu sou louco, mano. Quando ele menos esperar... Agredi eu, né. Relar ni mim. Tá louco. Num sou filho dele, meu pai já morreu ainda. Ham.

E você, vive no abrigo desde quando?

C: Eu não conheci minha família. Daí quando fui conhecer meu pai foi com uns 10 anos de idade. Daí fui morar com ele. Fiquei 1 ano morando com ele. Até 11 ano. Só que nesse 1 ano eu conheci minha mãe, conheci uns irmãos meus, conheci parte de vários irmãos meu. Daí eu conheci minha mãe, só que ela não tinha condição de cuidar de mim. Porque ela usava muita bebida, era droga demais [a mãe é separada do pai]. Daí nisso, com o meu pai também não deu certo de morar comigo, ele batia um monte em mim. Fazia eu fazer coisas que ele não devia fazer. Tipo, brigava, fazia um monte de coisa. Daí eu acabei fugindo da casa, liguei pro conselho tutelar e fui embora de lá. Fiquei daí até uns 15 anos morando num abrigo, e fui pra outro agora, é isso. Tipo, eu tava no [nome de uma casa-abrigo], fiquei lá desde bebê mesmo, desde 1 ano de idade mais ou menos até 10 ano, daí eu fui tentar morar com ele com um ano, tentei não consegui, voltei de novo, daí desse 1 ano fiquei até quinze ano, daí nesses 15 fui pro [nome da casa abrigo]. Desde essa época de 10 pra 11 ano, quando eu tava morando lá com meu pai memo, eu passava todo dia na esquina lá pra ir pra escola e os piá ficava me chamando já, menorzinho, porque sempre tem uns menor na biqueira, sabe. Me chamava "ô, cola aí. Vamo vender uma droga". E eu nem sabia vender droga, nem tchum como que era vender droga: "ô, vamos vender uma droga aí". Tipo, eu só pensava comigo, ficava pensando. Daí, tipo, criança: "Nossa, esses cara é louco. Vendendo droga do nada assim".

O retorno de A para a casa da mãe e a aproximação de C com a família de origem se desdobram em questões que os fazem avaliar a realidade na qual se encontram. Diante disso, tentam estabelecer o vínculo familiar, mas percebem a falta de incentivo, atenção, e, conseqüentemente, a convivência com a violência simbólica e física. A convivência nesses espaços contribui para que os sujeitos julguem essas ocasiões.

Assim sendo, o jovem A coloca em questionamento o papel social do padrasto, retratando mais o estranhamento em relação a essa figura do que aproximação. Para um garoto que, desde os 13 anos aprendeu a ser independente, por já ter morado em outra cidade, é muito difícil posteriormente que ele permita que alguém o direcione sobre um modo de realizar atividades cotidianas, ou até mesmo que imponha uma construção de um "eu". É

desse modo que ele cria a imagem do padrasto. A visão de A é que ele já é um “homem” e que não precisa de outro “homem” direcionando a sua vida, sobretudo, alguém que ele enxerga com bastante estranhamento. No jogo dos papéis das “masculinidades”, A luta pelo papel de hegemonia dentro do ambiente doméstico, e a presença do “mundo do crime” demarcando as suas fronteiras no ambiente doméstico é bastante visível, uma vez que a arma emprestada pelos “parceiros” representa a força e estabelece o poder de quem manda. Esse é um dos espaços de interações que contribuirá para que A construa os seus significados sobre a família, que ele retrata como desatenção, risco e violência, para posteriormente encontrar um espaço no qual poderá suprir algumas de suas expectativas. Por isso, no decorrer das subseções deste estudo, será possível verificar outras questões que afetarão a vida de A e dos outros sujeitos, que permitirão julgar a realidade de modo mais amplo, de modo que não se restringirão somente ao espaço da família, mas este servirá como alicerce para pensar em questões que vão aparecendo no seu cotidiano. É uma ligação do “eu” com o “mundo”.

No caso de C, ele põe em questionamento o papel social do pai, e a convivência com os familiares faz com que ele pondere a função social da família. É possível notar que o sujeito C conheceu a família somente aos 10 anos de idade. Isso para ele talvez não tenha sido algo produtivo, pois, durante a entrevista, o tempo todo põe em dúvida se o período em que conviveu com os familiares poderia ter sido algo realmente prazeroso e construtivo. Para sustentar as indagações expostas por C, seguem as palavras dele:

C: [...] trabalhava com o meu pai dia e noite. Chegava de noite do serviço, trabalhava com ele de jardineiro, pesava no sol quente. Do nada, ele me batia. Isso eu tinha uns 10, 11 ano. Daí eu comecei a enjoar da cara dele, comecei a pegar birra. E ele olhava pra mim na maldade já, tipo, na maldade mesmo. Eu endoidava. Tipo, do nada ele olhava pra mim na maldade, e eu falando: “isso aí num é um pai pra mim não, isso daí não é meu pai não”. E eu, tipo assim, eu num acreditava que ele era meu pai. Eu nunca tinha visto uma certidão de nascimento na vida, nunca tinha visto. Eu era louco para ver a minha certidão de nascimento. Eu fui ver e era o meu pai mesmo [em um tom de desânimo]. Falei assim: “isso aí num é meu pai não”. E eu olhava pra cara dele assim, eu olhava no espelho assim. Eu ficava olhando: “nossa será que é meu pai mesmo? Será que é meu pai? Será que é meu pai?” Tava nessa.

O relato elucida todo o drama social vivenciado pelo sujeito que busca o seu “eu”, as suas referências, mas que demonstra estar instrumentalizado para moldar sentidos de que o espaço familiar no qual ele estava inserido não contribuiria para o seu desenvolvimento. Quando ele questiona se aquele realmente seria o pai dele, ele põe em dúvida se o papel social

destinado à figura do pai seria aquele mesmo. Diante de sua capacidade de avaliação e observação da realidade na qual se insere, C prefere voltar às origens no abrigo, pois reconhece que lá seria melhor do que o próprio ambiente familiar. Quando retorna ao abrigo, aos 11 anos, ele continua com os estudos, e, aos 14 anos, consegue uma vaga de emprego como aprendiz. Segundo o próprio sujeito, ele estava no caminho, não se sentia mais perdido, como na época em que havia tensões no ambiente familiar. Até o momento que a sua realidade implode mais uma vez, quando retorna para morar com o irmão dependente de drogas, no intuito de ajudá-lo, aos 15 anos de idade.

Mas o seu irmão morava onde?

C: Daí eu fui morar na casa dele. Que é a casa que o meu pai deixou pros filhos [o pai foi embora para outro local]. Nisso eu já tinha 15 anos. Nessa época eu tava no [nome de um abrigo]. Eu fugi do [nome de um abrigo] pra ir ajudar ele, porque ele falou pra mim que tava passando fome. Fugi de lá. Fui ajudar ele. Tava trabalhando, tudo mais, certinho, ganhava 650 reais por mês, 150 de ticket, daí eu fui lá ajudar ele. Nisso ele foi, roubou um monte de coisa minha, roubava os alimento que eu comprava. Eu fazia uma compra de uns 550 reais mais ou menos, para demorar um mês inteiro pra acabar a comida, ele ia e roubava tudo a comida. Na hora que eu chegava do serviço não tinha mais nada, porque ele tinha vendido tudo... Daí eu já num quis ficar mais lá não. Daí eu acabei perdendo esse serviço por causa dele, e eu já tinha faltado umas 4 vez, e se eu faltasse 5 vez, eu era demitido, porque o menor não pode faltar mais de 5 vez. 5 vez ele não pode nem chegar. Eu tava já no limite. Daí minha chefe falou que gostava muito de mim, gostava do meu trabalho e tudo mais. Daí ela não queria me demitir de jeito nenhum. Daí ela acabou tendo que me demitir.

Por causa dessas suas histórias...

C: É, dessas história, que eu comecei a faltar, faltar, sem justificativa. Ele vendeu tuuuudo, tudo as coisa.

Após a tentativa frustrante de voltar a conviver com um ente familiar, C retorna ao abrigo. Entretanto, possuindo outra visão da realidade. Depois de perder o emprego e por causa da idade que avança, C é transferido de abrigo, foi para outro local no qual não havia divisão de espaço com crianças. Trata-se de um local marcante para o preparo dos passos de jovens institucionalizados para seguirem para a vida adulta. Diante das novas amizades no novo local de moradia, C conheceu as drogas, tornando-se dependente, e conseguiu um cargo de “boleia” em uma biqueira.

Diante do exposto, a vida social dos jovens é moldada por um conjunto de ocasiões as quais enfrentam no cotidiano. No jogo das interações sociais, constroem significados sobre a real condição de vida e assim definem papéis que devem assumir diante das situações que lhes ocorrem. Por isso, assumem consciência da realidade na qual se

inserem, principalmente em relação ao plano familiar. Conforme desenvolve as interações sociais na vida pública, ou seja, externamente ao familiar, a realidade para os sujeitos torna-se mais evidente, mais palpável e compreensível, para que assim também possam definir os seus próprios papéis diante desse quadro. Isso significa que a família é um pequeno fragmento de representação da estrutura social, e isso torna-se cada vez mais evidente quando o jovem vai se aproximando de outros espaços e interagindo com eles, como a escola, o “mundo do trabalho”, a cidade e o “mundo do crime”. É a partir desse processo que eles também constroem o “eu” e não somente os “outros”, criando o *self*, ou seja, o sentido de si mesmo no mundo, como reflexo das próprias interações sociais que participa (BLUMER, 1980). Em outras palavras, o conhecimento do “eu” no mundo é dado por intermédio das interações sociais, e, assim, passa a reconhecer a sua real condição em face dos contextos que se desdobram no cotidiano.

Portanto, as questões que aparecem são de fragilidade socioeconômica, que, por vezes, culminam em conflitos e violências no âmbito doméstico. Conforme visto no início dessa seção, essas fragilidades podem ser vistas por meio de empregos precários, problemas de saúde, morte de entes familiares, dependência do uso de álcool e outras drogas, a obrigação para o trabalho árduo, o não incentivo escolar; a não atenção e elogio quando cumpre alguma tarefa importante, como tirar boas notas na escola, e, quiçá, a própria falta de limite direcionada pelos pais/responsáveis no que se refere à proteção e à segurança, contribuindo para os riscos e vulnerabilidade do sujeito. Algumas dessas características também são somadas a situações de violência. Estas características de fragilidade não necessariamente recaem completamente sobre um mesmo sujeito, mas uma ou o conjunto delas pode tornar um ambiente familiar bastante conflituoso, sendo assim os motivos para que os jovens iniciem o processo de julgamento, que desemboca no paradoxo com as relações familiares.

Diante de seus históricos, trata-se de pequenas circunstâncias que estão relacionadas às questões estruturais da sociedade e que contribuem para as tomadas de decisão deles quando vivenciam os próprios dramas sociais. Por fim, o “mundo do crime” passa a ser visto com outros olhos, pois ele tem a capacidade de assumir os incentivos e elogios, a proteção e segurança, os quais não eram direcionadas pelos familiares. Para aqueles que o “mundo do crime” era visto como um estranho, conforme o caso de C, passa a ser visto sob uma nova ótica, pois a realidade do indivíduo em diversos momentos implode, principalmente nas interações com a família. O “crime” assume o papel para neutralizar as adversidades. Quando a vida social aparece de modo conturbado para os jovens, o “mundo do

crime” assume, na visão deles, sentidos reconhecidos como família, diante da qual é construída a confiança e sentimento de integração.

J: Os moleque, eles é meio doido. Eles fala assim: “na verdade nós não é uma quadrilha, nós é uma grande família”.

[...]

Fim de semana vocês não param...

J: Não para.

Não tem descanso...

J: Só no Natal que eu pedi pra sair. Tem um moleque que gosta do Natal. Muita pessoa querendo curtir, sabe. Mas Natal fui pra praia. O dono da biqueira lá, sabe, ele falou assim “vamo comigo, cê tem um dinheiro?”. Falei “eu tenho”. Falei pra minha vó, minha vó ficou preocupada. Ela e o fí dela, não parava de ligar pra mim: “como cê tá”.

Ele gosta de você então...

J: Gosta. Pra caralho. Um dia eu num fui no horário, fiquei faltando, sabe. Daí ele me deu, tipo, um “gancho”: o gancho que eu falo é deixar uns dias sem. Daí ele me deixou 15 dia. Eu ia pra biqueira, e ele: “Não. Você não vai. Você ficou faltando”. Aí um dia eu chamei ele e falei “oloco, mano. Tô 15 dia já. Cê num vai pá?”. Ele falou: “tá ligado, é disciplina. Cê mora aqui no meu coração, cê sabe disso”. Aí eu dei risada. No mesmo dia ele já pôs eu de novo.

E você gostava do patrão?

L: Ah, meu, eu até gostava, né. Que era um cara da hora, tratava eu bem, né.

E você era muito elogiado?

L: Ah, um pouco, né. Quando você começa, os cara "nossa, que da hora, tá traficando". Entre eles, né, você é elogiado. Os cara falava, né, "nossa que da hora você tá traficando, isso, aquilo".

Que caras?

L: Os caras que traficava.

E você se sentia como?

L: Ah, se sentia bem, falava "nossa, sou traficante", isso daí né. "Que da hora, sou considerado, os cara tá gostando de mim. Vamo ficar aí, né".

E os pais?

L: Sempre falou que eu não deveria fazer isso. Eu acabei indo. Entrava escondido.

Em nenhum momento, o pai e a mãe não vinham na mente?

L: Ah, altas vez. Quando a minha mãe começou a desconfiar que eu ficava muito na rua, ficava muito ali no meio daquele movimento. Daí ela começou a falar um monte pra mim, né. Falava que isso daí não era o caminho, que ela não queria ver eu nessa vida, tal. Daí eu ficava só pensando, né meu. Mas de qualquer jeito, eu acordava e acabava vindo pra rua de novo.

E o que é que chama tanto?

L: [risos]. Ah é que cê vê os cara tudo ganhando dinheiro, parece que é tipo um vício quando você entra. Parece que você não consegue sair.

Você é elogiado?

G: Ah, os cara gosta, né. Os cara, tipo, confia, né. Nós que é menor é como filho pra eles, né, meu. Os cara gosta, né. O bagulho os cara representa, né. Do mesmo jeito que no bagulho nós fecha de verde amarelo, os cara também fecha de verde amarelo. E se eu precisar dá minha vida pelo cara. O cara, não é só porque ele é patrão não, ele também vai dar a vida dele por

mim. Os cara fala: “enquanto cê tá aqui, o patrão tá lá de boa”. Não é assim não. O bagulho do mesmo jeito que se eu precisa dele, perdi minha arma, perdi tudo que eu tenho, chega nele “aí ô, preciso disso, disso, disso”. Na hora ele vai fortalecer arma, vai fortalecer isso, fortalecer aquilo. Ele vai colocar os melhor cara do nosso lado pra tá com nós ali no bagulho louco. Os cara também fortalece. Os cara fala que nós é aviãozinho, que nós é isso, rapaiz. Nós é união. O bagulho é uma corrente. O bagulho um leva outro. Do mesmo jeito que eu tenho que pagar ele, que eu tenho que pagar o frente, o frente tem que pagar o patrão. Do mesmo jeito que o frente tem que pagar o patrão, o patrão tem que pagar o patrão que ele deve. Tipo, tem que pagar outro patrão. E vai subindo, até chegar no... nunca acaba, o bagulho sempre tem um por cima assim. Tipo, eu sou um patrão, patrão forte. Mas como que eu vou ter droga se eu num pegar de outro cara. Como que aquela droga vai chegar ni mim. Eu tenho que pegar a droga de outro cara. Então, tipo, eu sou um patrão forte, mas mesmo assim eu vou ter um patrão pra pegar minhas droga. Mesmo se eu pagar no dinheiro, tem que ter um cara, tipo, tem que ter um contato pra pegar a minha grana pra ele descer pra minha quebrada. Daí aí assim vai. Eu pego minha droga. Vendo pra um cara, o cara pega a droga, vende pro outro. E assim vai. Sempre vai. Só indo. Abre uma corrente, né. União.

Eu falo do acolhimento ali do dono da biqueira. Tipo assim, você recebe elogios ali onde você vende?

C: Ah, lógico que recebe. “Nossa, você tá muito bem, tal”. Ele sempre elogia. Por isso que tipo assim, eles incentiva você tá aqui. Eles te incentiva, mas tipo assim, eles te ajuda. Se você tiver precisando de uma casa, eles vai no corre de uma casa. Que nem o meu patrão falou “cê quer uma casa pro cê saí daí”[da casa-abrigo]. Porque eu falava que eles queria me internar, eles queria internar a gente, quase conseguiram internar o [nome de um parceiro], mas sorte que ele bateu nos cara lá, deu uns murro no cara, os cara bateram nele, ele bateu nos cara também. Rebentou a ambulância por dentro e por fora. Daí ele conseguiu fugir, foi tudo machucado lá na biqueira lá. Eu tava lá na bica, nem sabia. Daí, dali a pouco fui ver, falei “nooossa, você é doido”. Daí ele: “vamo ficar ali no bar ali”. Aí fomo pro bar ali, ficamo ali esperando o patrão passar. Daí passou. Daí ele falou “não, cês quer uma casa, nós vamos arrumar uma casa pro cês, então, pros cês ficar de boa e tal”.

O patrão dá uma atenção...

C: Dá uma atenção. Tipo, se eles num te ajudar, é porque cê num anda na linha.

Então, só para eu entender, o abrigo não dá esse tipo de atenção?

C: Dá também. Mas só que, tipo assim, tem que vez que o abrigo é muito chato com nós. Agressivo nas ideia. Eles quer seu bem, mas tipo eles fala na agressividade, joga na cara as coisa, sabe. Tem um moleque lá que fala coisa sem saber, tipo, comendo coisa nossa, comendo coisa escondida nossa. Tem um educador lá que [...] ficava olhando pornô de noite. Eu peguei no flagra. Eu saí da boleia, vinha de noite lá, mano. Chamava “ô educador, deixa eu entrar tá muito frio aqui fora”. Era mais de meia noite. “Por favor, deixa eu entrar, por favor”. Chegava lá via o cara lá. Eu na hora endoidei, falei “nossa, o cara tá tirando”. Daí fui e filmei, peguei o S4, fí[posteriormente o sujeito mandou o vídeo para as instâncias superiores do abrigo e não houve resolução do problema].

Os espaços de tensão entre o “crime” e a família são comunicados de maneira evidente quando o sujeito J afirma que o grupo ao qual pertence se comporta como uma “grande família”, afastando-se da percepção de “quadrilha”, pois as suas relações vão além do que é ilícito. Levando em conta esses sentidos construídos, mesmo contra as advertências da avó para que ele não viajasse com o patrão, ele segue viagem, resultando em preocupação no espaço familiar. Nesse momento, as fronteiras do “mundo do crime” são demarcadas no ambiente familiar havendo uma disputa por legitimidade contornada na questão do jovem reconhecer ou não as censuras da avó. A confiança construída nas relações estabelecidas com o patrão colabora para que o jovem defina maior reconhecimento a ele. Essas disputas tornam-se mais acirradas quando o jovem ainda relata a punição que sofreu por faltar alguns dias no trabalho. A punição foi por sua falta de disciplina e para que o sujeito pudesse internalizar as consequências pela falta dela, ensinando-o a perceber que em face das decisões tomadas é preciso ter racionalidade, pois elas promovem consequências. O patrão lhe indicou um limite, mas ressaltando o afeto pelo sujeito. Entre essas questões, o jovem reconhece nesse espaço de interação a censura do patrão, acreditando que é certo aceitar as regras postas no jogo, contrariando as advertências da avó, tendo como motivação a forte integração do grupo, os elogios recebidos pelo patrão e pelos colegas. Esses mesmos espaços de tensão também são criados no universo familiar de L, e a advertência dos pais, por mais que o faça refletir, não substitui os elogios, incentivos vindos dos parceiros e, assim, tornando-se “considerado”.

O sujeito G segue as mesmas linhas de raciocínio do J e esclarece a união existente no grupo. Ressalta que os jovens são vistos pelos patrões como se fossem filhos deles. Somando-se a isso, invoca uma relação bastante funcional do grupo de solidariedade e interdependência, sob o significado de união. Afirma que “os cara representa” tendo como foco uma imagem a ser idealizada e seguida, tomando como referência as hierarquias. Nesse sentido, apreende-se as relações de poder e as definições de legitimidade, já que o sujeito reconhece por que é importante seguir e incorporar as regras determinadas pelo grupo. Por intermédio das hierarquias, explica por que é importante respeitá-las, visto que as interações são estabelecidas sob uma mesma linguagem: *“do mesmo jeito que no bagulho nós fecha de verde amarelo, os cara também fecha de verde amarelo”*, explicando assim a confiança que ele dirige ao grupo. Por isso, levanta críticas sobre o motivo de os “outsiders” avaliarem os jovens no tráfico como “aviãozinho”, o que denota a ideia de que esta condição é direcionada para um garoto que não pensa, que não planeja, como se estivesse aliciado pelos donos das biqueiras. O jovem desconstrói esta visão de mundo, pois tem noção das decisões que ele

toma na vida cotidiana. O “mundo do crime” é o ambiente de “fortalecimento” e segurança, visto que os jovens convivem sob forte integração.

Do mesmo modo, sobre o questionamento de o abrigo também dar a atenção aos jovens, C responde com uma pergunta implícita: como confiar em uma instituição que em alguns aspectos não cumpre com o seu papel educativo e protetivo? O sujeito está invocando em suas palavras a questão de proteção e segurança. Ele não nega a importância da casa-abrigo em sua vida e na de seus pares, e relata várias situações as quais reconhece o papel do abrigo na vida dos jovens. Porém, ao mesmo tempo, ele levanta críticas das condutas, principalmente quando menciona as agressividades e também ao questionar se o educador do abrigo “está tirando” por não estar cumprindo com o papel de educador. O resultado foi uma denúncia dada por C às instâncias superiores, não havendo medidas para sanar o problema. Ele “endoida” porque sabe que o educador não estava cumprindo com o seu papel e que as denúncias não haviam sido ouvidas, entrando em jogo a confiança, o reconhecimento dado a esta instância, a qual, na realidade, cumpre o papel de família. Por conseguinte, contrapõe-se às situações vivenciadas no abrigo e a “atenção” dada pelo “patrão”, assumindo mais um papel de escuta do que de punição e agressividade. Em meio ao conflito no qual o colega se vê diante de uma internação compulsória, o patrão entende a situação dos garotos e sugere uma moradia. Ao mesmo tempo, o interlocutor enfatiza o incentivo que recebe por intermédio de elogios, o que pode ser negado nos outros espaços da sua vida cotidiana. Entre esses aspectos, a disputa de legitimidades também se faz presente, o que auxilia C a equacionar quem é mais certo para direcionar sua confiança, tornando-se a sua percepção tensa, delimitada por fronteiras possíveis de atravessar simultaneamente.

3.4.2 Entre o “Mundo do Crime” e a Escola

Esta seção trata das relações travadas pelos sujeitos na escola, tendo como base a influência mútua entre o espaço familiar, como um ambiente privado, mas composto por questões sociais; e a escola como uma extensão para a vida pública, que contribuirá para os jovens entenderem os papéis sociais que deverão exercer. Diante disso, as interações sociais na escola serão também centrais para que os sujeitos possam definir significados sobre as circunstâncias nas quais se inserem, especialmente em relação à sua posição social diante da sociedade. É também por intermédio desse jogo de interações que o jovem definirá o seu “eu” no “mundo”, construindo o *self*. Portanto, a escola é um lugar que contribuirá para que o

jovem amplie a sua percepção sobre os significados em relação às circunstâncias que o cercam.

Outro ponto importante a destacar é que a família não pode ser apreendida como desconexa de uma realidade social mais ampla, visto que a escola e a vizinhança também são contextos construtivos no processo de socialização e são moldadas pelos contrastes sociais da cidade em estudo. Esse processo de socialização não será visto nesta pesquisa como algo em que o sujeito somente recebe informações e se direciona aos contextos de maneira impensável. Utilizou-se o conceito de interações sociais, pois a realidade é apresentada por intermédio de conversas, explicações, sensibilidades, que contribuem para que a criança comece a observar o seu mundo e questioná-lo. Quando jovem, essas interações vão moldando significados que põem em julgamento o que poderá ser usado como instrumento, ou não, para o decorrer da vida social.

As questões referentes à falta de orientação e ao cuidado dos responsáveis se desdobram nas da educação escolar. Seja no caminho da escola desde criança, quando se encontram com as fronteiras do “mundo do crime”; ou quando a escola perde o sentido, pelo fato de não haver incentivo por parte dos responsáveis ou atenção, estímulo e acolhimento da própria escola nas questões que ocorrem no cotidiano escolar. Diante do exposto, os sujeitos A, J, C e F esclarecem essas considerações. As situações vivenciadas pelos sujeitos interferirão no significado construído em torno da escola, sendo prevalentes para que o “mundo do crime” ganhe maior sentido.

Explique-me melhor o que o despertou na época para entrar no crime?

J: É que eu passava para ir para escola todo dia por esse caminho, aí eu via os moleque lá, sabe? Daí um dia eu soltando pipa lá, pá, daí eu vi os moleque vendendo. Sentei lá, fiquei parado. Daí eles veio: “ô molequinho”, tal. E daí foi pá, tá ligada. No outro dia coleí lá, fiquei soltando pipa, e um dia eu pedi pra vender droga. Tava sem, tava tipo triste, sabe. Nem aí com a vida mesmo, meu. Minha mãe separou do meu pai, era o que eu mais gostava.

Assim, você mora no [bairro de moradia do interlocutor], certo? Você estuda lá?

J: Ah, esses tempo eu num tava estudando não. Parei na 4ª série [um pouco tímido na resposta]. Quando mais ou menos eu comecei a vender droga, eu larguei os estudo.

Começou muito novo então...

J: Comecei.

Com quantos anos?

J: Quando minha mãe se separou do meu pai. Uns 8 anos.

Você estava em qual série?

J: Tava... [pensa um pouco]. Eu nem lembro que série eu tava. Faz muito tempo [provavelmente 3ª série do fundamental].

E você saiu da escola por quê?

J: Num é, porque eu ficava vendendo droga assim, sabe. Comecei a me empolgar, ganhar dinheiro, sabe. Daí eu esquecia da escola. Aí eu faltava: “num vou hoje não”, “ah, num vou hoje não”. Aí o dia que eu fui lá, já tava expulso.

E você gostava de lá?

J: Gostava. Mas porque, sei lá, depois que minha mãe separou do meu pai fiquei muito triste, chorei bastante, pá.

Você ia à escola e apanhava?

C: E eu ia pra escola certinho, eu passava de série e meu pai me espancava. Minha irmã, nunca passava de série, nunca fazia nada, não arrumava a casa direito, não fazia nada certo, e nunca bateu nela. Eu endoidava com isso, fí. Eu ia pra escola, se empenhava, tipo, se dedicava bastante, queria um serviço, trabalhava com o meu pai dia e noite. Chegava de noite do serviço, trabalhava com ele de jardineiro, pesava no sol quente, do nada, e ele me batia. Isso eu tinha uns 10, 11 ano. Daí eu comecei a enjoar da cara dele, comecei a pegar birra, e ele olhava pra mim na maldade já, tipo, na maldade memo, eu endoidava.

Você frequentou escola?

F: Frequentei.

Onde?

F: [risos]. Ah, quando eu parei de estudar eu tava no [colégio proveniente do bairro de moradia do interlocutor]..

Parou em qual série?

F: 6^a.

Sexta série?

F: É, eu caí na cadeia.

Você parou?

F: Parei no fundamental.

Por que aí você foi preso pela primeira vez?

F: Não. É porque eu tava vendendo droga.

E a escola não era interessante?

F: Nem gostava de estudar.

Por quê?

F: Não. Cê é louco. Escrever. Agora eu tenho vontade de estudo, né. Antes eu num tava nem ligando.

E como você era na escola?

A: Na escola eu até ganhei prêmio na olimpíada de matemática. Que eu era inteligente pra caramba.

E estudou até qual série?

I: Até o nono.

E você saiu em qual ano?

I: 2015, alguma coisa assim. Mas ainda depois das minhas outras passagem eu saí eu voltei a estudar no CEEBJA [educação de jovens e adultos]. Também da outra passagem acho que antes do 157 eu tinha parado e já voltei também.

[...]

E você estudou no [colégio da região de moradia do interlocutor], você falou. Como que era lá?

I: Gostava de estudar lá. Mas eu acho que eu gostei mais de estudar no CEEBJA.

Você gostava porque se identificava mais?

I: Não. Porque lá, tipo assim, eu sou alto entendeu?

Os depoimentos dos interlocutores transmitem as circunstâncias dos riscos, por caminhar até a escola sozinho e por causa dos novos contatos sociais. A falta de perspectivas, de incentivos provindos da família de origem contribuiu para que houvesse mudança nos sentidos construídos em torno da educação escolar, pois é preciso que tanto a escola quanto a família apresentem os objetivos e as motivações que a fazem existir, e, assim, tornar-se importante para as crianças e os jovens. Mesmo quando há um bom desempenho apresentado pelo interlocutor, conforme ele vai se desenvolvendo, percebe que aquilo não lhe faz sentido, pois não há orientações de que é importante. Consequentemente, o fato de se dedicar boa parte do dia à escola, ter de escrever e ler parece não ter sentido para os interlocutores, que não se reconhecem no ambiente escolar. Porém, atualmente, quando questionados sobre o estudo ou por que pararam de estudar, eles possuem uma visão mais ampla sobre isso. É possível apreender quando o sujeito J se sente tímido em falar sobre isso, e o sujeito F muitas vezes responde às questões por meio de risos, os quais podem ser traduzidos também em sentir vergonha. Isso significa que, na atualidade, os jovens perceberam que a educação escolar é importante e ela entra como um plano na vida deles. Coexistindo com os dramas sociais no período juvenil, conseguiram traçar um significado no entorno da educação escolar, embora a continuidade nos estudos seja interferida pelas situações vivenciadas no cotidiano, principalmente quando já estavam nas demarcações internas do “mundo do crime”.

Diante disso, a escola já se encontra abandonada ou ela é complementada à vida social do jovem entre idas e vindas. Depois de o sujeito A ter se integrado ao “mundo do crime”, essa realidade para ele passa a ser comum. Por um momento, a escola permanece longe dele; em outro momento, ela aparece novamente como um símbolo de expectativas. Porém, ao viver uma série de situações no “mundo do crime”, a fala de A revela que o retorno à escola é composto por um significado diferenciado do que tinha antes. Não se identifica mais com a escola anterior, pois ele explica que “é alto”. A questão da altura transmitida pelo sujeito sugere que ele não se sente encaixado mais aos jovens da mesma idade que a dele no ambiente escolar, que não se identifica mais com aquele público. Em vista disso, a idade não tem como ser algo relevante para o sujeito, e sim a sua condição social. No percurso da educação de jovens e adultos, ele se sente mais próximo daquele público, uma vez que a construção de independência em sua trajetória faz com que encare a educação escolar de modo diferente. Portanto, se vê como maduro em face de outros jovens com a mesma idade. Em outras palavras, ser “alto” supõe que a estatura o identifica como alguém mais velho e que se aproxima do público da educação de jovens e adultos. Somando-se a isso, a sua trajetória

também o leva a se aproximar desse público, uma vez que as questões dadas na vida social não escolhem as idades de modo natural.

Ao mesmo tempo, em outros relatos, a escola parece não desempenhar um papel de proteção dos sujeitos, pois, em vez de ser um momento de aprendizado intelectual e social, torna-se um espaço de conflitos, em que é perceptível a não mediação deles por parte daqueles que são responsáveis pelo plano pedagógico. Geralmente, os conflitos se iniciam fora dos muros da escola e se estendem para dentro dela, e, conseqüentemente, há a formação de grupos com vistas à proteção dos integrantes (ABRAMOVAY, 2004), e as motivações dadas nesses conflitos são por uma diversidade de circunstâncias, desde a briga pelo jogo de burquinha; por um simples olhar; pela estatura baixa ou ser visto como “fraco”; e também os conflitos são gerados por causa dos relacionamentos com as meninas. Para compreender essas questões, seguem os depoimentos dos sujeitos da pesquisa:

Você parou de estudar com quantos anos?

L: Eu tinha... Deixa eu ver... Faz 3 ano que eu não estudo. Daí com 11 ano.

Agora você tem quantos anos?

L: Tenho 15. Com 12 ano eu parei de estudar.

Por que você parou de estudar?

L: Ah, eu não gostava muito daquela escola. Eu brigava um pouco, né. Aí teve um dia que eu fui expulso de lá. Daí eu falei pra minha vó transferir eu de lá, né. Porque eu já não tava muito nem aí pra escola. Daí a minha vó ia transferir eu, só que na outra escola não tinha vaga. Daí eu acabei desistindo.

Você é muito briguento?

L: É [risos]. Um pouco, né.

Na escola você brigava e dava porrada?

L: De porrada. É. [risos].

Por que a escola é chata?

L: Ah porque eu não gostava muito daquela escola, por causa do povo de lá, né. Das molecada, porque eu brigava demais com os piazinho lá, né.

O que eles faziam?

L: Ah, nós não se dava muito bem, né. Tinha uns piá que era mais pá, que era mais grande, aí queria forgar comigo que era mais pequeno, né. Daí eu já não conseguia ficar se rebaixando pros outro, né. Daí eles acha que é mais grande, aí ia querer forgar, daí eu já saí pra forgar com eles também.

E, assim, por que exatamente vocês brigavam?

L: Tinha uns piá lá que eu tinha treta lá da rua já.

A treta da rua era exatamente sobre o quê?

L: Por tudo. Qualquer coisa nós tretava. Por causa de pipa, burquinha, esses negócio aí sabe. [risos]. Nós ficava brigando. Daí os que era mais grande queria forgar comigo. Daí pra você não se rebaixar, acabava brigando. Se defendia, né.

Você tinha um grupo?

L: É. nós tinha um grupo. E tinha outros piá [outros garotos] que também tinha os deles, né.

Aí vocês entraram em conflito...

L: É.

E eram muitos grupos?

L: Não. Mas o mais pá era os nosso mesmo. Que tinha um pouco na escola. Daí teve um dia que eu fui expulso de lá por causa disso. Por causa de briga, esses negócio.

Até qual série você estudou?

E: Até a 6ª série.

Você estuda ainda?

E: Eu parei.

Quando você parou?

E: Ah, ano passado eu parei.

Por que você parou?

E: Ah por causa que eu tive uma briga lá que eu parei.

Com quem?

E: Com uns moleque.

E você gostava de lá?

E: Ah eu gostava. É, não, gostava. Mas aí fui me perdendo assim, sabe? Aí depois eu num fui mais. Aí foi quando eu me envolvi com o “mundo do crime”.

Sobre a briga que você teve na escola. Tem alguma coisa a ver com a rua, briga entre grupos. Por exemplo, a sua rua é tretada com outra?

E: Não. Foi por causa de menina.

Uma namorada que você tinha?

E: é. O cara tava dando em cima dela.

E você chegou a agredi-lo?

E: Agredi. Bastante, né.

E ele sobreviveu nessa?

E: Sobreviveu. Mas aí ele se mudou pra São Paulo, né?

E a menina?

E: A menina daí depois ela largou de mim também. Fiquei sozinho. Eu também fiquei de boa.

Isso foi quando?

E: No final do ano passado [2016].

Os relatos demonstram que os jovens, ao frequentarem a escola, se debatem com reproduções de situações que estão fora dela. Desse modo, os conflitos existentes na rua se refletem na escola. Na construção social dos garotos, abordam ainda o contexto de interação na construção da masculinidade. É preciso aprenderem o papel social do que é “ser homem”, levando às problematizações das discussões de gênero que se amparam nas relações de poder. Portanto, é por meio dessas definições de papéis que serão construídas as características de masculinidades, que se dividem entre a hegemonia masculina e a subordinada (KIMMEL, 1998; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013). Um garoto que possua uma posição de “fraco” diante desses papéis sociais vai se encontrar na condição de subordinado. Enquanto aqueles considerados “fortes” ocuparão posição de hegemônicos. Na construção dos papéis sociais, o sujeito considerado “fraco” precisará comprovar a sua posição de homem ao não aceitar as rotulagens que são dirigidas ao seu respeito, com buscas a garantia do poder. É o que conta os relatos de L, que, nas interações diárias, é preciso

sempre mostrar que sabe se defender e que não é aceito ser um perdedor, mesmo que seja em relação a um jogo de burquinha. A saída para estas situações cotidianas é se integrar a um grupo de jovens que estavam sob uma mesma condição, com vistas à proteção e à garantia do significado masculino dominante. Por sua vez, esses espaços de masculinidade também podem ser evidenciados quando E conta sobre a sua briga, por causa de uma namorada que ele tinha. Ao deixar outro garoto se aproximar dela, ele não estaria assumindo uma posição hegemônica diante da situação, desembocando em conflitos para definir quem garantirá o papel de subordinado e de hegemônico, ou seja, quem é que manda e possui o poder da “força” em face dessas circunstâncias, principalmente em relação à figura feminina. Por esse viés, os jovens precisam assumir uma representação do “eu” diante dos outros, amparando-se na perspectiva da construção social do que é “ser homem”. É preciso vestir uma máscara para representar alguém “briguento”, que não leva desaforo para casa, considerado um sujeito “forte” e que sabe se defender. Os conflitos se refletem para dentro da escola e a falta de resolução e/ou mediação desses problemas faz com que ocorram a evasão escolar e a falta de interesse em continuar os estudos. No que se refere à escola, a resolução do problema é dada de maneira imediata ao expulsar o aluno. Por esse ângulo, o jovem não se identifica com a escola, tornando-se um ambiente com poucas expectativas.

Nesse sentido, a escola também aparece como figura central ao lado da família ao não prestar informações e orientações aos sujeitos, por haver falta de espaço de discussão e de diálogo. Portanto, a escola e a família na atualidade podem conviver com espaços em tensão, visto que o conflito existente é problematizado em torno das funções sociais que cada qual deve prestar à sociedade e à educação das crianças e jovens. Desse modo, Lahire (2004) mostra em seu estudo a necessidade de as instituições familiares e escolares estarem entrecruzadas para cumprir essas funções sociais, no que diz respeito não somente a desempenhar o papel da transmissão de conhecimento, mas também cumprir o papel de orientação e organização do processo educativo.

Somando-se a isso, outro ponto a destacar é o “efeito-vizinhança”, e, dependendo do lugar no qual a criança e o jovem residem, considerando como um cenário para as interações sociais e processo de aprendizado da vida social, sofrerá interferências no seu processo de orientação. Dependendo do lugar onde vive, o índice de abandono escolar pode ser alto; o índice de violência também; com pouco acesso aos outros locais da cidade. Desse modo, a criança e o jovem interagem em um ambiente bastante homogêneo, tendo pouco contato com outras perspectivas e visões de mundo (KAZTMAN, 2001). Por isso que, mesmo que Londrina tenha assumido um novo processo de formação urbana, tendo realçado a

questão da multipolaridade em detrimento da polaridade centro-periferia, ainda assim os locais permanecem afastados um dos outros, tornando-se altamente homogeneizados e contribuindo para a segregação socioespacial.

Um exemplo da questão da homogeneidade de lugares e dos efeitos-vizinhança, no que se refere às marcações sociais, pode ser visto por meio dos depoimentos dos sujeitos pesquisados B, G e F, quando contam as interações estabelecidas nas escolas que frequentaram. O sujeito B estudou em uma escola pública bem conceituada na cidade de Londrina, em razão das médias garantidas pela escola nos exames oficiais, como o ENEM (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO) e a Prova Brasil, que mede o índice do IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA). Esta escola não está localizada no centro da cidade, mas nas proximidades. Já o sujeito G frequentou uma escola localizada na região central, também pública, mas que não teve o mesmo desempenho nos exames oficiais que a escola de B. Uma das características desta escola de G é que, por ser localizada no centro da cidade, ela acolhe uma diversidade de alunos provindos de diversas regiões da cidade. O intuito em relação aos depoimentos é apresentar o que os jovens relatam sobre as marcações sociais que sofriam na escola, no que se refere a estereótipos e a estigmas. Por intermédio disso, apreender os momentos nos quais a escola passa de um lugar de socialização e construção do “eu” para um lugar de deterioração do “eu” (GOFFMAN, 2017) e de “proibição de ser” (DAYRELL, 2003).

Você estudou até qual série?

G: Eu estudei até o 6º. Estudei no [colégio da região central]. Daí eu fui expulso de lá.

Por que você foi expulso?

G: Ah eu faltava demais, faltava um monte. Daí eles num quis mais aceitar eu.

Faltava bastante. Aprontava. Brigava direto com os piá. Os boyzinho, eles é forgado. Eles quer pagar de metidinho, rapaiz, pá. Eu brigava com os boyzinho.

Explique-me o que eles faziam?

G: Ah sei lá, eles ficava muito cheio de graça. E nós pulava no soco com os boyzinho.

E eles ficavam fazendo o quê exatamente? Tipo, ficavam xingando os outros?

G: É provocando, fazendo graça: "tenho dinheiro", "tenho mais situação de vida assim ó". Eles faz graça. Daí eu endoidava.

E isso tinha a ver com o bairro onde você morava?

G: É. Eles é forgado, rapaiz. Boyzinho. Vixe, quando eu trombo um boyzinho, vixe, eu já roubo eles. Porque eles é forgado, rapaiz.

Você não gosta?

G: Eu num gosto de boyzinho não. Eles acha que porque nós é da favela, nós num tem condição de trocar uma ideia com eles. Pá, o bagulho é se desfazendo de nós. Chega perto e já faz cara de nojo, rapaiz. O bagulho

acha que nós é pá, rapaiz. Tira nós pra algum bicho, algum bagulho pá, rapaiz. Se desfaz. O bagulho já ficava bravo, vixe.

Você parou em qual série?

A: Na 5ª série.

Por que você parou?

A: Bom, primeiramente lá no [colégio próximo à região central, porém mais situado à região leste], já num gostei. Só tem gente chata lá, metida. Aí eu já arrumei treta, já fui expulso. Tentei vaga aqui no [colégio da região do interlocutor], aqui em cima, deu um mês e eles, os professor já começou atormentar. Falei, vou parar de estudar, tá tirando. Eu já parei já.

No [colégio próximo à região central], conte-me a história do que é ser gente metida...

A: Ah, tudo cheio de, por exemplo, tudo patricinha, playboy, teve tudo do pai assim. Por exemplo, eu num ia tudo bem vestido. Ia, colocava um short, tinha vez que eu ia até de chinelo. E tinha gente que queria folgar só por causa disso. Arranjei briga lá. Nariz empinado, só quer pagar de crescer pro meu lado. Eu já num gostava.

Humilhavam você.

A: É. Tá ligado quando cê tá passando assim, os cara chega trombando de propósito. Tem gente que fazia isso, tinha gente que ficava tirando sarro, por causa que desde os 10 ano eu ripo [vendo] droga, fumo maconha. Aí já ficava tirando sarro por causa disso. Aí, duas vez eu acendi um baseado no meio do recreio, né. Comecei a fumar lá dentro.

Aí pronto...

A: Aí pronto. Aí já fui expulso já.

Diante do exposto, a escola, como um espaço público e de interação, é um local no qual a criança constrói de maneira mais ampla a percepção dela diante da realidade. É a partir desse momento que também são criadas as identidades sociais, ou seja, a posição do sujeito e o como se apresenta em face da realidade. Quando a identidade do sujeito é descoberta, sofre reações dos alunos em questão. O modo de se vestir, o jeito de se comportar e o local de moradia passam a ser características de sua identidade social. Por isso, as situações de humilhação e violência vivenciadas pelos sujeitos na escola os transmitem uma posição de desacreditado (GOFFMAN, 2017), e existe algo manifesto nos sujeitos que os tornam dotados de marcas deterioradas, não sendo possíveis, naquele momento, de esconder. O fato de frequentar a escola é um processo marcante para B e G, visto que, nesse ambiente público, eles encontram novas interações sociais que reagem às suas características. A expulsão dos colégios nos quais estudaram apresentam características de um ambiente que não soube os acolher, entender as suas trajetórias e não conseguir criar sentidos positivos para que pudessem continuar ali. Estes depoimentos revelam também o problema da homogeneidade social relacionados aos lugares de moradia, uma vez que esta homogeneidade é criada pelo fato de os encontros com a heterogeneidade serem bastante conflituosos,

principalmente o que sugere o sujeito G quando menciona que aqueles que são oriundos da “quebrada”, da “favela” são vistos como não possíveis de estabelecer um contato, conversar sobre algum assunto, fazer amizades. Ele articula essa ideia com o fato de serem vistos como “bichos”, como se não houvesse modos de pensar e agir sobre a realidade, obter percepções em relação ao mundo que os cerca e ser capazes de estabelecer relações com aqueles que residem em outros locais da cidade ou pertencem a uma camada social mais elevada que a dele.

Diante desse paradoxo, a questão do *self* começa a ser problematizada nesta pesquisa. Até aqui, o *self* é o significado que o sujeito constrói sobre si no mundo, na realidade na qual ele se encontra. Porém, nas interações sociais na escola, que é um reflexo das contradições da própria sociedade, é possível apreender que o *self* criado não é pelo sujeito pesquisado, mas pela reação daqueles que se encontram nos espaços de interação deles. Em vez de o sujeito construir o seu “eu” no mundo, ao tomar decisões, ao criar expectativas, são os outros sujeitos que lhe definem quem ele é no mundo. Diante disso, pelo fato de o sujeito conviver com os julgamentos dados pelos outros, o seu *self* torna-se deteriorado, tornando a sua capacidade de se construir socialmente, proibida. A escola se apresentará como um palco no qual o sujeito definirá situações amparadas na representação do “eu” e “eles”, o que os separam sob demarcações postas pelas interações sociais e entendimento de mundo de ambos os lados. Como a escola torna-se um palco, os interlocutores assumem papéis para encobrir a condição de estigma. Para se livrarem do papel social de subordinado, necessitam assumir uma identidade que os tornem respeitados, sendo o uso da força um instrumento para manter o papel social sólido e reconhecível para eles e para os outros, nesse contexto. A mesma situação pode ser explicada no que diz respeito a acender um cigarro de maconha no intervalo da escola, visto que esse é o meio encontrado pelo interlocutor de apresentar-se à vida pública, de reagir ao modo pelo qual os outros colegas o tratam.

Conforme o jovem vai se reconhecendo no mundo, não significa que ele observa as questões da escola desconectada de suas questões socioeconômicas que o cercam, por isso o jovem tem a capacidade de analisar a sua realidade, levando em conta os contextos mais amplos, sobretudo a representação que tem de o governo não “fortalecer” aqueles que necessitam. O sujeito A, portanto, faz a sua análise da questão de o jovem não receber apoio financeiro das instâncias governamentais como incentivo para frequentar a escola. E para fechar, o sujeito L demonstra porque confia mais no “mundo do crime” diante dessas questões governamentais.

Por que você acha que os jovens se envolvem na criminalidade?

A: Falta de opção de trabalho de vez em quando. Porque uma mãe, um pai num pode ter uma condição da hora. Se até o governo fortalecesse pelo menos umas coroinha[as mães], que faz por merecer há muito tempo. Faz muito tempo que tão trabalhando aí, se eles fortalecesse um salarinho da hora em vez de ficar roubando aí ó. Ou dividir um daqueles 1 bilhão aí que eles rouba aí. E dividisse o negócio aí por um pouco de gente aí. Nós num ia precisar tá roubando não. Só fortalecesse nós um pouco mais. Vamo dá pros cara que estuda, pelo menos, uns 300 real pra cada um ali, que vai pra escola direto e tira nota boa. Vamo ver se vai ter ladrão. Vamo ver se vai ter traficante. Os cara vai falar "o que, rapaiz, fica com as suas droga. Tô de boa. O dinheiro que você pode me dá, eu consigo na minha escola. Por que eu vou ir roubar? Por que eu vou ir traficar?". Por causa disso que nós faz isso. Nós precisa. Você vê a necessidade batendo na porta assim, sua mãe morrendo. O que você vai fazer? Eu num consigo ficar parado e assistir. Ficar panguando lá. Eu não. Já tenho duas perna e dois braço. Já vou pro corre já. Já cato um kit de droga. Vou ripá. Aí falo pro cara "deixa essa arma comigo", ele diz "o cara vai desacreditar, menor, você vai catar?", eu falo "não, deixa comigo, você vai ver se eu num vou voltar de carro aqui", já falo desse jeito já pro cara já. Olhando no fundo da bola do olho dele. Ele já solta ni mim: "tô, menor, vamo lá ver então". Nós volta, fí, se nós num volta só quando nós cai preso. Mas nós volta. A maioria das vez nós volta. Porque num é a primeira a dar errado. Pode ter certeza. Não é a primeira vez. Já roubei várias.

Se eu pegar essas pessoas da prefeitura, do governo, enfim, e esse pessoal que faz parte do crime, você confia mais em quem?

L: [risos]. Nos cara né. Porque os cara o que eles falar tá falado. Quando eles fala que vai fazer alguma coisa eles faz, né. Tipo, a prefeitura tem vez lá que os prefeito, esses negócio, vai nas quebrada e fala, vou fazer rua, fazer isso, fazer aquilo e acaba não fazendo, né.

E você tem alguma história para me contar sobre o que os caras prometeram e cumpriram?

L: É quando eles fala que vai fazer alguma coisa pra comunidade, pras quebrada eles faz.

O que por exemplo?

L: Ah, tipo, festa, esses negócio assim pras criança, que eu acho muito da hora, né. Os cara trafica, tudo mais, mas eles não esquece das criança. Natal, Ano Novo, Dia das Criança, Dia de Páscoa, eles se reúne lá todo mês que é do crime, e cata uma boa quantia de dinheiro e compra uns negócio pras criança. E ajunta, tipo, um lugar lá, que eles vai chamar as criança da quebrada pra eles doar as coisa pras criança. Os pessoal que não tem muito dinheiro, né.

E você já foi?

L: Eu já fui algumas vezes.

E você já estava envolvido?

L: Já tava envolvido.

E você curtiu?

L: Curti. É muito da hora ver a felicidade das criança.

Na sua época de criança tinha isso?

L: Ah, na minha época não tinha muito. Quando eu era criança, esses cara não era de lá ainda. Era mais em escola esses negócio mesmo. Malemá nas escola.

Diante dessas avaliações que fazem em relação ao governo, o qual não “fortalece” aqueles que necessitam, o “mundo do crime” acaba disputando as construções de legitimidades. E o “mundo do crime” estimula e confia no jovem em detrimento da estimulação e incentivo dos aparelhos governamentais em relação à escola. O jovem A pondera que, se houvesse estímulos para que os jovens continuassem na escola, boa parte não se “envolveria” no “mundo do crime”. Somando-se a isso, L, quando questionado sobre em quem ele mais confia, se nos integrantes do “mundo do crime” ou nas ações do governo, ele direciona esta confiança ao “mundo do crime”. Nessa perspectiva, inserem-se as relações de poder. As ações governamentais são pouco evidenciadas na vida social do jovem, enquanto o “mundo do crime” é visto como aquele que cumpre com o que fala. As relações de poder estão incorporadas nesse jogo de definições de confiança, pois o governo, na concepção do jovem, não constrói sentidos para ser reconhecido. A distribuição dos brinquedos pelos “traficantes” faz com que as crianças já construam a confiança sobre esses indivíduos, contribuindo assim para a designação de legitimidade, construindo uma relação de confiança com o “mundo do crime”, e as ações de governo são relegadas a segundo plano.

Dentro desse quadro de análise, o “envolvimento” com o “mundo do crime” torna-se mais evidente, a partir do momento que ele demonstra ações mais reconhecidas. Diante de questões socioeconômicas, ele surge como uma saída para o jovem das condições de estigma e exclusão. Para enfatizar melhor essas questões, segue a seção cujo intuito é discutir a questão do “mundo do trabalho” e a “vida no crime”.

3.4.3 Entre o “Mundo do Crime” e o Mundo do Trabalho

O “mundo do trabalho” como subcategoria analítica é a centralidade determinante para as condições socioeconômicas nas quais os sujeitos se encontram. O trabalho aparece na vida social dos jovens como símbolo de honestidade e satisfação, mas também como sofrimento e exclusão. Estão em contato com situações de desemprego ou empregos precários contornados por más condições de trabalho e baixos salários, seja pelas pessoas que estão próximas, seja pelos próprios jovens.

A partir das experiências dos sujeitos, pode-se afirmar que estão inseridos em um processo não linear de construção social para a vida adulta, contrariando as expectativas das normativas estatais no que diz respeito à juventude, as quais estão baseadas na crença de que é importante assegurar para todos os jovens as condições de igualdade no que se refere ao processo de “vir a ser”. Portanto, as condições sociais sugerem não tratar a idade como algo

natural, pois os enredos sociais nos quais os jovens se encontram podem ser problemáticos devido às condições de desigualdades socioeconômicas, o que é denominado por Dayrell (2003) como um processo de “proibição do ser”. Desde tenra idade os sujeitos pesquisados encontram-se em situações de riscos e exclusão, diante das quais passam por um processo de busca por independência e autonomia financeira. Esse processo é visto conjuntamente com as interações sociais dadas a partir do espaço familiar, como reflexo de questões socioeconômicas mais amplas.

Assim, o encontro com o “outro” delineia perspectivas de questionamento sobre si mesmo, o que serve de base para o entendimento diante do mundo que lhe é apresentado. Por meio das interações sociais mais amplas, que se iniciam na escola, no convívio com a vizinhança e nas demarcações dadas juntamente à cidade, o jovem se questiona, avalia, indaga a sua condição diante das circunstâncias apresentadas nesse contexto, e se cobra sobre o papel que deverá desempenhar perante essas situações que se configuram em necessidade de dinheiro, contribuição com as contas domésticas, a não aceitação de dependência dos responsáveis, os quais são vistos por eles como aqueles que trabalham por longos períodos e recebem pouco para manter a sobrevivência. Nesta seção, serão expostas as questões que englobam as ponderações dos jovens sobre as questões socioeconômicas da família, e, assim, pretende-se mostrar que o “mundo do crime” apresenta-se como possibilidade para os jovens de garantir dinheiro e suprir as suas vontades e necessidades diárias. A esse respeito, foram selecionados os depoimentos de B, G, L, J, A, H e I:

E sua mãe, quando chegou a Londrina, ficou cuidando sozinha dos filhos?

A: E agora ela tá doente. Ela tem Lupus. Sabe o que é Lupus? É uma doença degenerativa. Que num tem cura no corpo. Daí só agravando. Daí ela tem que ficar tomando um remédio mór forte, tarja preta. Tem que pagar. Ela trabalha numa firma, que é umas cadeira assim, que nem a que nós tá sentado, e é de costura[as cadeiras em que estávamos sentados eram escolares, de madeira]. Ela ficou muito tempo sentada e a coluna dela fez um S. Daí já tava afastada né. Daí cortou agora o benefício.

Por que começou a vender? [no caso, por que ele começou a vender drogas]

B: Ah sei lá. Todo mundo ficava ganhando dinheiro. Eu num gosto de ficar pedindo dinheiro pro meu pai. Por exemplo, tem gente que é normal: pede dinheiro pro pai, o pai já ranca um galo, um peixe, uma nota de 50, uma de 100 e já dá: "vai se divertir". Eu peço pro meu pai: "pai, dá 10 real". Ele "tó, 2 real". Aí isso daí pra mim já num ficava satisfeito, não. Eu queria ganhar dinheiro, eu queria eu memo comprar minhas roupa. Aí eu fui pro mundo do crime mesmo. Pra conseguir as coisa assim. Esses riquinho aí quando eles era criancinha, que cresce, com 18 ano ainda continua uma criancinha, porque

ainda continua ganhando tudo do pai. Tudo do pai mesmo. Nunca conquista nada. Normalmente esses cara assim, cê é louco, eu tenho até pavor.

Comparando com o seu irmão, você acha que foi mais livre, então? [o mais livre que eu quis dizer é para saber se havia restrição dos pais]

B: Eu fui.

Explique-me melhor isso.

B: Meu irmão é até na dele comigo. Mas, por exemplo, ele era livre, mas depois de um tempo ele parou de sair pra rua. Até hoje acontece isso. A única coisa que ele faz fora de casa é ir pra escola. Já reprovou 3 ano seguido. Ele chega em casa, fica assistindo desenho de criança. Fica tomando leite com Nescau pra dormir. Mãe que tem que servir alimento pra ele. Ah, aí eu já fico de cara. De vez em quando eu mesmo já dou: "ô parceiro, se toca rapaz. Se um dia o pai morrer, e pá, cê vai ser o quê?" Tem que se preparar desde cedo. Tem que já ir aprendendo a desenvolver desde cedo. Imagina? O dia em que meu pai morrer? E ele nessa de ficar assistindo desenhinho... Aí é ruim, heim, pra assim aprender trabalhar, tirar tudo essa preguiça que ele tem. Móia né, fica ruim aí, né.

E a sua mãe, trabalha?

H: Vixi, minha mãe trabalha um monte, ela faz buffet.

Ela trabalha em qual função exatamente no buffet?

H: Tipo, ela serve. Ela sai as vezes num sei quantas hora da manhã e volta as 3 da madrugada.

Aí você fica sozinho...

H: Não, com minha vó. Vixi, ela batalha um monte. Depois gasta. Bem dizer ela gasta comigo e com meu irmão. Eu num gosto que ela fica levando pra comprar as coisa pra nós.

Vocês se sentem mal com isso?

H: É.

I: É.

H: Mas num aceita nós pra trabalhar. Eles num aceita.

I: Menor, né.

H: Menor aprendiz eu quase consegui, mas só fazendo curso.

I: O curso tem que pagar também.

H: No buffet também, eu já fui lá umas 3, 4 vez só. Mas depois o resto eles num deixa entrar. Só em festinha, tipo assim, de criancinha, infantil assim. Festinha de criancinha assim, que daí eu posso trabalhar. Mas agora também num pode mais.

Aí você desanimou...

H: É ruim, né mano. Ela sai de manhã. Ó, é ruim pra ela, né. Porque ela sai de manhã, e volta só as 3, as vez 4 hora da manhã. Fica pelejando. Depois, bem dizer, num dá pra nada, cento e pouquinho só. Só esse cento e pouquinho vai em compra, daí acaba o dinheiro.

Como você fica?

H: Pra mim eu num quero que ela, tipo assim, ela falou que era pra mim orar pra ela arrumar um serviço mais bom. Eu oro, mas não adianta nada.

E no seu caso. E a sua mãe, também trabalha? [Os sujeitos da pesquisa são irmãos, mas de mães diferentes].

I: Agora ela tá desempregada.

Por que você entrou nessa?

G: Ah, entrei nessa porque comecei cedo, o bagulho num tinha trampo. Minha mãe, tipo, falava pra mim: "te dou tudo". Mas ficar dependendo da minha mãe também o bagulho num pá, né. Porque minha mãe é faxineira. Minha mãe não ganha muito. Vou depender dela para comprar uma moto,

um carro pra mim. E como que ela vai sustentar o barraco, pagar uma conta, comprar mantimento, comprar roupa pra ela? Vou ter que fazer o meu corre.

E aí como despertou o interesse de entrar nessa?

L: Minha vó não tinha dinheiro, tal né. Daí fiquei pensando na cabeça: “ah, mas eu só vou ficar dependendo da minha vó, coitadinha dela, trabalha pra ficar me dando dinheiro”. Daí teve uns dia que os piá ia lá e me chamava: “ah, vamo catar uma fita?”. Falei: “ah, demorou”. Daí nós ia e acabava roubando. Tava sem dinheiro, sem nada, né meu. Eu sempre gostei de comprar roupa, esses negócio. Daí minha vó comprava roupa pra mim, mas também não era daquele jeito que eu gostava.

A sua avó faz o quê?

L: Ela trabalha de doméstica. Daí ela chegava do serviço, me dava dinheiro. Daí eu ficava pensando: “minha vó fica trabalhando pra ficar me dando dinheiro. Não dá muito certo”.

Não gosta de depender da avó, é isso?

L: Ah não gosto, né. É porque quando eu vendia droga, eu sempre tinha meus negócio. Daí quando eu paro de roubar, esses negócio aí, eu não vou ter tudo que eu queria, né meu. Daí a minha vó que trabalha, esses negócio aí, e eu não gosto muito de ficar dependendo dela.

Explique-me melhor a sua visão sobre os jovens envolvidos no crime.

J: Eu conheço um moleque, o pai dele tinha dinheiro, sabe, daí ele pediu pro pai dele “ô pai, me dá 70 real pra eu ir no cinema”, pá. Daí o pai dele tinha o dinheiro, mas não quis dar. Daí ele foi na mãe dele e pediu, daí a mãe dele deu 70 real pra ele, daí ele foi no cinema, e pá, se divertiu. Ele nem vendia droga ainda. Ele era skatista. Daí ele só foi no cinema, daí quando ele chegou em casa, ele ficou sabendo que os 70 real que a mãe dele deu pra ele, era dela pintar o cabelo. Era o único dinheiro que ela tinha. Daí ele falou pro pai dele “ô pai dá os 70 real pra mãe lá, ela me deu, e era dela pintar o cabelo”, e tal, e tal. Daí o pai dele “não, num vou dar nada não” e tal. Daí ele falou pra mim que tinha umas 3 bicicleta véia, sabe, quadro que o primo dele deu pra ele. Ele vendeu os 3 e devolveu os 70 real pra mãe dele. Daí nisso ele se revoltou. Que pedia dinheiro pro pai dele e num dava e ele queria divertir tinha hora. E foi lá. Pediu pra vender droga. Explicou a situação. Nós foi e lançou droga pra ele. Daí ele começou a vender. No primeiro dia dele vender droga, nós tava indo jogar *paint ball*. Nós chamou ele pra ir, sabe. “Ô, vamo jogar *paint ball*”, que ele falava que gostava, sabe. “Vamo jogar *paint ball* com nós?” Ele falou assim: “Ah, num tenho dinheiro” pá e pá. Daí eu tinha, falei: “eu pago pro cê, vamo com nós”. Fui e paguei pra ele. Ele jogou *paint ball* com nós, ficou feliz, gostou de nossa amizade, tá lá até hoje. Já passou por aqui, já puxou 6 mês. Não tinha nenhuma passagem, estudava, tava no 9º ano, era skatista, usava aqueles boné aba reta, sabe. Skatista memo. Agora não. Agora ele já usa um cordão prata, já se empolgou, já se envolveu, tá lá.

Ostentação...

J: É [risos]. Tá lá. Muito louco, tem moto, antes não tinha.

E você gosta dessas coisas?

J: Ah num gosto não. Só achei que ele era meio que sofredô, sabe. A mãe dele, o pai dele num ligava muito pra ele, sabe? Só comia dentro de casa. Era raro ele comer um lanche, e tal. As coisa que ele pedia pra mãe dele, não dava. Eu não, quando eu pedia pra minha mãe “ô mãe”, ela dava vintão, trintão pra mim, coisa que num fazia com ele, sabe.

E o que você pensa que o levou a vender droga?

F: Ah, tipo assim. Minha mãe tinha falecido, aí de boa. Aí eu dava uns trabalho assim. Por exemplo, fui morar com o meu pai, daí sei lá, comecei a fumar maconha. Tipo, meu pai não me dava dinheiro.

Seria por questão de uso da droga?

F: Não. Sei lá, porque eu queria ter as coisa também, né.

Todos os depoimentos expõem as questões socioeconômicas em suas falas, ao mencionarem a precarização do trabalho, que conseqüentemente leva os responsáveis a ganhar pouco e não conseguir suprir aos anseios de consumo dos sujeitos. E também à questão do desemprego e problemas de saúde resultante das más condições de trabalho nas quais os responsáveis se inserem. Observa-se que o pai do sujeito B mantinha uma profissão qualificada e que garante um determinado *status* em face de outros interlocutores, por ser contador. Embora pareça que o sujeito conviva em um ambiente estável financeiramente, a depressão da mãe e os problemas de saúde do pai tornam o âmbito financeiro mais complexo, longe de significar estabilidade.

Pimenta (2007) problematiza em seus estudos que as mudanças sociais das últimas décadas afetam a construção social das juventudes, provocando um distanciamento dos processos lineares para a vida adulta. Estas mudanças sociais estão relacionadas ao acesso a tecnologias e qualificação do trabalho, que modificam as relações de trabalho, emprego e educação. Assim, as conseqüências para a juventude são de “prolongamento” na casa dos pais, desistindo do casamento como símbolo de trajetória para a vida adulta ou apesar de o indivíduo possuir uma profissão qualificada, o mercado de trabalho torna-se competitivo por não ter emprego para todos. Nesse mesmo processo de distanciamento do que é unidirecional, há as situações de “embaralhamento”, por meio das quais os jovens podem desistir dos estudos e depois retornar à escola, devido ao fato de precisar trabalhar desde cedo; ou escolher sair da casa dos pais, casar-se e posteriormente voltar aos bancos escolares, associando-se também com as questões de riscos e socioeconômicas. Não é possível pensar em um processo linear para a vida adulta, pois há necessidade de relativizar a posição do jovem diante de sua realidade, em razão das condições sociais as quais ele está sujeito, diante das demarcações de gênero, classe, cor, local de moradia. Tendo em vista os relatos dos pesquisados, pode-se afirmar que eles se encaixam nessa perspectiva do “embaralhamento”, devido a demandas por independência e autonomia desde cedo: seja porque os responsáveis convivem com situações de emprego precário, desemprego, doença na família; seja porque os jovens desde crianças já são submetidos ao abandono e risco, cujas circunstâncias contribuem para o entendimento e julgamento dessas questões por eles e os forçam a se inserir em um processo de maturação precoce.

O depoimento de B revela que, embora não se sinta confortável entre os “riquinhos”, é por intermédio do contato com eles que se tem uma referência de estilos de vida a ser seguido. Por isso, B não se sente satisfeito com o fato de o pai não seguir algumas condutas iguais ou semelhantes às de outros pais, por negar dinheiro para suprir os desejos materiais. Ele consegue atingir esta percepção por ter tido contato com outros jovens, os quais contribuíram para que ele percebesse o mundo de determinado modo, ao fazer comparações entre o mundo doméstico dele e de outros. Isso posto, “ter tudo do pai” é algo que não está de acordo com a realidade dele e dos outros interlocutores em razão dos riscos e abandonos sofridos e das questões socioeconômicas que os envolvem. Nessa lógica, construíram desde cedo artifícios de independência e autonomia. Isso pode os tornar bem diferentes de outros jovens da mesma idade. O interlocutor B também julga o comportamento do irmão mais velho, de 17 anos, como infantil e que não tem noção sobre os problemas que podem ocorrer, caso o pai faleça, como: não conseguir se sustentar, cumprir com as tarefas diárias domésticas e buscar experiência profissional. Em outras palavras, B se preocupa com as atitudes do irmão por não se “desenvolver” com vistas à independência financeira. No caso de B, trata-se de um jovem que atuou em interações mais intrincadas do que o irmão, assumindo um papel mais voltado à maturidade e experiência. B e os outros interlocutores são submetidos à busca pela independência e autonomia, de acordo com a posição que ocupam diante da vida pública e do modo ao qual essa vida pública reage diante disso. As situações sociais vivenciadas pelos pesquisados exigem deles um distanciamento da relação de dependência financeira, visto que se consideram um incômodo a mais na já conturbada vida dos pais. Somando-se a isso, desejam produtos e acesso ao lazer os quais os pais não podem custear. Produtos esses que portam representações de reconhecimento em face de determinados grupos sociais.

Por sua vez, não se pode descartar a questão de jovens do sexo masculino precisarem cumprir o papel social de gênero, ou seja, o contato com o mundo público também colabora para definir o que é “ser homem”, em face da sociedade e grupos sociais aos quais os sujeitos pertencem. Esses papéis sociais são definidos, conforme visto, no ambiente doméstico, estendem-se para o escolar e se prolongam até as relações com o “mundo do trabalho”. Dito desta forma, significa que o papel social de “ser homem” é apresentar-se como provedor, é aquele que possui consideração e que, pelo menos, tenta alcançar, ou alcançou, o “progresso”. O julgamento de que precisa ser independente e autônomo também surge diante do processo de socialização ao qual o jovem vai se identificando com o papel de “ser homem”, cuja incorporação contribui para a pressão e cobrança para colocá-lo à prova. Dentro desse ângulo, existe uma masculinidade a ser construída, porém ela é também

determinada por relações de poder, uma vez que pode ser dividida nos papéis entre subalternos ou dominantes. O fato de não se apresentar como provedor e não garantir a busca pelo “progresso” significa que o jovem ocupa uma posição de subalternidade, e não de dominação (KIMMEL, 1998; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013).

É por meio desse processo de significação da realidade que os sujeitos vão criando a representação do próprio “eu” (GOFFMAN, 1975), coexistindo com a necessidade de se afastar das marcas de seu pertencimento social (GOFFMAN, 1975), como desacreditados. O “mundo do crime” surge como um meio e representação para acessar os produtos que contribuirão para a representação do “eu” na vida cotidiana, por intermédio dos sentidos da figura masculina de dominação: ser o provedor, independente e reconhecido. Para compreender os sentidos construídos, os interlocutores explicam o seguinte:

Então, você ganhava quanto mais ou menos por mês?

G: Ah daí dava por mês. Você tira... vixe... Ah, o bagulho dá dinheiro. Mas o bagulho cê num vê dinheiro. Cê num vê porque cê gasta. Eu mesmo fumava um monte de maconha adoidado, fumava maconha, gastava, ia pro pião[*passaieiro*], ia pra motel, um monte de bagulho. Chegava no final do mês, só saía anotando: "não, hoje eu fiz tanto", "hoje eu fiz tanto", "hoje eu fiz tanto". Chegava no final do mês eu olhava a caderneta: "não, eu fiz tanto. Mas cadê o dinheiro". Olhava, cadê o dinheiro. Eu tinha só o que, 2.000, 1.000 real, 3.000. Cadê o tanto do dinheiro que eu fiz. Ficava indignado, rapaiz. Mais gastava do que fazia. Tipo, mais gastava do que tinha. Tipo, o que eu ajuntava porque eu fazia bastante. Mas o bagulho cê num vê dinheiro. Cê só gasta, cê só gasta.

Você gastava com o quê?

G: Ah, gastava com alimento, gastava, vamo vê, com gasolina, gastava com isso, ia dá um pião de carro, gastava com gasolina, vixe um monte de bagulho, rapaiz. Lanche, pizza, só bobageira. Café da manhã, eu ia na padaria e só comprava um monte de salgado, todo dia. Só pão de queijo. Todo dia era 10 real, 20 real, só de alimento, de café da manhã. O bagulho tinha janta, almoço, só comia marmitex. Não ia em casa, só comia marmitex. Todo dia. Só ia anotando: "não, hoje eu fiz tanto". Chegava e "fiz tanto de droga". Anotava no papel: "não, hoje eu fiz tanto de lucro". Chegava no final do mês, somava o tanto de dinheiro que eu fiz, eu falava: "caralho, cadê o dinheiro". Pegava o dinheiro pra contar, "nossa só tem isso, mas eu fiz tanto, cadê o dinheiro?". Não sabia pra onde foi o dinheiro.

E os pano? [roupas]

G: Ah, os pano, os bagulho nós já, vixi. Eu memo comprei um tênis, comprei um Springblade [modelo de tênis], paguei 1.200. O cara fez um desconto de duzentão. Paguei 1.000 real no tênis. Fui dá um pião de moto [passaieiro de moto], caí de moto. O bagulho rasguei, num fiquei nem duas semana com o tênis, caí. Rebentou tudo o tênis do lado assim ó, no cardaço rebentou tudo. Eu peguei e joguei o tênis fora. Não dava pra usar. Milão jogado fora.

E a moto é sua?

G: Paguei dois mil na moto. Dois mil e quinhentos. Uma 150.

E por que você gosta de comprar estas roupas de marca?

G: Ah o bagulho, tipo é pra ostentar, né. Os cara vê e fala que você num tá gastando o seu dinheiro à toa, tá investindo, pá. Tá comprando uns pano da hora, tá de carro. Os cara vê, né, os cara vê os cara que é progresso, né. E as mina também, as mina vê o piá arrumadinho, cabelinho arrepiado, arrumadinho, com os paninho, tênis da hora, só tênis de marca, roupa de marca. As menina já vai vê "tem dinheiro", vai querer ficar com nós, né.

Você curte ostentação?

J: Eu ando bem vestido. Falar pra você. Compro roupa cara, compro tênis caro. Já comprei tênis de 1.000 real, minha vó endoidou comigo. Tenho um carro.

E tudo isso você conseguiu comprar...

J: Com o dinheiro do tráfico.

Ganha muito?

J: Se eu falar pro cê que ganha uns 140 real por dia.

Você pensa o quê sobre as roupas, o carro que você tem...

J: eu compro porque gosto de andar bem vestido. Não quero andar mal arrumado, sujo. Penso que os outro não fica me... Quando você anda mal arrumado assim, os outro fica pensando: "ó, traficante", tal, fica pensando, sabe. Fica pensando: "ah, esse moleque", e tal. Os outro não fica me olhando muito, pá. Posso entrar em qualquer lugar.

Por que os jovens se envolvem com o mundo do crime?

F: A maioria, né, mano, quer ter um carro, uma moto, sei lá. Vê todo mundo andando de carro. Lógico que a mãe e o pai não vai dar, né meu, um carro e uma moto se não tiver uma boa condição. Ou quer uma roupa da hora, quer um tênis mais caro. As roupa agora tá saindo tudo caro, os tênis. Quer um negócio, gosta mais de um celular. Tipo, família não vai dar tudo que ele quer, né meu. Não é rico. Daí a maioria se envolve por causa disso, né. Quer ter as coisa, não tem. Quer ter um jeito mais fácil.

E o que foi que o despertou para essa necessidade?

L: Ah, é que eu tava sem dinheiro, sem nada, né, meu. Daí eu sempre gostei de comprar roupa esses negócio, né. Daí a minha vó comprava roupa pra mim, mas também não era daquele jeito que eu gostava.

De que jeito você gosta...

L: Ah, tipo, roupa de marca, da Gangster, da Hollister. Essas roupa assim. Daí a minha vó comprava também. Só que daí não é, tipo, toda vez. Cada vez eu comprava umas roupa diferente. Daí eu falei "ah, vou catar uma fita daí eu compro do jeito que eu quero, né".

E o que você sente quando usa essas roupas?

L: Ah, é da hora né. Você fica mais da hora, fica mais chavão, né.

O que é ser chavão?

L: É que fica mais bonito, mais assim com umas roupa da hora. Ah, que tipo fica mais charmoso assim. [risos]. Com as roupa da hora, as mina já fica mais de zóio né.

Ah, aí você curte, né... Por que se não for assim as mina não fica de olho?

L: Não, elas fica [risos]. Mas também não fica de olho igual quando você tá bem vestido, né. Chama mais a atenção.

Só das meninas?

L: Ah, de todo mundo, né. A maioria, né, dos parceiro. Os meus parceiro fala "ah, lá, tá com roupa da hora". Eles já fica de zóio também.

As palavras transmitidas pelos sujeitos como “fama”, “ter dinheiro para ficar com as minas”, “consideração” e “progresso” traduzem significados contornados pela masculinidade hegemônica e pelos símbolos de construção da independência e autonomia. Dentro desse quadro de análise, o “mundo do crime” aparece como meio de inserir os jovens em uma posição de reconhecimento, dado aos aspectos econômicos que conseguem suprir; e por sua vez, o “mundo do crime” é o universo pelo qual podem acessar a posição de hegemonia masculina em detrimento da condição que tinham de subalternidade. Ser provedor nesse contexto não significa simplesmente arcar com as despesas familiares sob a figura do “chefe da família”, se comparar com características tradicionais dominantes de organização doméstica. Ser “provedor” é aquele que banca a imagem de si próprio diante dos espectadores, como capaz de fornecer dinheiro para diversões e manter a submissão feminina, em face das relações de gênero circunscritas no poder. É preciso mostrar aos amigos o visual, as marcas de representação do “progresso”; e mostrar às mulheres que se é capaz de prover. O estilo de se vestir, definido como “chavão” pelo sujeito L, representa esse “progresso” e a posição de hegemonia diante do grupo, mas pode não representar o “progresso” para quem está de fora. Nesse sentido, a construção do estilo é resultado das marcações sociais na circulação da cidade, as quais se dividem entre os “chavões” e os “playboyzinhos”. Para esclarecer melhor sobre isso, segue o depoimento de H e I:

E teve briga onde?

H: No shopping Catuaí. Agora tem que andar, tipo assim, igual pessoa normal, sabe. É tipo, normal, igual você se veste assim [*eu estava de calça jeans, tênis all star, com casaco xadrez e cachecol. Estava um dia bem frio*]. É que nós num tem esse costume de vestir assim, acha que fica feio.

Vestir-se assim, como?

H: Tipo igual você assim ó. Se vestindo desse jeito. Normal, sabe.

Vocês não curte?

H: Nós num curte.

I: Nós num curte.

E entre o chavão e o boyzinho, em qual vocês se encaixam?

H: Chavão [risos]

I: O chavão [risos]

Vocês gostam daquele estilo...

H: É. Nós num curte esse visual playboyzinho.

O que é chavão?

H: Chavão, é tipo...

I: ...maloqueiro.

H: Que anda de Mizuno.

I: Que anda meio maloqueiro.

H: De Okley. Boné, tipo assim, aba torta sabe. Swag não [*os riquinhos, segundo os interlocutores*], Swag anda de aba reta, só que pra trás, tipo riquinho.

Que interessante...

H: [risos].

I: [risos].

Há uma diferença aí então de estilo?

I: é. Um é maloqueiro e o outro é riquinho [risos]. Chavão é tipo assim... Ai [risos]...

I: Fala pra ela...

H: Tipo assim, anda de Mizuno, de blusa da Fatal, de camiseta do Coringa, de boné da aba torta, de time. Aí playboyzinho é, tipo, tênis social, calça Swag assim, que é aquela lá que vem cagada[*com um fundo espaçoso*], sabe. Aquelas camisetinha meio que esquisitinha, e boné pra trás assim.

A acepção “chavão” vem do que se entende por “chave de cadeia”, por isso os garotos definem o “chavão” como algo interligado ao “maloqueiro”. Tal acepção é construída por intermédio das relações com os “outsiders”, ou seja, das relações com aqueles que ocupam posições que estão fora da realidade dos interlocutores, e os sujeitos acabam incorporando para si esta identidade. Na visão deles, seus estilos de vestimenta significam “progresso”, mas na visão dos “outros” trata-se de uma identidade deteriorada. Ao assumir a visão de mundo dos sujeitos, os espaços de masculinidade e de *status* sofrem modificações, uma vez que o “chavão” passa a ocupar a hegemonia; e o “playboyzinho”, a subalternidade, pois estes “usam camisetinhas esquisitinhas”. Por sua vez, os jovens convivem sob as separações e segmentações da cidade, as quais modificam a representação pública deles de maneira evidente. Diante da percepção deles, o “mundo dos normais” os impede de circular livremente, e a roupa é a demarcação dos jovens para se apresentarem ao mundo. Assim, na circulação da cidade, ocupam uma posição de subalternidade; e, no “mundo do crime”, de hegemonia. Quando mencionam a roupa da pesquisadora como “normal”, eles estavam estabelecendo uma demarcação social e a alocando na condição de “outsider”. A “normalidade” estabelecida por eles é fruto da própria reação da sociedade, e o visual “chavão” na apresentação pública causa olhares e estigma. Consequentemente, observam-se como fora dos padrões e não se sentem integrados. O “chavão” busca o reconhecimento do grupo no qual o jovem se integra, mas em face da totalidade da sociedade sofre reações que por vezes deterioram a identidade dele. Os espaços de hegemonia masculina pautados no “progresso” se desdobram em construções variáveis, pois a imagem depende daquele que observa. Porém, quando há a consideração de uma matriz hegemônica de “masculinidade”, esses jovens na realidade a possuem como ideal. De modo objetivo, mesmo com as tentativas ao alcance de hegemonia, continuam a ocupar a posição de subordinados.

A depender do contexto, a busca pela hegemonia masculina pode ser de maneira múltipla e variável, modificando também os significados em relação ao trabalho e ao trabalhador. O trabalhador e o empresário podem se encaixar em masculinidade subordinada ou hegemônica, respectivamente, quando são observadas as suas condições socioeconômicas: se pobre, é subordinado; se rico, é dominante. O trabalhador pode tomar como referência o empresário, se pautando na busca do enriquecimento pela ética do trabalho, sem perceber que esta matriz hegemônica é moldada por contradições, pautadas nas relações de poder e de exploração. Assim, quando o trabalhador de um estrato social menos favorecido cumpre com o seu dia de trabalho e sustenta a sua família, ainda ocupa uma posição de masculinidade subordinada, mas é visto como aquele que busca a hegemonia, pois segue o papel do que é “ser homem”, como provedor e honesto. Os jovens que se integram ao “mundo do crime” expõem em suas falas crises quanto a essa busca por hegemonia, uma vez que as fronteiras do “crime” podem apoderar-se do âmbito doméstico, quando o jovem contribui com a complementação da renda. Nesse sentido, na visão deles, existe a busca por esta hegemonia por intermédio da participação no “mundo do crime”, por guardar a característica de provedores. Mas, na visão dos responsáveis, os conflitos e tensões permanecem diante desse quadro, por entenderem que o dinheiro não é “suado”, é “sujo” e “desonesto”. Os sentidos construídos em torno do que é trabalho e trabalhador sofrem alterações, que se distanciam das regras convencionais seguidas pela família. Tomando como base o depoimento dos entrevistados, segue a explicação deles sobre estas demarcações no universo familiar.

Ajuda em casa?

J: Não. Tipo, já paguei uma luz, tal. Ela veio querer me devolver o dinheiro. Não falta coisa em casa porque mora só eu e ela, sabe. Até sobra tem hora. Tem hora que sobra mistura, assim, daí dá pro vizinho lá. Tem uma invasão perto de casa, nós dá pra um vizinho ali, ele é legal, trabalhador.

O que a sua avó diz sobre o dinheiro?

J: ela nem pega. Ela fala que dinheiro meu é dinheiro meu. Fala “dinheiro sujo” [risos].

Você considera o que você faz como um trabalho?

J: considero. Mais ou menos. Sei que o povo não curte.

Estou perguntando na sua visão...

J: na minha visão eu considero.

[posteriormente ele explica sobre o fato de haver a divisão do trabalho no tráfico, o que já evidenciamos na seção que explica sobre o funcionamento do tráfico]

Você só mora com ela?[com a mãe]

G: Moro com ela. Daí eu ia vender droga, daí eu tinha dinheiro pra comprar minha roupa, tinha dinheiro pra comprar um carro, uma moto. Tinha dinheiro pra ajudar ela a pagar conta, cortasse a água e a luz tinha dinheiro

pra pagar. Comprar mantimento pro barraco. Tinha uma condição pra ajudar ela, tipo, que eu num tinha. Por isso que eu se envolvi. Mas mesmo assim minha mãe me batia, falava pra mim que num precisava disso. Até hoje, eu caio preso, vixi, minha mãe fala um monte.

E ela vem visitá-lo?

G: Ah a minha mãe num vem me visitar não. Porque ela num gosta que eu se envolvo. Mas minha irmã vem.

Quem mora com você é a mãe, quem mais?

G: Mora eu e minha irmã mais nova. Tem duas casa. A minha mãe mora na frente, e mora eu e minha irmã nos fundo.

Você costuma ajudar a sua mãe com as contas em casa?

G: Ah eu ajudo né. Se ela num tem condições de pagar, eu já vou lá e pago. Ela num aceita, mas eu já pego o talão, vou lá e pago. Daí num tem como ela falar, eu pego o talão e pago. Se tá faltando alguma coisa, eu vou lá no mercado e compro. Eu num dou o dinheiro pra ela ir comprar, porque ela num vai pegar o dinheiro.

Por que ela não pega?

G: Ela fala que o dinheiro num é honesto, que o dinheiro num é suado, que o dinheiro é amaldiçoado. Fala essas coisa. Eu já pego, vou lá no armário, tá faltando isso, olho na geladeira, num tem muita coisa na geladeira. Eu já vou lá e faço uma compra. Daí num tem como. A compra chega lá em casa. Ela não fala "ah num quero essa compra, manda embora essa compra". Ela num vai fazer isso. Ela pega e bota pra dentro a compra.

Por esse ângulo, se o jovem se vê como provedor, para ele significa que o trabalho toma novos sentidos, pois o que os responsáveis veem como ilícito, para ele é visto como trabalho. Por meios desses depoimentos, apreendem-se as fronteiras de tensão que o “mundo do crime” demarca dentro do próprio espaço familiar (FELTRAN, 2010), e o dinheiro simboliza as mediações das dobras do legal/ilegal. Existe uma tensão moral entre os jovens e os familiares no jogo das definições do que é visto por eles como “certo”, definindo legitimidade, ou seja, é por meio do “mundo do crime” que se consegue garantir os anseios postos pelos interlocutores para a vida do consumo e também manter a complementação de renda familiar. Logo, os jovens definem o dinheiro como não sujo nem fácil, pois, por meio das atividades do tráfico de drogas, constroem uma moralidade sobre o que fazem: consideram como “certo”, como trabalho, que é aquilo a que precisa se dedicar, em que precisa se empenhar. Além disso, a imagem do tráfico é delineada pela percepção de que o “dinheiro é difícil”, e pelo ganho ser difícil significa que é trabalho.

As percepções do “dinheiro fácil” e do “dinheiro difícil” também demarcam a moralidade construída no “mundo do crime”, visto que, para ganhar o dinheiro no tráfico, é um processo árduo; no roubo, o dinheiro é visto como fácil. Alguns entrevistados preferem roubar, pois não gostam do controle no tráfico de drogas e a falta de autonomia, pois existe a figura do patrão que demanda tarefas a cumprir. Outros entrevistados preferem se dedicar somente ao tráfico, pois não gostam de usar armas e ameaçar as pessoas. E também alguns

“boleias” dedicam suas atividades ao tráfico de dia e roubam à noite, tendo como motivação o fato de o tráfico, em alguns momentos, não gerar muito lucro. Para esclarecer as percepções dos sujeitos em relação à dualidade “dinheiro fácil” e “dinheiro difícil”, seguem alguns depoimentos.

Mas por que você assalta também, além de traficar?

B: Por exemplo, ripar [vender] de vez em quando num dá muito dinheiro. De vez em quando você fica o dia inteiro pra vender 50 real. De vez em quando fumeça, de vez em quando cê vende um monte assim. Pega lucro. Mas assaltar, por exemplo, eu gosto de assaltar porque dependendo da vez que você vai, você já arruma uns 1.000 real num dia só. Aí no outro dia você vai, cê ganha mais. Tá ligada, ganha mais.

Você acha que é mais fácil?

B: Roubando é. Porque você vai, você pega todo mundo, já volta, num dá nem uma hora. Em uma hora cê já tem tudo. Agora ripar, de vez em quando cê tem que ficar das 9 horas da manhã, voltar só as 10 horas da noite. De vez em quando, nesse tempo vende só 50 real. Quando é assim me deixa bravo.

Assalto é dinheiro fácil?

B: Assalto é.

É trabalho?

B: Não. Assalto não.

Explique-me...

B: Porque assalto eu tô tomando as coisa dos outro, né. Trabalhar também é conquistar as coisa. Agora no assalto eu num tô conquistando. Eu tô apavorando as pessoa e tomando o que elas conquistou.

Você considera o tráfico como um trabalho?

B: Aham. Tem gente que fala que o no tráfico ganha dinheiro fácil. Mas num é, é sofrido. No assalto eu tô tomando as coisa dos outro, né. Trabalhar também é conquistar as coisa. Agora no assalto eu num tô conquistando. Eu tô apavorando as pessoa e tomando o que elas conquistou. Agora ripar não. Ripar, por exemplo, a droga nós num tomou de ninguém, foi comprada. Num tá tomando, a única coisa que tá é matando alguns. Mas num é eu que quero matar, é eles quer se matar. Eles que vem. Eu num tô tomando de ninguém, eu tô ali arriscando no sol o dia inteiro, sacrificando pra ganhar o meu dinheiro, e fazer o lucro do patrão e pá. Num tô tomando nada de ninguém. Eu tô querendo conquistar o meu dinheiro. Pra mim é uma forma de conquista, né. É a mesma coisa de trabalhar de pedreiro, ficar o dia inteiro no sol. Aguentar o dia inteiro no sol, ter que ir pra lá e pra cá. Vem polícia, tem que correr.

C: Olha eu vejo como um trabalho mas também eu vejo como que é um trabalho difícil, né. Porque, tipo, muitas pessoas, tipo fica ali, porque toma apuro.

Para você existe diferença entre as duas coisas, assalto e tráfico?

F: É porque, tipo, existe né, mano. O tráfico não é muito tão arriscado. Tipo, o assalto já é mais arriscado. Usar arma de fogo. Ah, um monte de coisa, né. Tipo, o dinheiro também vem mais fácil, mais rápido.

Por que o dinheiro do tráfico não vem mais fácil?

F: Tipo, depende do lugar né. Se a droga for boa. Se fumeçar a biqueira, cê vende bastante. Tem biqueira que nem vende. Tem lugar que cê num vai ganhar nem 100 real por dia.

Se é mais arriscado o roubo, por que você continuou com isso?

F: Porque é mais fácil e é mais fácil pra ganhar dinheiro mais rápido. Tipo, cê fica no sol, vixe, no solzão a tarde inteira, a noite inteira na biqueira. Ganha cenhão. Daí cê vai ali, dez minuto, ganha três mil, quatro mil. As vez até mais.

Você então além de traficar você comete assaltos... Por que você resolveu cometer o 157. Pelo o que entendi, quem pratica tráfico não pratica 157.

G: Não é porque eu vendo droga que eu não posso roubar. Tem cara que só rouba, tem cara que só vende droga. Tem cara que rouba e que vende droga. Faz os dois.

O que aparece você...

G: No meu caso mesmo eu ficava na biqueira vendendo. Vendia de dia. Ficava vendendo de dia. Daí chegava a noite, o bagulho ia roubar. Pegava o revolve, pegava uma moto, um carro e ia roubar. Porque o tráfico cê fica lá, o dia inteiro, tentando. O assalto não, no assalto você só vai, pega o que tem que pegar e já vai embora. É coisa de tipo 20 minuto, meia hora, cê já tá com um monte de dinheiro. Tráfico não. O assalto ele é mais rápido pra você receber o dinheiro. Mais fácil. E é uma adrenalina, né. É mais da hora né.

O dinheiro que você ganha é fácil?

J: não. O dinheiro roubado é fácil. Porque o meu tem que ficar ali, se vender, se num vender, tem que apanhar da polícia, tem que correr da polícia, tem que ficar desviando.

Por que você não gosta do assalto?

J: ah, porque eu acho mais perigoso, e eu num gosto de ficar tomando a coisa da pessoa, colocando o revolve na pessoa. Não curto.

O assalto é mais arriscado do que o tráfico?

K: Eu prefiro vender chiclete no sinaleiro que eu ganho mais dinheiro do que droga. Droga é 80 real do patrão, e 40 real seu. Dependendo do que você pegar. Se for pra ganhar 40 real eu prefiro vender chiclete, que eu ganho 100, 200. Eu vendia chiclete.

E o assalto como fica...

K: Quando dá certo é 5, 10, 7 mil pra cada. No tráfico ganha muito pouco também, né. Tem pessoa que serve pra vender droga, pessoa parece que já nasceu vendendo droga já. Nunca foi preso. Tá tantos ano vendendo droga e nunca foi preso. Tem pessoa que gosta. Eu não gosto. Os piá que eu conheço mesmo assim, todo mundo, nenhum vende droga. Tudo faz outras coisa, mas vender droga não. Só um só que eu conheço que vende droga.

E o tráfico, você disse que também já se envolveu?

L: Ah, eu se envolvi um tempo lá no tráfico, só que daí eu não gostei muito. Que é muito difícil, ter que ficar tomando enquadro da polícia, demora muito pra vender os negócio, né. Daí eu não gostei muito de traficar.

Dá muito trampo?

L: É. Muito trabalho.

Você acha que o dinheiro do assalto é fácil...

L: Ah, é um pouco fácil, né. Porque você vai ali, e cê rouba. Não é uma coisa de tá trabalhando. Que dinheiro do trabalho é dinheiro suado. O cara trabalhou o mês inteiro vai pegar 1.000, 1.500 real. Igual dinheiro de roubo cê vai lá, rapidão, já tem 1.000, 2.000 real.

A dedicação ao tráfico de drogas é vista como trabalho pelo fato de enfatizar a “conquista”, ou seja, o indivíduo “progride” nas satisfações do esforço. Ficar no sol quente por horas e seguir horários determinados significa que o jovem está se esforçando. Já os roubos não são vistos desse modo, pois, nessa atividade, toma-se aquilo que é do outro, que o outro “conquistou” pelo esforço. Entretanto, a lógica do esforço tem feito alguns jovens desistirem do tráfico, uma vez que por meio do assalto se consegue o dinheiro mais fácil, isto é, sem grande empenho e esforço. Entre essas diferenciações, os sentidos em torno do “crime” sofrem variações, pois para alguns jovens o tráfico não é visto como crime:

Você acha o tráfico um crime?

B: Eu num acho muito crime não. Sabe por quê? Porque no tráfico normalmente eles pensa que tá matando os outro. Mas, eu num tô matando os outro. É os cara que quer vim se matar. Eu num vou colocar uma pistola na cabeça de um cara, "você vai usar essa droga agora, parceiro". Eu nunca que vou fazer isso. Eu fico na esquina esperando. Brotou um, é o cara que queria. Ele que se dane. Mesma coisa de comprar cigarro. Cigarro tá matando a pessoa do mesmo jeito. Eu pra mim num considero um crime não. A pessoa enxerga a droga de uma forma diferente. Uma forma que vai destruir todo mundo, né. Mas nada a ver. A droga é a mesma coisa que o cigarro, que a bebida. Tem gente que se vicia em bebida. E bebida é pior que pedra pra pessoa. Pra mim num é um crime. Eu num gosto muito de tirar que as coisa que eu faço são do crime. Eu num enxergo isso como um crime, entendeu? Pra mim, eu ficar traficando lá, tô suando, batalhando, mesmo num ganhando nada por dia, mas... eu mesmo num sendo assim por exemplo um cara que se considera bandido, eu sou um cara que gosta de ajudar as pessoa. Eu num me considero perigoso.

Você então não gosta desta palavra...

B: Eu não.

Assalto, incluiria-se nisso? No mundo do crime?

B: Mais ou menos. Mais ou menos não. Sabe por quê? Por exemplo, querendo é um crime, né. Porque é grave o que tá fazendo. Tomar as coisa dos outro. Mas tem gente também que vai assaltar assim porque quer comer, entendeu? Ou tá passando fome e vai assaltar. Ou tá passando alguma necessidade e ninguém dá trampo. É o que eu falei, ninguém dá um emprego.

E quando você pega os radinho [telefone celular] lá, você vende. Isso é um crime?

B: O tráfico eu comprei a droga pra mim revender. Agora ali não, eu já tomei pra mim vender. Aí, o outro cara talvez pode ser a mesma coisa com o tráfico. Porque aí ele vai comprar de mim, pra revender o celular.

O mundo do crime para você não existe porque o que você faz, traficando drogas, não é um ato criminoso. Porque é suado. Só a questão do assalto que me pareceu que você fica cambaleando aí... Indeciso...

B: Meio naquela. Porque eu tô tomando algo que a pessoa conquistou, né. Mas também, é mais também pela necessidade das pessoas assim, que daí elas vai... Tem gente que tá perdendo a casa, num tem emprego, nem nada. Ela vai assaltar, né.

Já o tráfico você acha difícil falar que é crime, por causa do suor e do...

B: É eu comprei, eu revendi, e eu num tomei nada de ninguém. Tá matando uns. Mas num sou eu que tô matando. Eles que quer se matar, entendeu?

As questões socioeconômicas, como ter moradia, emprego, alimento, entram no discurso do sujeito para justificar os roubos, visto que nesse caso não poderia ser aceitável como crime por ser julgado como um sentido justo. Já no caso de simplesmente pegar para si o que é do outro sem uma motivação justa, é visto como crime pelo sujeito. B expõe que para ser bandido é preciso ser perigoso e criminoso, não se reconhecendo como tal por não se considerar nem perigoso, por não desejar o mal às pessoas; e nem criminoso, por não forçar as pessoas a usarem drogas. O tráfico de drogas como crime não é aceitável pelo interlocutor, e ele levanta a crítica de que a acepção “mundo do crime”, na realidade, é uma reação da sociedade às atividades ilícitas e que os integrantes das “carreiras desviantes” acabam incorporando no vocabulário. Dentro dessa perspectiva, o “mundo do crime”, como categoria nativa, é resultado da reação da sociedade e incorporação pelo sujeito desse rótulo, mesmo que ele não concorde com isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou acessar os sentidos construídos pelos jovens “envolvidos” no “mundo do crime” nas suas experiências cotidianas. A análise procurou responder à seguinte questão: como as interações sociais vivenciadas com a família, a polícia, a escola, a vizinhança, a cidade e o mundo do trabalho podem influenciar os jovens a definir legitimidade em torno do “mundo do crime”?

Compreende-se que esses campos de análise (família, polícia, escola, vizinhança, cidade, mundo do trabalho, “mundo do crime”) estão entrelaçados por questões socioeconômicas, culturais e de exclusão. Entre essas, estão as situações de abandono, desemprego, desproteção, necessidade de independência e autonomia financeira, que influenciam a construção dos sentidos da realidade pelo jovem. As disparidades sociais, a segregação espacial que dificulta o acesso de indivíduos à cidade, as marcações sociais, a condição socioeconômica da família, a representação da independência e autonomia, são temas que estão presentes no cotidiano dos jovens pesquisados. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi investigar as avaliações e significados construídos pelos jovens pesquisados em relação a essas questões que lhes aparecem na vida cotidiana e que ajudam na compreensão do modo como atravessam as fronteiras do “mundo do crime”.

A pesquisa revela que as experiências dos jovens nos campos de análise contribuem para influenciá-los a classificar a realidade social deles, em que equacionam, ponderam, sobre as reações que sofrem no jogo das interações sociais, mesmo que estabelecidas de maneira restrita: estigmas, rótulos, abandono, desproteção, confiança, proteção, segurança, reconhecimento, são situações dotadas de sentidos e construídas no cotidiano dos interlocutores. Em outros termos, estas reações serão importantes para os sujeitos construírem sentidos sobre as suas posições na realidade e, assim, construírem significados sobre si e sobre o mundo. Os sentidos construídos em torno do “mundo do crime” não aparecem como uma escolha impulsiva, irracional, mas como resultado das interações sociais nas quais os sujeitos se inserem, sendo o “crime” também um espaço de interação; e, por outro lado, conforme foi visto, a participação no “mundo do crime” diante destas interações sociais podem aparecer de maneira naturalizada. Um exemplo a respeito da naturalização é evidenciado quando os interlocutores explicam que desde criança, pelo fato de ser morador da periferia e com poucas oportunidades, possuem como tendência a inserção na “vida do crime”. Segundo os mesmos, já crescem mantendo o contato com estas dinâmicas. Apesar desses limites postos no cotidiano, é possível que os jovens reflitam sobre as reações

que sofrem na realidade, retratadas em suas falas por meio da exclusão que, por vezes, assumem a percepção de não saída da “vida do crime”, de que não há alternativas que atendam às suas expectativas. Pelo fato de o “crime” possibilitar sentidos de confiança, segurança, proteção, o jovem acaba conferindo legitimidade às regras que comandam esse universo. O processo de interação e de formação no “mundo do crime” contribui para que internalizem as regras desse universo como “o certo” em face da comparação que realizam das situações sociais vivenciadas nos outros campos de análise. Nota-se que as interações nos outros espaços de análise são instáveis, complexas e repletas de conflitos. Na visão dos sujeitos, o “crime” torna-se um ambiente que preenche as expectativas diante das adversidades presentes nas demais esferas sociais.

A pesquisa evidencia, assim, ser complexo afirmar que os garotos que trabalham para o tráfico e os garotos inseridos nas ações dos roubos não pensam, não conhecem a realidade ou não sabem o que fazem, ou seja, que não possuem perspectivas. Os dados evidenciam justamente o contrário: que eles têm capacidade de avaliação da realidade e possuem expectativas. Entretanto, a realidade vai na contramão dessas expectativas. Participar do “mundo do crime” é aderir a um universo perigoso e violento. Porém, isso não afasta os jovens desse universo. Algo lhes prende, que vai além do medo da morte, pois o “crime” também elogia, protege, confia.

Levando em consideração esses achados, pode-se afirmar que as políticas públicas cujo alvo são os jovens “envolvidos” no “mundo do crime” não podem incorporar apenas a ideia de que eles estão em “conflito com a lei” e são “infratores”. Deve levar em conta o modo como o jovem interpreta a realidade social, isto é, o modo como entendem a realidade e suas expectativas em relação a ela. As tentativas de integração impulsionadas pelas políticas públicas são feitas por intermédio da educação escolar ou pelo mercado de trabalho. Porém, não raramente se utilizam de medidas hegemônicas que não levam em conta a percepção e expectativas dos jovens. Hegemônicas no sentido de que não consideram o que os jovens gostam de fazer, o que sentem vontade de aprender, a questão de que o critério idade não apreende as suas condições sociais. Não adianta simplesmente matricular o jovem na escola, se as suas condições o limitam a continuar nessa trajetória, ou inseri-lo no mercado de trabalho se for algo que não atenda às suas expectativas, prevalecendo assim ainda o “crime” como alternativa. O planejamento e o acompanhamento desses jovens, levando em conta as suas expectativas e os paradoxos que vivenciam na vida social, tornam-se primordiais. À luz das descobertas deste trabalho, seria desejável que isso mudasse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Mirian *et all.* **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro : Garamond , 2004.

ADORNO, S. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social**, São Paulo: USP, 10(1), maio/1998, pp. 19-47. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol10n1/conflitualidade.pdf>. Acesso em 11/10/2012.

BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão.** In: Pesquisa qualitativa com som, imagem e texto. 3ª ed. Vozes, Petrópolis, 2004. (p. 189-221)

BEATO, Claudio; ZILLI, L. F. Organização Social do Crime. In: LIMA, Renato Sérgio de Lima *et al.* **Crime, Polícia e Justiça e no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

BECKER, Howard. **Outsiders.** Rio de Janeiro : Zahar, 2008

BLUMER, Hebert. A natureza do interacionismo simbólico. In: Mortensen, Charles (org.) **Teoria da comunicação: textos básicos.** São Paulo: Mosaico, 1980. p. 118-138.

CALDEIRA, Tereza Maria. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUSP, 2008.

CAPRON, Guénola &HERNANDEZ, María Teresa Esquivel. O enclave urbano, lógica socioespacial da periferia urbanizada: seus efeitos sobre a segregação residencial e a fragmentação urbana. **Cuad. geogr.** [online]. 2016, vol.25, n.2, pp.127-150. ISSN 0121-215X. <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v25n2.54720>.

CECHETTO, Fátima Regina. **Violência e masculinidade.** Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

COELHO, Cristina da Silva Souza. **Vivenciando medidas socioeducativas em Londrina: um olhar a partir de jovens presos.** Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2006.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

COSTA, Débora Pereira da. **A inclusão de adolescentes em conflito com a lei: um desafio para a escola pública.** Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós Graduação em Pedagogia, 2013.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação.** Set/Out /Nov /Dez 2003 nº 24. p. 40-52.

FEIXA, Carles. LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio/Agosto 2010.

FELTRAN, Gabriel Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas

periferias de São Paulo. **Dilemas**– Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro (UFRJ). v.1, n.1, 2009.

FELTRAN, Gabriel Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2010, v. 53 n° 2.

FELTRAN, Gabriel Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação e significados políticos. **NEIP** – Núcleo de Estudos Temáticos sobre Psicoativos. Disponível em: <http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/anexo-2-temticas.pdf>. 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. São Paulo: Penso, 2013.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GROPPO, Luís Antonio. Dialéticas das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de educação do COGEIME**. Ano 13, n° 25, dezembro/2004.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2011.

IBGE – Dados população Londrina – 2010. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/2P8>.

KAZTMAN, RUBEN. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de La Cepal**, n. 75. Dezembro, 2001.

KIMMEL, Michel. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso em: julho de 2017.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

LENOIR, Remi. Problema social e objeto sociológico. In: Champagne, P. *et all* (orgs). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis : Vozes , 1998.

LYRA, D. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n.1, p.

53-84, jan./jun. 2004).

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Marcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarine. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos feministas**, Florianópolis, 16 (4): 424, setembro/dezembro, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Fala galera: juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica para a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de Lima *et al.* **Crime, Polícia e Justiça e no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos, **Anuário Antropológico**, II | 2010b, 89-107. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/916>. Acesso em agosto/2017.

NERI, N. E. **“Tirando a cadeia dimenor”**: a experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e violência. In: LIMA, Renato Sérgio de Lima *et al.* **Crime, Polícia e Justiça e no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **“Ser jovem” e “ser adulto”**: identidades, representações e trajetórias. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. USP. São Paulo. Tese de doutorado, 2007.

PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA (2015-2024). **Prefeitura Municipal de Londrina**, 2015. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/pdf/plano_decena

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RIBEIRO DA SILVA, William. A produção do espaço urbano de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 10, nº1, p. 5-14, jan./jun. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2):

71-99 jul/dez, 1995.

SILVA, Maria Nilza. Alguns aspectos das trajetórias dos negros na região metropolitana de Londrina. In: **Território e segregação urbana: o lugar da população negra na cidade**. SILVA, Maria Nilza; PANTA, Maria (orgs.). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

SOUZA, Luis Antonio Francisco *et al.* Risco, mercado criminal e interações violentas: etnografia de um conjunto habitacional periférico numa cidade média do Estado de São Paulo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 19, nº 1. P. 7-20, jan-jun. 2016.

SUGUIHIRO, V *et al.* AS SIGNIFICAÇÕES SOCIAIS E OS SENTIDOS PESSOAIS DASTRANSGRESSÕES PRATICADAS POR ADOLESCENTES: reflexões sobre a identidade e o pertencimento. V **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009.

TEIXEIRA, Camila Linhares. **Violência urbana e adolescente em conflito com a lei em Londrina: um olhar sobre o caso**. Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2007.

TELLES, Vera Lucia. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Vol. 2 - no 5-6 - JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 97-126.

THOMAS, Willian I. O problema da personalidade no ambiente urbano. **Plural; Sociologia**, Usp, São Paulo, 8: 145-156, 2º sem., 2001.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZALUAR, Alba. “Hipermasculinidade” leva jovem ao mundo do crime. **Folha de São Paulo: entrevista da 2ª**. São Paulo, julho/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200423.htm>

ZALUAR, Alba. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, Renato Sérgio de Lima *et al.* **Crime, Polícia e Justiça e no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [on line], vol. 12, 1997. Disponível em Acesso em: 11/10/2012.

ZALUAR, Alba. Juventude Violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 2, 2012, pp. 327 a 365. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n2/a03v55n2.pdf>. Acesso em: 11/10/2012.

ZALUAR, Alba. **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 1994.

ZANETIC, Andre *et al.* *Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão*. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, e148-e173, out.-dez. 2016.

ZILLI, Luis Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**: revista do centro em rede de investigação em antropologia. Vol. 19 (3), 2015.